

RELATÓRIO E CONTAS

2011

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856
Capital Social: 50.000.000 €

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada também por BES Vida ou Companhia) relativos ao Exercício de 2011.

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O sector segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da actividade
- 1.4 A actividade da BES Vida
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final
- 1.7 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

4. Anexos

Índice

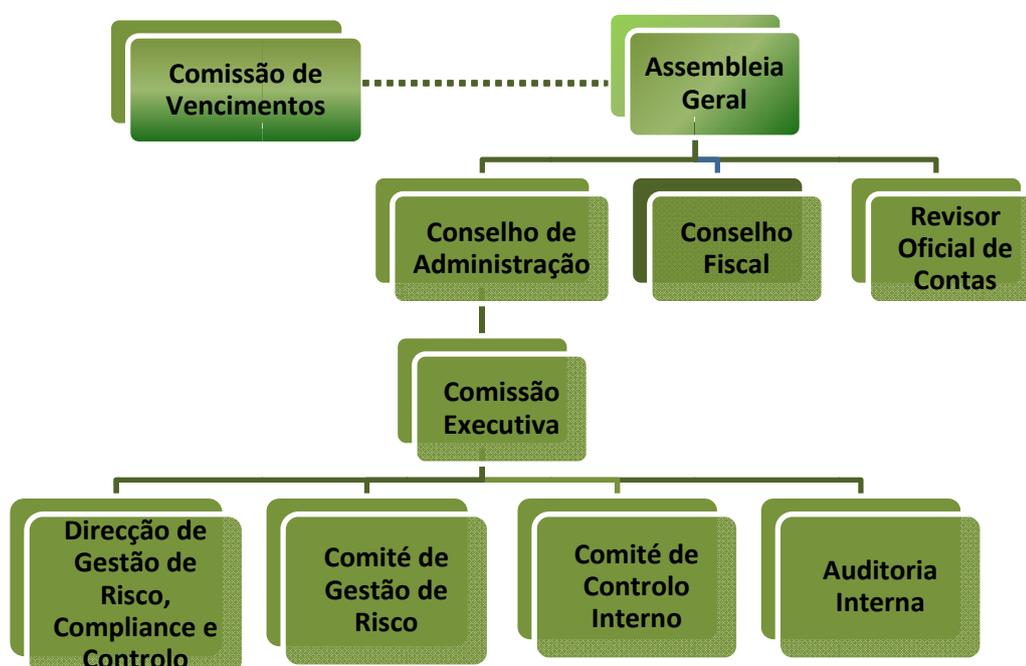
Relatório de Gestão

1.1. Estrutura e Práticas de Governo Societário

1. Introdução

As regras e estrutura de Governo da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. foram definidas com o objectivo garantir uma governação responsável orientada para a criação de valor, transparência e valorização dos clientes.

2. Estrutura do Governo da BES Vida



A Assembleia Geral de Accionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Accionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respectivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros, um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

A função de fiscalização interna da BES Vida é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente.

A fiscalização externa da companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da BES Vida, a Ernst & Young e Associados, SROC, S.A., bem como pelas autoridades de supervisão a que a BES Vida está sujeita, o Instituto de Seguros de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

3. Composição dos Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral Anual da BES Vida, realizada no dia 28 de Março de 2008, foram eleitos os órgãos sociais para o quadriénio de 2008 a 2011. Nestes termos, a composição dos órgãos sociais da BES Vida em 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

3.1. Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.2. Identificação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Luis Frederico Redondo Lopes

Vice-Presidente: Pedro Cassiano Santos

Secretário: Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

3.2.1. Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Accionistas é composta por todos os accionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia Geral dos Accionistas os titulares de acções averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A cada acção corresponderá um voto.

QUATRO – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os accionistas que pretendam fazer-se representar por outro accionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas colectivas indicar quem as representará; o presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

3.2.2.Representação

Os Senhores Accionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Accionistas que sejam pessoas colectivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de accionistas e de que as respectivas acções ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

3.2.3.Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Accionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

3.2.4.Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade:

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e órgão de Fiscalização, sob proposta da Comissão de Vencimentos.

3.3. Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho

- Presidente do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA
- Vice-Presidente da PARTRAN - SGPS, SA

Jérôme Pierre Grivet

- Vice Presidente do conselho de Administração

Outros Cargos:

- Presidente do Conselho de Administração da Axeria Vie, S.A
- Membro da Comissão Executiva do Crédit Agricole, S.A.
- Director Geral do Crédit Agricole Assurances, S.A.
- Presidente do CA Assurances Italie Holding, SPA Italie.
- Vogal do Conselho de Administração do CAAGIS, SA.
- Presidente do CA Life Greece, S.A. Grèce.
- Vogal do Conselho de Administração do CALI JAPAN, SA Japon;
- Membro do Conselho Fiscal de CAPE, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Crédit Agricole Vita, SPA Italie.
- Vogal do Conselho de Administração de LCL Euro Obligation Euro, SICAV.
- Vogal do Conselho de Administração da Pacífica, S.A.
- Director Geral da Predica, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do BGPI, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal da Korian, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Foncière des Regions;
- Vogal do Conselho de Administração do CACI, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Dolcea Vie, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal do CA Grands Crus, SAS.

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Financial Group
- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Europassistance, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Advancecare, S.A.

- Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Logo
- Presidente do Conselho de Administração da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Contact Center, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Saúde

Vincent Claude Paul Pacaud*

- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.

* Designado por cooptação em 1 de Abril de 2011, em substituição de Michel Joseph Paul Goutorbe.

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da BES, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esaf, Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BESPARG, SGPS, S.A.

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Avistar, SGPS, SA
- Vogal do Conselho de Administração do BES Finance, Ltd
- Presidente do Conselho de Administração do Bank Espirito Santo (International) Limited
- Presidente do Conselho de Administração do BIC - International Limited (G.C.)
- Vogal do Conselho de Administração da ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA
- Vogal do Conselho de Administração do Espírito Santo PLC (Dublin)

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo Oriente, S.A.
- Vogal do Conselho da ES Tech Ventures – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Vogal do Conselho da Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços, 2, ACE
- Vogal do Conselho de Administração do BES AFRICA SGPS, S.A.
- Execution Noble Limited (Non Executive Director)
- Execution Noble & Company Limited (Non Executive Director)
- Execution Noble Research Limited (Non Executive Director)

Nuno Manuel da Silva Ribeiro David

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer da BES, Companhia de Seguros, S.A.

Hervé Marcel Andre Hassan*

- Vogal do Conselho de Administração

*Designado por cooptação em 22 de Julho de 2011, em substituição do Dr. Michel Victor François Villatte.

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer da BES, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Bancassurance SAL.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan.

Jean Luc-François*

- Vogal do Conselho de Administração

*Designado por cooptação em 26 de Outubro de 2011, em substituição do Eng. Olivier Ronan Melennec.

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, S.A.

- Presidente do Conselho de Administração da Calie.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Assicurazioni.
- Vogal do Conselho de Administração da Bancassurance Sal.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Vita.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Greece, S.A. Grèce.
- Presidente do Conselho de Administração da CA Insurance Greece.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan

Jean Jacques Duchamp

- Vogal do Conselho de Administração

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da SANEF, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal da Korian, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da SFL, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Gecina, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Pacifica, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Immobilier, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CPRAM, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Dolcea Vie, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Vita, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Spirica, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da LifeSide, S.A.

O Conselho de Administração delega a Gestão Corrente da Sociedade numa Comissão Executiva composta pelos seguintes Administradores:

Chief Executive Officer:	Eng. Vincent Claude Paul Pacaud
Chief Operacional Officer:	Dr. Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
Chief Financial Officer:	Dr. Hervé Marcel Andre Hassan

3.3.1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os administradores podem ser accionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Accionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos, na data da eleição respectiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.3.2. Poderes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transacção).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Banco Espírito Santo, composto pelo Banco Espírito Santo, por qualquer entidade por si directa ou indirectamente dominada.

7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.
8. Alargamento ou redução da actividade social ou modificação do objecto da sociedade;
9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da BES Vida é composto por um Presidente, dois membros efectivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.4.1. Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Presidente: José Manuel Ruivo da Pena

Vogal Efectivo: Dr. José Maria Ribeiro da Cunha

Vogal Efectivo: Dr. Hervé Marcel Andre Hassan*

Vogal Suplente: Dr. Paulo Ribeiro da Silva

*O Dr. Hervé Hassan foi designado novo membro efectivo na Assembleia Geral Ordinária de Accionistas da BES Vida de 30 de Março de 2011. Porém, renunciou ao cargo com efeitos a partir de 19 de Maio de 2011.

3.5. Revisor Oficial de Contas

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Identificação do Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas Efectivo: Ernst & Young Audit e Associados - SROC, S.A., representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (Revisor Oficial de Contas)

Revisor Oficial de Contas Suplente: João Carlos Miguel Alves (Revisor Oficial de Contas)

3.6. Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

Identificação do Secretário da Sociedade

Secretário: Sónia Maria Ferreira Guerra Torrão

Secretário Suplente: Francisco Maria Vilhena de Carvalho

3.7. Composição da Comissão de Vencimentos

- Sr. Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

- Dra. Valérie André Germain*

*Eleita em Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Março de 2011.

4. Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Vida.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Vida.

A política de remunerações para 2011 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 30 de Março de 2011 e teve o seguinte conteúdo:

“Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da BES Vida deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os objectivos estratégicos da empresa,

Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respectivo desempenho individual e global;

Considerando que na BES Vida a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;

Considerando que deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objectivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração;

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da empresa:

Membros do Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- Fixa, com referência ao exercício em curso;
- Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso.

A remuneração fixa é estabelecida pela comissão de Vencimentos tendo em conta:

- As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal e na União Europeia;
- As remunerações pagas no Grupo “Crédit Agricole” para cargos de responsabilidade semelhante;
- O desempenho individual anual de cada Administrador.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global da Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa.

Membros do Conselho fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

Em 2011, as remunerações suportadas pela BES Vida referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2011				
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações totais pagas aos Órgãos Sociais
Rui Manuel Leão Martinho	Conselho de Administração	220.500 €	61.059 €	281.559 €
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	87.280 €	186.913 €	274.193 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	201.159 €	133.609 €	334.768 €
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	188.075 €	112.806 €	300.881 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	91.800 €	18.360 €	110.160 €
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21.420 €	0 €	21.420 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	17.136 €	0 €	17.136 €
Total		827.370 €	512.746 €	1.340.117 €

Exercício de 2010				
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações totais pagas aos Órgãos Sociais
Rui Manuel Leão Martinho	Conselho de Administração	220.500 €	61.059 €	281.559 €
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	257.040 €	153.004 €	410.044 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	201.159 €	144.409 €	345.568 €
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	252.000 €	145.092 €	397.092 €
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21.420 €	0 €	21.420 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	17.136 €	0 €	17.136 €
Total		969.255 €	503.563 €	1.472.818 €

Da mesma forma, para 2012 é proposta para aprovação a seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da empresa:

1. Membros do Conselho de Administração

a) **Presidente do Conselho de Administração (não executivo)**

O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.

b) **Outros Membros não executivos do Conselho de Administração**

Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.

c) **Membros executivos do Conselho de Administração**

Composição da Remuneração

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é composta por duas componentes:

- i. Fixa, com referência ao exercício em curso;

A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:

1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal;
 2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos accionistas para cargos de responsabilidade semelhante;
 3. O desempenho individual anual de cada Administrador.
- ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

Limites e Equilíbrio na Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

A parte variável representará, em média, 30% a 40% da remuneração total anual, podendo atingir no máximo 60% da remuneração total.

Critérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Para o ano de 2012, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não será considerado

necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de Grupo com a BES Vida, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela BES Vida, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

2. Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

3. Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

5. Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- 1) **Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação:** Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- 2) **Entidade que recolhe as comunicações:** Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo; A Direcção de Compliance perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as acções que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direcção poderá solicitar a colaboração da Direcção de Auditoria Interna. Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adoptadas as medidas disciplinares necessárias com o objectivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.
- 3) **Comunicações Anónimas:** Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de detecção e correcção de situações de incumprimento

reportada será tratada confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;

- 4) **Não retaliação:** É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efectuem a referida comunicação;
- 5) **Arquivo das Comunicações:** Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos.
Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

6. Estrutura de Capital

O capital Social da BES Vida é actualmente de 50.000.000,00 euros, representado por 50.000.000 acções com valor nominal de 1,00 euros cada.

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de Accionistas realizada no dia 12 de Dezembro de 2011, a BES Vida procedeu ao registo da redução do capital social de €250.000.000,00 para €50.000.000,00 através da redução do valor nominal das 50,000,000 acções representativas do capital social de €5 para €1 e correspondente constituição de uma reserva especial no montante de €200.000.000,00 que terá por finalidade o cumprimento, no futuro, das obrigações legais provenientes da legislação comercial.

7. Estrutura Accionista

Estrutura Accionista - 31 de Dezembro de 2011		
Accionista	Nº de Acções	% Capital Social
Crédit Agricole Assurances, S.A.	25.000.000	50,0000%
Banco Espirito Santo, S.A.	24.999.800	49,9996%
Banco Espirito Santo de Investimento, S.A.	100	0,0002%
ESAF - Espirito Santo Activos Financeiros SGPS, SA	100	0,0002%
TOTAL	50.000.000	100,0000%

7.1. Transmissibilidade das Acções

Os accionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das acções que o accionista transmitente pretenda efectuar.

7.2. Alteração dos Estatutos da BES Vida

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da BES Vida, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

8. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Companhia relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo é a Direcção responsável por assegurar o cumprimento rigoroso da divulgação de informação financeira, nos termos da Lei. Esta Direcção, no cumprimento das suas atribuições, efectua um acompanhamento regular da legislação em vigor e procede a uma revisão anual das obrigações de divulgação, promovendo a disseminação da informação pelos departamentos responsáveis pelas informações financeiras e monitoriza o seu cumprimento dentro dos prazos exigidos.

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2011 ficou marcado, sobretudo, pelas dificuldades em torno da crise da dívida da Zona Euro. Para além dos receios em torno de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias *core*, como França e Áustria. A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro resultaram numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, um efeito particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Neste contexto, os líderes da UE acordaram, no final do ano, um reforço das regras de consolidação e controlo orçamentais. Por outro lado, o BCE, após ter elevado a principal taxa de juro directora de 1% para 1.5%, inverteu o sentido da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1%, com dois cortes de 25 bps no 4º trimestre. Ao mesmo tempo reforçou, significativamente, as injeções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos. Em Dezembro, a Autoridade Monetária levou a cabo a primeira de duas operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 anos, tendo a procura atingido 489mM€. A aversão ao risco levou a rendibilidade dos Bunds a 10 anos a cair de 2,963% para 1,829% em 2011. O euro depreciou-se cerca de 3% face ao dólar no conjunto do ano, com a respectiva cotação a descer de EUR/USD 1,3366 para EUR/USD 1,296.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, reflectiram-se também nos mercados accionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus. Os índices accionistas DAX, CAC40, IBEX e PSI20 registaram quedas anuais de 14,69%, 16,95%, 13,11% e 27.6%, respectivamente. Nos EUA, a política monetária mais agressiva do Fed e as perspectivas relativamente positivas para a actividade económica resultaram num desempenho menos desfavorável dos principais índices accionistas. O índice Dow Jones subiu 5,53%, o S&P500 registou uma variação nula e o Nasdaq caiu 1,8%.

O alívio das pressões inflacionistas globais no final de 2011 foi suportado pela tendência de descida dos preços das matérias-primas. Os índices de preços *Commodity Research Bureau Food e Metals* caíram, respectivamente, 8.3% e 7.7%, em termos homólogos. O preço do petróleo (Brent) subiu de USD 94.3/barril para USD 107.6/barril entre o final de 2010 e o final de 2011.

Na Zona Euro, a economia registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contracção da actividade no 4º trimestre. O crescimento anual da Zona Euro foi, assim, de 1.5%, em desaceleração face ao registo de 1.9% no ano anterior. Embora o crescimento da principal economia da área, a Alemanha, tenha sido forte (de 3% no conjunto do ano), o desempenho foi muito

heterogéneo entre Estados-membros, tendo grande parte da Zona Euro registado um crescimento muito mais contido, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1% em Espanha e Itália. O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a actividade nestas economias. O desempenho da Zona Euro foi, também, diferenciado ao longo do ano. De facto, a deterioração do sentimento e a maior restritividade da política orçamental acabaram por se reflectir numa contracção da actividade no 4º trimestre (face ao trimestre anterior) também nas principais economias, como a Alemanha, Holanda, ou Áustria.

O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano deveu-se não só ao forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6.2% do PIB em 2010 para 4.1% do PIB em 2011), mas também à desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ascendeu a 10.4% da população activa). As exportações registaram igualmente uma desaceleração, reflectindo o abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes, e a apreciação do euro registada na primeira metade do ano.

O aumento dos níveis de incerteza e das tensões observadas nos mercados financeiros, particularmente os de dívida pública, e a secagem de liquidez no mercado monetário interbancário, sobretudo a partir do Verão, penalizaram os níveis de confiança dos agentes e dificultaram o financiamento dos bancos a nível europeu, num contexto de crescente interligação entre a evolução dos mercados de dívida pública e o sector bancário. As exigências de recapitalização dos bancos europeus e as maiores dificuldades dos bancos no acesso aos mercados monetário e de crédito conduziram a uma maior restritividade na concessão de crédito a famílias e empresas, contribuindo também para a moderação do consumo e do investimento.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 2.7%, após o registo de 1.6% em 2010, um agravamento que se deveu essencialmente ao impacto da subida de preços da energia (com destaque para o preço dos combustíveis) e da alimentação.

Os riscos de que os aumentos de preços pudessem, a prazo, repercutir-se numa evolução em alta dos salários levaram o Banco Central Europeu a elevar a taxa de juro de referência de 1% para 1.5%, em dois movimentos, ocorridos em Abril e Julho. No entanto, a deterioração do cenário de crescimento e a acentuada quebra da confiança observada sobretudo a partir do Verão, num contexto de ausência de pressões inflacionistas relevantes, levaram a autoridade monetária europeia a reduzir aquela taxa em Novembro e Dezembro, regressando ao nível de 1%. Relativamente às medidas não-convencionais de política monetária, que visam minimizar as tensões e a instabilidade dos mercados financeiros, o BCE forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência de liquidez a montantes ilimitados aos prazos de 1 semana e 1 mês a taxa fixa e a 3 meses à taxa média que vigorar no período. Para além disso, a autoridade monetária anunciou novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (3 anos) e a reactivação do programa de aquisição de *covered bonds* em

mercado primário e secundário, no montante de EUR 40 mil milhões, entre Novembro de 2011 e Outubro de 2012 (recorde-se que o BCE tinha já conduzido um programa semelhante, no montante de EUR 60 mil milhões por um período que terminou em Junho de 2010). O BCE prosseguiu também o programa de aquisição de títulos de dívida pública no mercado secundário, iniciado em Maio de 2010, ao abrigo do qual adquiriu um montante total de cerca de EUR 200 mil milhões até ao final de 2011. O BCE anunciou também, em Julho, a suspensão da exigência de requisitos mínimos de níveis de *rating* para a aceitação de títulos de dívida pública portuguesa e de todos os títulos garantidos pelo Estado Português como colateral nas operações de refinanciamento, medida que havia sido tomada anteriormente em relação à Grécia e à Irlanda.

A cotação do euro exibiu, na primeira metade de 2011, uma trajectória de apreciação relativamente ao dólar, acompanhando a ampliação do diferencial de taxas de juro entre as economias da Zona Euro e norte-americana, dada a elevação dos juros de referência do BCE e expectativas de futuras subidas, em contraste com a crescente perspectiva de manutenção da actual política monetária da Reserva Federal por um período prolongado, em particular no que respeita à taxa *fed funds*. No entanto, a deterioração do sentimento, associada à crise da dívida da Zona Euro exerceu pressão no sentido da depreciação do euro, tendo este encerrado o ano em EUR/USD 1.296.

1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, 2011 foi marcado pelos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro e pelo início da execução do programa de ajustamento financeiro. A deterioração das condições de financiamento associadas ao aumento da aversão ao risco por parte dos investidores foi acentuada, no caso de Portugal, pelas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana (fechou o ano de 2011 em BBB-, no caso da notação atribuída pela S&P, e em Ba2, no caso da Moody's). A *yield* dos títulos de dívida pública a 10 anos subiu de 6.6% para 13.36% no conjunto do ano, com o *spread* face aos títulos da dívida alemã a aumentar 789 pontos base, para 1153 pontos base.

O programa de ajustamento financeiro acordado com o FMI-UE-BCE, envolvendo o financiamento da economia portuguesa num montante global de EUR 78 mil milhões, começou a ser implementado em Maio de 2011, tendo sido objecto de duas avaliações favoráveis por parte dos credores oficiais. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9.8% do PIB para um valor próximo de 4% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente acções importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que aumentam a flexibilidade e tenderão a reduzir os custos por unidade produzida, com impactos positivos sobre a competitividade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e na electricidade e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma contracção da procura interna em 2011, registando-se quedas no consumo público e privado (em torno de 3%, em termos médios anuais) e no investimento (próxima de 11%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento elevado (próximo de 7% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia. Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB, que atingiu 1.5% em 2011. Esta evolução das exportações contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução do défice externo, de 8.8% do PIB para um valor em torno de 6.1% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2% do PIB. O *stock* das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% do PIB observado em 2009.

1.2.3. O sector segurador

Depois de um ano de expansão em 2010, a produção de seguro directo em 2011 verificou uma forte contracção. De facto, o volume de prémios e entregas processados em 2011 representou uma quebra de 28,6%, atingindo os 11,7 mil milhões de euros. Tal situação provocou uma redução de cerca de 3 pontos percentuais no rácio desta produção face ao PIB (para 6,48%).

Na base desta redução estiveram várias condicionantes de natureza económica e política, que afectaram especificamente a comercialização de produtos financeiros do Ramo Vida, em particular no que respeita á bancassurance, segmento que foi o suporte da anterior expansão verificada no volume de negócios do sector.

Dentre destas condicionantes, de destacar a necessidade de financiamento do sector bancário, que levou os grupos financeiros a privilegiar a comercialização de produtos que captassem poupanças

para os seus balanços (com particular destaque para os depósitos a prazo) em detrimento de outros, como os produtos de seguros. Por outro lado, também a queda do rendimento disponível das famílias não deixou de afectar o volume de produção deste tipo de produtos.

Foi neste contexto que assistimos a um decréscimo acentuado em 2011 na produção do ramo vida, com -38,1% em relação a 2010, atingindo os 7,5 mil milhões de euros. Esta redução significou uma perda na quota deste segmento de 74,5% (em 2010) para 64,6%.

No segmento dos ramos não vida, a produção em 2011 verificou uma evolução mais consistente com o desempenho global da actividade económica, apresentando um decréscimo residual de -0,9%, atingindo os 4,1 mil milhões de euros.

No ramo Acidentes e Doença (com uma redução de -2,6% face a 2010), foi preponderante a queda do volume de prémios de Acidentes de Trabalho (-3,7%), influenciada pela conjuntura económica. Já os prémios de Doença evoluíram positivamente (+1,5%), demonstrando o contínuo interesse dos consumidores por este tipo de produtos. Também a evolução do ramo Incêndio e Outros Danos foi ligeiramente positiva (+0,4%), onde se salientaram os seguros de Riscos Múltiplos. O ramo Automóvel, o mais representativo deste segmento, manteve-se praticamente estagnado (-0,8%).

No que respeita aos resultados, de acordo com as contas provisórias anunciadas (tendo por base uma amostra de seguradoras que representa 92,2% do mercado em termos de prémios de seguro directo), o resultado líquido do exercício (extrapolado para o total do mercado) atingiu os 43 milhões de euros em 2011, quase 10 vezes inferior ao resultado líquido apresentado em 2010.

Num contexto económico e financeiro muito adverso, com a carteira de investimentos do sector segurador a não ficar imune (avaliada em cerca de 51,4 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de quase 12% em relação a 2010), a diminuição de resultados incidiu naturalmente sobre o ramo vida, onde se encontra uma fatia superior a 80% da carteira de investimentos do sector segurador. Na carteira de investimentos, as obrigações continuam a ser o activo mais significativo: com mais de 36 mil milhões de euros, representam cerca de 71% dos activos.

Do lado do passivo, compensando uma parte do decréscimo verificado na carteira total do sector, as provisões e passivos financeiros também apresentaram uma queda em tudo idêntica à verificada no activo.

Apesar deste efeito no passivo e alinhado com o atrás referido, os capitais próprios apresentaram uma diminuição superior a 400 milhões de euros (-11% face ao valor de 2010), apresentando um valor de 3,5 mil milhões de euros, devido fundamentalmente à degradação da reserva de reavaliação por ajustamentos do valor de activos financeiros e pela quebra verificada nos resultados do exercício, com especial enfoque no ramo vida.

Embora com esta conjuntura difícil, o rácio de solvência para a globalidade do sector aumentou 7 p.p. em relação a 2010, atingindo os 181%.

No ramo vida, embora apresente uma maior sensibilidade á volatilidade dos mercados financeiros, o rácio de solvência global aumentou 2 p.p., atingindo os 148%. Tal foi possível uma vez que a margem de solvência exigida acompanhou a descida dos elementos elegíveis de capital.

Já no segmento não vida, o rácio de solvência atingiu os 263% (245% em 2010), reforçando assim a tendência crescente que tem verificado nos últimos anos.

1.3. Principais Indicadores e Variáveis da Actividade da BES VIDA

(em milhares de euros, excepto nº de colaboradores)

	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
Variáveis de Balanço					
Activo	5.658.692	8.013.503	8.064.262	-29,4%	-0,6%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	5.566.902	7.911.744	7.991.294	-29,6%	-1,0%
Provisões Técnicas de Seguro Directo	2.073.102	3.076.907	2.749.187	-32,6%	11,9%
Passivos por Contratos de Investimento	3.261.368	4.542.202	4.825.444	-28,2%	-5,9%
Capital Próprio	94.837	152.998	215.143	-38,0%	-28,9%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.173.219	584.923	810.922	100,6%	-27,9%
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	109	-2.862	2.061	103,8%	-238,9%
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-1.011.693	335.489	-520.670	-401,6%	164,4%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-794	1.472	416	-153,9%	253,7%
Custos e gastos de exploração líquidos	32.487	57.193	78.362	-43,2%	-27,0%
Actividade Financeira Líquida	-58.867	93.537	55.862	-162,9%	67,4%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	226.024	231.019	240.175	-2,2%	-3,8%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-190.479	-158.933	-136.568	-19,8%	-16,4%
Perdas de Imparidade	-88.601	-5.978	-34.757	-1382,1%	82,8%
Diferenças de Câmbio	-5.810	27.429	-12.988	-121,2%	311,2%
Resultado Líquido do exercício	-78.843	20.690	-11.932	-481,1%	273,4%
Outras Variáveis					
Produção Total	302.296	1.394.269	1.285.647	-78,3%	8,4%
Portugal	301.105	1.393.022	1.280.925	-78,4%	8,8%
Contratos de seguros	142.949	866.320	253.657	-83,5%	241,5%
Contratos de investimento	158.156	526.702	1.027.268	-70,0%	-48,7%
Espanha	1.191	1.247	4.722	-4,5%	-73,6%
Custos com Sinistros e Passivos Financeiros (Portugal)	2.416.286	1.338.135	1.438.371	80,6%	-7,0%
Contratos de seguros	1.171.195	579.478	811.495	102,1%	-28,6%
Contratos de investimento	1.245.091	758.657	626.877	64,1%	21,0%
Provisões Matemáticas (totalidade dos produtos)	5.279.796	7.572.322	7.531.859	-30,3%	0,5%
Custos e gastos por natureza a imputar	18.655	34.311	18.517	-45,6%	85,3%
Gastos de natureza operacional	14.827	15.512	14.851	-4,4%	4,5%
Gastos de natureza financeira	9.201	10.010	9.067	-8,1%	10,4%
Outros	-5.372	8.789	-5.400	-161,1%	262,8%
Nº de colaboradores (Portugal)	80	84	83	-4	1
Rácios					
Resultado Líquido/Capital Próprio	-83,1%	13,5%	-5,5%		
Resultado Líquido/Activo	-1,4%	0,3%	-0,1%		
Custos com Sinistros e Passivos Financeiros / Produção (Portugal)	802,5%	96,1%	112,3%		
Contratos de seguros	819,3%	66,9%	319,9%		
Contratos de investimento	787,3%	144,0%	61,0%		
Custos e gastos por natureza a imputar / Provisões Matemáticas	0,35%	0,45%	0,25%		
Gastos de natureza operacional	0,28%	0,20%	0,20%		
Gastos de natureza financeira	0,17%	0,13%	0,12%		

1.4. A Actividade da BES VIDA

1.4.1 Produção

O volume de negócios total da BES Vida, em 2011, ascendeu a 305,0 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 78,6% em relação ao ano anterior. Para este decréscimo também contribuiu a produção de OCAS no ano de 2010, no montante de 150 milhões de euros. Caso não se considerassem as OCAS, o decréscimo seria de 76,1%.

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
TOTAL BES VIDA	305.019	1.426.588	1.348.689	-78,6%	5,8%
PORTUGAL	301.105	1.393.022	1.280.925	-78,4%	8,8%
- PPR	97.864	711.149	887.898	-86,2%	-19,9%
- PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	142.643	469.046	321.834	-69,6%	45,7%
- OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	0	150.000	7.506	-100,0%	1898,3%
- PRODUTOS DE RISCO	60.598	62.827	63.686	-3,5%	-1,3%
RESSEGURO ACEITE	2.723	32.319	63.042	-91,6%	-48,7%
ESPANHA	1.191	1.247	4.722	-4,5%	-73,6%

A produção da BES Vida em Portugal foi de 301,1 milhões de euros o que, representa um decréscimo de 78,4% e que, levou a Companhia a perder a terceira posição no mercado do Ramo Vida, passando para uma quota de mercado¹ de 4,0% (11,4% em 2010).

Num ano marcado pela crise da dívida soberana na Europa e pelas necessidades de liquidez das economias, onde se destaca a necessidade de financiamento do sector bancário, assistiu-se a uma focalização da rede de distribuição bancária na obtenção de recursos para o reforço do seu balanço. Como consequência, atingiu-se o final do ano de 2011, com a produção distribuída da seguinte forma:

- Nos PPR's, a produção alcançou os 97,9 milhões de euros, com um decréscimo de 86,2%, fruto da esperada quebra no volume de entregas únicas e entregas programadas, a que também não será alheio, para além da conjuntura atrás referida, as alterações no regime fiscal dos PPR, em vigor a partir de 2011.
- Os produtos de Capitalização, registaram igualmente um decréscimo significativo, -69,6%. No ano de 2011, não se verificou qualquer emissão de OCAS.
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 60,6 milhões de euros, apresentam uma ligeira descida face ao ano anterior (-3,5%), uma vez que são o segmento menos sensível à conjuntura financeira.

¹ Fonte: APS

Considerando a separação ente contratos de seguros e contratos de investimento, verifica-se uma similaridade entre os grupos (-83,5% nos contratos de seguros e -70,0% nos contratos de investimento), reflexo do contexto descrito anteriormente. Nos contratos de seguros, tal evolução foi ainda influenciada pelo sucesso obtido no lançamento de novos PPR's nos três primeiros meses do ano de 2010. Nos contratos de investimento, o decréscimo é agravado pelo lançamento de OCAS em 2010.

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
TOTAL BES VIDA - Seguro Directo	302.296	1.394.269	1.285.647	-78,3%	8,4%
PORTUGAL	301.105	1.393.022	1.280.925	-78,4%	8,8%
CONTRATOS DE SEGUROS	142.949	866.320	253.657	-83,5%	241,5%
- Rendas Vitalícias	170	50	483	240,1%	-89,6%
- Restantes Produtos Risco	60.428	62.776	63.203	-3,7%	-0,7%
- Produtos de Capitalização	12.042	200.958	22.744	-94,0%	783,6%
- PPR	70.309	602.535	167.227	-88,3%	260,3%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	158.156	526.702	1.027.268	-70,0%	-48,7%
- Produtos de Capitalização	130.601	268.088	299.090	-51,3%	-10,4%
- PPR	27.555	108.614	720.671	-74,6%	-84,9%
- Operações de Capitalização	0	150.000	7.506	-100,0%	1898,3%
ESPANHA	1.191	1.247	4.722	-4,5%	-73,6%

Prémios Brutos Emitidos

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
TOTAL BES VIDA	144.140	887.181	264.229	-83,8%	235,8%
PORTUGAL	142.949	866.320	253.657	-83,5%	241,5%
- PPR	70.309	602.535	167.227	-88,3%	260,3%
- PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	12.042	200.958	22.744	-94,0%	783,6%
- OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	0	0	0	0,0%	0,0%
- PRODUTOS DE RISCO	60.598	62.827	63.686	-3,5%	-1,3%
RESSEGURO ACEITE	0	19.614	5.850	-100,0%	235,3%
ESPANHA	1.191	1.247	4.722	-4,5%	-73,6%

De acordo com as regras contabilísticas em vigor, apenas a produção referente aos contratos de seguros com risco significativo e aos produtos com participação nos resultados é tratada como prémios emitidos (a referente aos Unit Linked e aos produtos sem participação nos resultados está considerada pelo seu valor líquido em “resultados de contratos de investimento”).

Nesta componente, verificamos que os prémios brutos emitidos apresentam um decréscimo de 83,8% relativamente ao registado em Dezembro de 2010. À semelhança do verificado para o total da produção, verifica-se um decréscimo acentuado nos produtos de capitalização (-94,0%) e nos PPR's (88,3%).

1.4.2 Provisões Técnicas

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var.2011/ 2010	Var.2010/ 2009
Provisões técnicas	2.073.102	3.076.907	2.749.187	-32,6%	11,9%
Provisão para prémios não adquiridos	2.646	2.565	2.613	3,2%	-1,9%
Provisão matemática do ramo vida	2.018.428	3.030.120	2.706.414	-33,4%	12,0%
Provisão para Sinistros - De vida	49.759	40.156	34.364	23,9%	16,9%
Provisão para participação nos resultados	2.143	4.047	2.916	-47,1%	38,8%
Provisão para compromissos de taxa	127	18	2.880	611,7%	-99,4%

As provisões técnicas, considerando os produtos de contratos de seguros e os produtos sem participação nos resultados, apresentam um decréscimo de 32,6% relativamente ao ano anterior, devido essencialmente à quebra verificada na provisão matemática do ramo vida.

Contudo, considerando a totalidade dos produtos (contratos de seguros, Unit Linked e produtos com e sem participação nos resultados), as Provisões Matemáticas, de 5.279 milhões de euros, apresentam um decréscimo em relação a 2010 de 30,3%.

As provisões matemáticas são particularmente relevantes no segmento dos PPR, onde se verificou a maior queda (33%). A quota de mercado detida pela BES Vida, no final de 2011, atingiu, neste segmento, os 20,0% (25,5% em 2010), perdendo a liderança do mercado neste tipo de produtos.

Esta evolução das provisões matemáticas está relacionada com a quebra verificada no volume de produção mas também com o forte aumento dos resgates, a que não serão alheias as necessidades de liquidez sentidas no sector bancário e nas famílias.

1.4.3 Actividade Financeira

A actividade financeira continuou em 2011 sob forte pressão, atendendo às perturbações e oscilações sentidas nos mercados financeiros, em particular no que se refere à dívida dos países periféricos da Zona Euro.

Neste contexto, que gerou maiores limitações e constrangimentos na gestão dos activos perante o risco associado directa ou indirectamente às dívidas soberanas, a Companhia procurou privilegiar uma carteira de activos diversificada e manter presentes na gestão da sua carteira níveis de liquidez, segurança e rendibilidade adequadas de forma a garantir a cobertura das responsabilidades assumidas a médio e longo prazo.

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	5.566.902	7.911.744	7.991.293	-29,6%	-1,0%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	180.623	247.870	40.770	-27,1%	508,0%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	9	0,0%	-100,0%
Activos financeiros detidos para negociação	22.593	30.428	30.574	-25,7%	-0,5%
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.885.452	3.971.588	4.426.147	-27,3%	-10,3%
Activos disponíveis para venda	2.078.243	3.403.515	3.374.647	-38,9%	0,9%
Empréstimos e contas a receber	97.023	176.278	37.606	-45,0%	368,8%
Investimentos a deter até à maturidade	228.031	0	0	100,0%	0,0%
Terrenos e edifícios	73.567	80.356	79.499	-8,4%	1,1%
Outros activos tangíveis	1.370	1.710	2.042	-19,9%	-16,3%

Acompanhando a queda significativa verificada nas provisões técnicas, as rubricas do activo referentes à liquidez, investimentos e outros activos tangíveis, registaram um decréscimo de 29,6%, face a 2010, com particular destaque para as duas rubricas de volumes mais significativos: os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (decrécimo superior a 27%) e os activos disponíveis para venda (que registaram uma quebra na ordem dos 40%). O decréscimo verificado nestes últimos está também influenciado pela transferência de títulos, no valor de 256 milhões de euros, para investimentos a deter até à maturidade.

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
Actividade Financeira Líquida	-58.867	93.537	55.862	-162,9%	67,4%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	226.024	231.019	240.175	-2,2%	-3,8%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-190.479	-158.933	-136.568	-19,8%	-16,4%
Perdas de imparidade	-88.601	-5.978	-34.757	-1382,1%	82,8%
Diferenças de câmbio	-5.810	27.429	-12.988	-121,2%	311,2%

Apesar de uma quebra nos rendimentos líquidos de gastos financeiros e nos ganhos líquidos de activos e passivos, foi o aumento verificado no registo de imparidades, que conduziu a um acentuado decréscimo na actividade financeira líquida de 162,9% relativamente ao ano anterior.

Este registo de imparidades deve-se, na sua quase totalidade, á desvalorização verificada nos activos de dívida da Grécia.

1.4.4 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um decréscimo de 43,2%, existindo uma diminuição na generalidade dos custos de aquisição, em particular nas 2 rubricas mais relevantes: as comissões de subscrição e as comissões financeiras. Em sentido oposto, verificou-se um crescimento nas comissões de resgate (20,4%), uma vez que a “pressão” no lado dos resgates foi sentida ao longo do ano de 2011.

Milhares de euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
CUSTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS	32.487	57.192	78.362	-43,2%	-27,0%
Custos de aquisição	28.999	53.701	75.084	-46,0%	-28,5%
Comissões de resgate	1.051	873	917	20,4%	-4,9%
Comissões de subscrição	12.256	17.123	19.225	-28,4%	-10,9%
Comissões financeiras	5.672	24.913	43.418	-77,2%	-42,6%
Outros	2.757	2.973	4.181	-7,2%	-28,9%
Custos imputados à função aquisição	7.262	7.820	7.343	-7,1%	6,5%
Gastos administrativos	5.812	5.817	5.695	-0,1%	2,1%
Custos imputados à função administrativa	5.812	5.817	5.695	-0,1%	2,1%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2.324	-2.326	-2.418	0,1%	3,8%
Comissões de resseguros cedido	-5	-7	-11	22,8%	39,6%
Participação nos resultados de resseguro	-2.318	-2.319	-2.407	0,0%	3,6%

O decréscimo das comissões de subscrição está relacionado com a quebra da verificada na produção.

As comissões financeiras (associadas à gestão de produtos) apresentam igualmente um decréscimo significativo principalmente devido à menor performance entre os activos e os passivos, conduzindo assim a uma redução da margem.

1.4.5 Custos com sinistros e benefícios pagos nos contratos de investimento

Os custos com Sinistros líquidos de resseguro relativos aos contratos de seguros com risco e produtos com participação nos resultados registaram um forte acréscimo face ao ano anterior, 100,6%, em ciclo contrário ao registado em 2010, em que diminuiram 27,9%.

Tal evolução é fortemente influenciada pela evolução no seguro directo (100,5%) uma vez que a componente de resseguro cedido é pouco significativa.

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
CUSTOS COM SINISTROS	1.173.219	584.923	810.922	100,6%	-27,9%
Custos directos com sinistros	1.173.514	585.369	811.201	100,5%	-27,8%
Prestações	1.164.124	579.462	814.356	100,9%	-28,8%
Variação da provisão para sinistros	9.390	5.907	-3.155	59,0%	287,2%
Custos imputados à função sinistros	1.239	1.182	1.140	4,9%	3,7%
de Resseguro Cedido	-1.535	-1.628	-1.419	5,7%	-14,8%
Montantes pagos	-1.977	-1.697	-2.821	-16,4%	39,8%
Variação da provisão para sinistros	442	69	1.402	536,2%	-95,0%

Considerando a totalidade dos custos com sinistros e passivos financeiros, mantém-se a tendência de subida (80,6%) já que o que se verifica é um significativo acréscimo no que respeita a Contratos de Seguro (102,1%) e um crescimento de 64,1% no segmento dos contratos de investimento que, mais uma vez, está directamente relacionada com o quadro económico e financeiro global.

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
TOTAL BES VIDA					
Custos com Sinistros e Passivos Financeiros	2.416.286	1.338.135	1.438.371	80,6%	-7,0%
CONTRATOS DE SEGUROS	1.171.195	579.478	811.495	102,1%	-28,6%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	1.245.091	758.657	626.877	64,1%	21,0%
ESPANHA	2.023	5.445	-294	-62,8%	1952,9%

Analisando a evolução da sinistralidade pelos diferentes grupos de produtos, constata-se um aumento generalizado, com destaque para o segmento de PPR, com 96,2%. Em contraste, verifica-se uma ligeira redução dos custos com sinistros nos produtos de risco (-2,0%).

Milhares de Euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
Custos com Sinistros e Passivos Financeiros	2.416.286	1.338.135	1.438.371	80,6%	-7,0%
- PPR	1.421.797	724.606	618.614	96,2%	17,1%
- PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	680.156	593.102	577.358	14,7%	2,7%
- OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	294.324	0	222.450	100,0%	-100,0%
- PRODUTOS DE RISCO	20.009	20.426	19.949	-2,0%	2,4%

As taxas de sinistralidade (quando medidos os custos com sinistros e passivos financeiros relativamente à produção), apresentam evoluções muito desfavoráveis nos produtos de Capitalização (de 126,4% para 476,8%) e nos PPR (de 101,9% para 1452,8%), uma vez que a produção em 2011 foi significativamente mais baixa e, simultaneamente, verificou-se um crescimento no volume de

resgates. Nos produtos de Risco verificou-se um ligeiro agravamento da taxa de sinistralidade, também consequência de um menor volume de produção em 2011.

Taxa de Sinistralidade (Custos com sinistros e Passivos financeiros/Produção)	2011	2010	2009
Custos com Sinistros e Passivos Financeiros	802,5%	96,1%	112,3%
- PPR	1452,8%	101,9%	69,7%
- PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	476,8%	126,4%	179,4%
- OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	-	0,0%	2963,5%
- PRODUTOS DE RISCO	33,0%	32,5%	31,3%

1.4.6 Gastos Gerais por natureza

Milhares de euros	2011	2010	2009	Var.2011/2010	Var.2010/2009
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	18.655	34.311	18.517	-45,6%	85,3%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	14.827	15.512	14.851	-4,4%	4,5%
Gastos com pessoal	6.869	7.011	6.530	-2,0%	7,4%
Fornecimentos e serviços externos	7.063	6.681	6.377	5,7%	4,8%
Impostos e taxas	203	912	781	-77,8%	16,8%
Depreciações e amortizações do exercício	691	907	1.162	-23,8%	-21,9%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	9.201	10.010	9.067	-8,1%	10,4%
Juros suportados	3.746	3.173	4.048	18,1%	-21,6%
Comissões	5.455	6.837	5.018	-20,2%	36,2%
Outros	-5.372	8.789	-5.400	-161,1%	262,8%

Em termos globais, no final do ano 2011, os Custos e Gastos por Natureza a Imputar apresentam um decréscimo significativo (-45,6%) em relação ao verificado em 2010, fortemente influenciados pela rubrica de outros custos (-161,1%) resultante da anulação da provisão de 7,5 milhões de euros constituída em 2010 para fazer face a eventuais desvalorizações no valor de imóveis (que se registaram nas rubricas próprias de activos em 2011, conduzindo assim á anulação da provisão). Contudo, outras rubricas como os “Custos com Pessoal”, “Impostos e Taxas” “Amortizações” e “Comissões”, verificaram comportamentos favoráveis, ajudando a explicar este decréscimo tão significativo.

Apenas a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta um crescimento face ao exercício anterior, explicado pelos custos associados com a preparação da Companhia para responder ás exigências da “Solvência II”.

Os gastos de natureza operacional diminuem 4,4% e os gastos de natureza financeira apresentam um decréscimo de 8,1%, reflexo da descida verificada nas comissões de gestão de activos, relacionado directamente com o menor volume de activos em carteira.

Quando comparamos os custos e gastos por natureza a imputar (operacionais, de natureza financeira e outros) com a totalidade das provisões matemáticas, verificamos um decréscimo do rácio global, como se pode constatar no quadro seguinte:

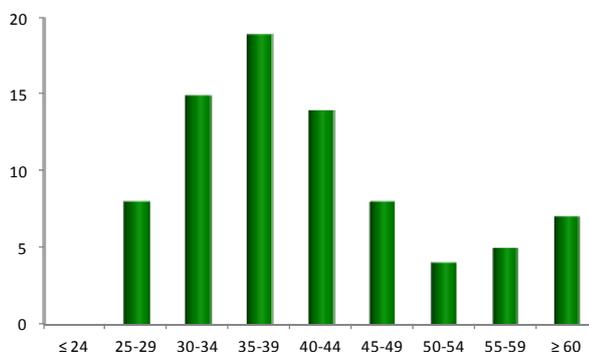
	2011	2010	2009
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR / PROVISÕES MATEMÁTICAS	0,35%	0,45%	0,25%
Gastos de natureza Operacional	0,28%	0,20%	0,20%
Gastos de natureza Financeira	0,17%	0,13%	0,12%
Outros Gastos	-0,10%	0,12%	-0,07%

Apesar da evolução favorável dos gastos, se excluirmos a componente extraordinária relacionada com a anulação da provisão atrás referida, os rácios dos gastos de natureza operacional e de natureza financeira face às provisões matemáticas revelam um crescimento em relação ao ano anterior, situação explicada pela forte queda no volume das provisões matemáticas, como vimos anteriormente.

1.4.7 Recursos Humanos

O nº de colaboradores da BES Vida sofreu uma redução no ano de 2011, quando comparado com 2010. Em 31 de Dezembro de 2011, a BES Vida tinha 80 colaboradores no seu quadro de pessoal (efectivos e contratos a termo), ou seja, menos 4 elementos que em 2010.

A maioria dos colaboradores encontra-se no escalão etário ente os 35 e os 39 anos e 60% têm formação e frequência académica de nível superior.



1.4.8 Resultado do Exercício e Capital Próprio

Milhares de euros	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009
CAPITAL PRÓPRIO	94.837	152.998	215.143	-38,0%	-28,9%
Capital	50.000	250.000	250.000	-80,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital (Prestações Acessórias)	125.000	0	0	100,0%	0,0%
Reservas de reavaliação	-254.291	-163.732	-51.398	-55,3%	-218,6%
Reserva por impostos diferidos	27.630	41.389	11.890	-33,2%	248,1%
Outras reservas	218.652	16.583	16.583	1218,6%	0,0%
Resultados transitados	6.690	-11.932	0	156,1%	-100,0%
Resultado do exercício	-78.843	20.690	-11.932	-481,1%	273,4%

Como consequência do atrás descrito, o resultado líquido da BES Vida em 2011 foi negativo em 78,8 milhões de euros, o que significa uma redução de 481,1% em relação ao verificado em 2010.

Também o Capital Próprio verificou uma redução (-38,0%) face ao final do ano de 2010, atingindo os 94,8 milhões de euros. Para o referido decréscimo contribui, fundamentalmente, a variação negativa verificada na Reserva de Reavaliação (-55,3%), resultado do comportamento negativo dos mercados financeiros.

Procurando reforçar a solidez e solvabilidade da BES Vida, os accionistas decidiram em Assembleia Geral Extraordinária proceder a alterações na estrutura do Capital da sociedade. Assim, foi efectuada uma redução do Capital Social de 250 milhões de euros para 50 milhões de euros, através da diminuição do valor nominal de cada acção de 5 euros para 1 euro, sendo constituída uma reserva com o valor de 200 milhões de euros daí resultante. Em simultâneo, foi efectuado um reforço do Capital através de prestações acessórias, no montante de 125 milhões de euros.

Esta operação permitiu á Companhia manter o Capital Próprio em níveis adequados para responder ás diferentes exigências.

1.4.9 Margem de Solvência

	2011	2010	2009	Var. 2011/2010	Var. 2010/2009	Var. 2009/2008
Margem de Solvência						
Margem de Solvência disponível	182.242	238.678	326.318	-23,6%	-26,9%	58,2%
Margem de Solvência exigida	140.043	195.578	188.407	-28,4%	3,8%	1,2%
Excesso/(insuficiência)	42.199	43.099	137.911	-2,1%	-68,7%	587,6%
% de cobertura	130,1%	122,0%	173,2%	6,6%	-29,5%	56,4%

Como resultado das operações realizadas no capital próprio da Companhia e também da redução do montante da margem de solvência exigida, o rácio de cobertura da margem de solvência apresentou um acréscimo face ao verificado no ano anterior, mantendo-se num nível confortável (130,1%), se tivermos em consideração o contexto económico global.

1.4.10 Síntese e perspectivas

Num ano que ficou marcado pelo clima recessivo da economia, pela crise das dívidas soberanas em alguns países da Zona Euro, incluindo Portugal, e pelas dificuldades de financiamento do sector bancário, o sector segurador e a BES Vida não deixaram de sentir fortemente os seus impactos. Assistiu-se assim a uma redução significativa do volume de produção, que teve como resultado a perda de quota de mercado pela BES Vida em todos os segmentos. Em paralelo, assistiu-se a um aumento muito importante do volume de resgates, que em conjunto provocaram uma erosão acentuada nas responsabilidades sob gestão da Companhia. Tal situação, aliada á evolução desfavorável dos mercados de capitais, provocaram ainda uma degradação dos resultados financeiros da Companhia.

Neste contexto difícil mas procurando reforçar a sua capacidade de resposta ás necessidades, a BES Vida procedeu a alterações na estrutura do seu Capital Próprio, permitindo-lhe assim estar melhor preparada para o futuro.

Mas o ano de 2011 foi também um ano de continuidade na adaptação das estruturas de funcionamento da Companhia, nomeadamente nos serviços partilhados com a BES Seguros, e de continua aproximação ao novo quadro regulamentar e ás exigências que a “Solvência II” trará ao sector.

O final de 2011 trouxe também alterações la legislação laboral aplicável ao sector segurador, com a APS, o STAS e o SISEP a assinarem um novo Contrato Coletivo de Trabalho no dia 23 de Dezembro.

Tendo como principal referência a modernização do contrato e uma melhor redistribuição do custo com as regalias atribuídas aos colaboradores, destacam-se os seguintes aspetos que impactaram já no exercício de 2011:

- Plano de Individual de Reforma

Todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passarão a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador, mantendo-se essa percentagem nos anos seguintes; tem capital garantido; o valor

capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal. O valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31.12.2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma. As novas contribuições do empregador para o PIR destes trabalhadores apenas terão início em 2015.

- Prémio de Permanência

A permanência na empresa será premiada tendo em atenção a idade e o número de anos de vínculo ao empregador, em que o trabalhador, quando completar um ou mais múltiplos de 5 anos de permanência na empresa, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal, pagável conjuntamente com o ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificadas determinadas condições.

- Compensação extraordinária de reequilíbrio contratual

A título de remição de direitos e de obrigações afetados pela cessação de vigência do CCT cujo texto consolidado foi publicado no BTE nº 32 de 29 de Agosto de 2008 e alteração subsequente, bem como para reequilíbrio contratual decorrente da sucessão de instrumentos de regulamentação coletiva, é atribuída uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de Dezembro de 2011, aos trabalhadores filiados nos sindicatos outorgantes que reúnam as condições seguintes:

a) Estejam vinculados ao empregador por contrato de trabalho sem termo;

b) Tenham sido admitidos na empresa antes de 1 de Janeiro de 2010 e tenham prestado pelo menos 22 meses de trabalho efetivo na empresa desde essa data.

Esta compensação será paga até ao dia 30 de Abril de 2012 em dinheiro ou através da constituição de um seguro de capitalização, de acordo com a opção do empregador, e será resgatável ao fim de 90 dias sem penalizações.

Decorrente destas alterações, a BES Vida estimou e registou nas suas contas em 2011 um impacto de 190 mil euros decorrente da alteração do plano de benefício definido para os planos individuais de reforma e de 80 mil euros referente à atribuição de compensação pecuniária e atribuição de prémio de permanência.

Tudo parece indicar que o contexto global em 2012 não será muito diferente, com os mercados financeiros em grande volatilidade, a manutenção de algumas dificuldades de financiamento do sector bancário e a queda do rendimento das famílias a não darem indicações muito positivas. No entanto,

certamente nestes momentos também surgirão oportunidades, com outros riscos eventualmente a surgirem como possibilidades de negócios que atenuarão esta situação. Os produtos de risco surgem assim como um dos eixos estratégicos a desenvolver em 2012 e nos anos seguintes.

Esperamos assistir a partir de 2013 a uma recuperação gradual da economia global e do sistema financeiro, com menores necessidades de captação de recursos que, associados a um contexto fiscal mais favorável e a uma maior importância na sociedade do efeito “reforma”, possibilite uma retoma global da actividade no sector dos seguros e em particular da BES Vida.

Por outro lado, fidelizar os nossos clientes com produtos que respondam às suas necessidades será sempre uma das linhas mestras da nossas acções.

É neste processo gradual, onde a curto prazo viveremos ainda os efeitos de alguma instabilidade económica, financeira e social, que a BES Vida irá operar e enfrentar desafios importantes, destacando-se o desafio á gestão financeira e económica da Companhia.

Também a adequação das suas estruturas e a optimização de processos serão factores muito relevantes para fazer face aos tempos adversos que vivemos.

A procura de responder às novas exigências dos clientes e dos mercados, a continuação dos trabalhos no âmbito do projecto Solvência II, o reforço da securitização no funcionamento da Companhia (na segurança das pessoas, sistemas e processos), continuarão a ser factores sempre presentes nas linhas de actuação da Companhia pois serão indispensáveis para poder continuar o desenvolvimento da sua actividade de forma cada vez mais eficiente e eficaz.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de - 78.842.876 euros.

Nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que este resultado negativo transite para a conta de resultados transitados.

1.6. Nota Final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, SA.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Accionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, determinantes para que a BES Vida atinja no futuro as metas a que se propuser.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e Grupo BES.

Ao Conselho Fiscal, às Entidades de Supervisão e à Associação Portuguesa de Seguradores, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado á BES Vida, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

1.7 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da BES-Vida foi adoptada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A., todos relativos ao exercício de 2011, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

<u>Nome</u>	<u>Função</u>
Rui Manuel Leão Martinho	Presidente do Conselho de Administração
Jérôme Pierre Grivet	Vice-presidente do Conselho de Administração
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Vogal do Conselho de Administração
Vincent Claude Paul Pacaud	Vogal do Conselho de Administração
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Vogal do Conselho de Administração
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Vogal do Conselho de Administração
Hervé Marcel Andre Hassan	Vogal do Conselho de Administração
Jean Luc-François	Vogal do Conselho de Administração
Jean Jacques Duchamp	Vogal do Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

2.1 – Conta de Ganhos e Perdas

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Dezembro 2011			Valores em euros
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	Dezembro 2010
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	139.122.306		139.122.306	881.251.955
Prémios brutos emitidos		144.140.048		144.140.048	887.181.259
Prémios de resseguro cedido		(4.936.658)		(4.936.658)	(5.977.728)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(81.084)		(81.084)	48.424
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	21.696.762		21.696.762	25.546.420
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	(1.173.218.638)		(1.173.218.638)	(584.923.098)
Montantes pagos		(1.163.386.899)		(1.163.386.899)	(578.946.232)
Montantes brutos		(1.165.363.459)		(1.165.363.459)	(580.643.701)
Parte dos resseguradores		1.976.560		1.976.560	1.697.469
Provisão para sinistros (variação)		(9.831.739)		(9.831.739)	(5.976.866)
Montante bruto		(9.389.991)		(9.389.991)	(5.907.426)
Parte dos resseguradores		(441.748)		(441.748)	(69.440)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	(109.311)		(109.311)	2.862.389
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9	1.011.692.991		1.011.692.991	(335.489.292)
Montante bruto		1.011.693.237		1.011.693.237	(335.491.981)
Parte dos resseguradores		(246)		(246)	2.689
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	793.580		793.580	(1.472.082)
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(32.487.275)		(32.487.275)	(57.192.646)
Custos de aquisição		(28.998.722)		(28.998.722)	(53.701.120)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(281)		(281)	(276)
Gastos administrativos		(5.811.929)		(5.811.929)	(5.817.048)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.323.657		2.323.657	2.325.798
Rendimentos	12	227.341.580	1.768.197	229.109.777	250.511.295
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		126.811.517	1.879.044	128.690.561	143.842.315
Outros		100.530.063	(110.847)	100.419.216	106.668.980
Gastos financeiros - Outros	13	804.113	(3.890.234)	(3.086.121)	(19.492.042)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	(80.490.767)	34	(80.490.733)	(18.976.811)
De activos disponíveis para venda		(56.921.698)	34	(56.921.664)	7.807.935
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(23.569.069)	-	(23.569.069)	(26.775.746)
De outros		-	-	-	(9.000)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(102.211.110)	(80.801)	(102.291.911)	(139.132.772)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		(48.262.484)	(72.393)	(48.334.877)	(63.468.280)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(53.948.626)	(8.408)	(53.957.034)	(75.664.492)
Diferenças de câmbio	18	(5.809.870)	-	(5.809.870)	27.429.002
Ganhos líquidos de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	19	(6.630.034)	(1.066.790)	(7.696.824)	(823.308)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	20	(88.600.915)	-	(88.600.915)	(5.977.935)
De activos disponíveis para venda		(31.821.667)	-	(31.821.667)	(5.977.935)
De investimentos a deter até à maturidade		(56.779.248)	-	(56.779.248)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(11.362)	-	(11.362)	(9.268)
Outras provisões (variação)		-	(1.255.739)	(1.255.739)	(744.822)
Outros rendimentos/gastos	21	-	1.408.272	1.408.272	485.123
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		(88.117.950)	(3.117.061)	(91.235.011)	23.852.108
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	32	-	(464.965)	(464.965)	226.639
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	32	-	12.857.100	12.857.100	(3.388.382)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				(78.842.876)	20.690.365
Resultado por acção básico					-1,58
					0,41

2.2 – Balanço

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ACTIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010

Balanço	Notas do Anexo	Dezembro 2011		Dezembro 2010
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	
			Valor Líquido	
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	22	180.622.939	180.622.939	247.870.095
Activos financeiros detidos para negociação	23	22.592.531	-	30.427.635
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	24	2.885.452.389	-	3.971.587.820
Activos disponíveis para venda	25	2.159.905.423	(81.662.449)	3.403.514.858
Empréstimos e contas a receber	26	97.022.767	-	176.278.028
Outros depósitos		96.899.715	-	176.120.962
Empréstimos concedidos		121.154	-	144.867
Outros		1.898	-	12.199
Investimentos a deter até à maturidade	27	228.031.362	-	-
Terrenos e edifícios	28	74.234.266	(667.512)	80.355.936
Terrenos e edifícios de uso próprio		8.743.326	(667.512)	8.207.655
Terrenos e edifícios de rendimento		65.490.940	-	72.148.281
Outros activos tangíveis	29	7.889.547	(6.519.436)	1.709.933
Outros activos intangíveis	30	8.630.432	(8.463.065)	231.596
Provisões técnicas de resseguro cedido	31	3.770.493	-	4.285.889
Provisão matemática do ramo vida		141.717	-	141.964
Provisão para sinistros		1.544.515	-	1.986.263
Provisão para participação nos resultados		2.084.261	-	2.157.662
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	218.415	-	356.339
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32	22.708.326	(101.424)	24.876.737
Contas a receber por operações de seguro directo		4.327.513	(101.424)	17.252.048
Contas a receber por outras operações de resseguro		333.914	-	310.145
Contas a receber por outras operações		18.046.899	-	7.314.544
Activos por impostos	33	62.224.210	-	68.030.608
Activos por impostos correntes		3.278.004	-	7.984.413
Activos por impostos diferidos		58.946.206	-	60.046.195
Acréscimos e diferimentos	34	2.802.592	-	3.977.926
TOTAL ACTIVO		5.756.105.692	(97.413.886)	8.013.503.400

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Balço	Notas do Anexo	Valores em euros	
		Dezembro 2011	Dezembro 2010
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	31	2.073.102.089	3.076.906.577
Provisão para prémios não adquiridos		2.645.979	2.564.894
Provisão matemática do ramo vida		2.018.427.513	3.030.120.469
Provisão para sinistros do ramo vida		49.758.671	40.156.324
Provisão para participação nos resultados		2.142.744	4.047.019
Provisão para compromissos de taxa		127.182	17.871
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	36	3.261.368.113	4.542.201.708
Outros passivos financeiros	37	175.177.195	162.571.109
Passivos subordinados		100.149.498	100.132.606
Depósitos recebidos de resseguradores		262.451	288.695
Outros		74.765.246	62.149.808
Outros credores por operações de seguros e outras operações	38	26.088.790	46.248.395
Contas a pagar por operações de seguro directo		24.136.900	44.253.026
Contas a pagar por outras operações de resseguro		650.691	1.382.801
Contas a pagar por outras operações		1.301.199	612.568
Passivos por impostos	33	2.069.394	1.886.022
Passivos por impostos correntes		2.069.394	1.885.994
Passivos por impostos diferidos		0	28
Acréscimos e diferimentos	39	6.402.828	5.672.846
Outras Provisões	40	19.646.591	25.018.537
TOTAL PASSIVO		5.563.855.000	7.860.505.194
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	41	50.000.000	250.000.000
Outros instrumentos de capital		125.000.000	0
Reservas de reavaliação		(254.291.132)	(163.731.989)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		(256.739.841)	(164.845.904)
De diferenças de câmbio		2.448.709	1.113.915
Reserva por impostos		27.629.543	41.388.924
Outras reservas		218.651.666	16.582.629
Resultados transitados		6.689.605	(11.931.723)
Resultado do exercício		(78.842.876)	20.690.365
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		94.836.806	152.998.206
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		5.658.691.806	8.013.503.400

2.3 – Demonstração das alterações no Capital Próprio

BES - VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

	Capital	Prestações suplementares	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas			
Balanco a 31 de Dezembro de 2009	250.000.000	-	(51.397.891)	11.890.030	16.408.288	174.341	-	(11.931.723)	215.143.045
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(129.928.930)	-	-	-	-	-	(129.928.930)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.865.638	-	-	-	-	-	2.865.638
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	29.498.894	-	-	-	-	29.498.894
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	(11.931.723)	11.931.723	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos directamente no capital	-	-	14.729.194	-	-	-	-	-	14.729.194
Total da variação do capital próprio	-	-	(112.334.098)	29.498.894	-	-	(11.931.723)	11.931.723	(82.835.204)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	20.690.365	20.690.365
Balanco a 31 de Dezembro de 2010	250.000.000	-	(163.731.989)	41.388.924	16.408.288	174.341	-	(11.931.723)	20.690.365
Aumentos/reduções de capital	-	125.000.000	-	-	-	-	-	-	125.000.000
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(78.734.212)	-	-	-	-	-	(78.734.212)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.334.794	-	-	-	-	-	1.334.794
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(13.759.381)	-	-	-	-	(13.759.381)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	2.069.037	-	-	(2.069.037)	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos directamente no capital	-	-	(13.159.725)	-	-	-	18.621.328	(18.621.328)	(13.159.725)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	(200.000.000)	-	-	-	-	200.000.000	-	-	-
Total da variação do capital próprio	(200.000.000)	125.000.000	(90.559.143)	(13.759.381)	2.069.037	200.000.000	18.621.328	(20.690.365)	20.681.476
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(78.842.876)	(78.842.876)
Balanco a 31 de Dezembro de 2011	50.000.000	125.000.000	(254.291.132)	27.629.543	18.477.325	200.174.341	6.689.605	(78.842.876)	94.836.806

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2.4 – Demonstração do Rendimento Integral

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	(78.842.876)	20.690.365
Imparidades dos activos financeiros disponíveis para venda	31.821.667	5.977.935
Imparidades dos activos financeiros deter até á maturidade	22.545.286	-
Vendas de activos financeiros disponíveis para venda	56.254.558	(9.273.003)
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(196.009.772)	(123.768.224)
Amortização da reserva de activos financeiros deter até á maturidade	7.988.843	-
Variação dos impostos correntes e diferidos	(13.759.381)	29.498.894
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos directamente em capitais próprios	(13.159.725)	14.729.194
Total do rendimento integral	(183.161.400)	(62.144.839)

2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010

	2011	2010
FLUXOS DE ACTIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	162.723.844	868.273.837
Operações de Resseguro	1.570.909	30.109.821
Operações com contratos de investimento	158.647.910	527.107.986
Outras Actividades Operacionais	1.112.858	45
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(1.269.696.993)	(579.257.901)
Operações de Resseguro	(13.507.625)	(80.570.316)
Operações com contratos de investimento	(1.249.759.567)	(755.571.082)
Comissões	(40.910.489)	(45.259.393)
Outras Actividades Operacionais	-	(93.428)
C Pagamentos ao Pessoal	(3.557.050)	(3.416.853)
D Pagamentos a Fornecedores	(10.315.974)	(11.677.057)
E Outros pagamentos e recebimentos	1.695.025	1.718.363
F Impostos e Taxas	(28.509.184)	(18.103.184)
G Impostos sobre o rendimento	(116.004)	10.852.614
Fluxos de Actividade Operacionais (1)	(2.290.622.340)	(55.886.548)
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	33.405.596.192	30.135.860.571
Dividendos	8.700.359	11.994.598
Juros	39.934.167	195.296.115
Outros Rendimentos	62.030.947	2.185.374
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(31.410.585.471)	(30.075.913.029)
Aquisição de Imobilizado	(570.116)	(698.847)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(1.843.840)	(2.583.376)
Fluxos de Actividade de Investimento (2)	2.103.262.238	266.141.406
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Recebimentos		
Empréstimos Subordinados	125.000.000	-
Outros Empréstimos	72.710	-
K Pagamentos		
Juros sobre Empréstimos	(3.723.764)	(3.154.299)
Contrato de Locação Financeira	(1.236.000)	-
Fluxos de Actividade de Financiamento (3)	120.112.946	(3.154.299)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(67.247.156)	207.100.559
L Caixa e seus equivalentes no início do exercício	247.870.095	40.769.536
M Caixa e seus equivalentes no final do exercício	180.622.939	247.870.095

2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

A Companhia foi constituída em 28 de Junho de 1993, e tem como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de Janeiro de 1994. A Sucursal de Espanha, com sede em Madrid, iniciou a sua atividade em Junho de 1996. Em Agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efetuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e a Companhia Crédit Agricole, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A. (“Bes-Vida” ou “Companhia”).

A Companhia é controlada pelo Crédit Agricole Assurance, S.A., cuja empresa mãe do Grupo é o Crédit Agricole, S.A.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da BES-Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010 de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na *IFRS 4 - Contratos de Seguro*. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Durante o exercício de 2011 não ocorrerem alterações voluntárias de políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentadas nos comparativos.

Contudo e tal como descrito na Nota 44, a BES-Vida adotou igualmente, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pela BES-Vida na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2011 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a BES-Vida ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 45.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras e a Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os activos financeiros, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes activos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de Fevereiro de 2012.

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as empresas subsidiárias são registadas ao custo de aquisição deduzidas de perdas por imparidade quando determinadas.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Loans and receivables" e "Held-to-maturity" são também permitidas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou

eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses; Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o “*accounting mismatch*” são registados ao justo valor.

2.7. Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são capitalizados no activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outros	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.9. Activos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 a 6 anos).

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para o Sector Segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 que tenham sido admitidos na atividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma.

A Companhia constituiu um Fundo de Pensões que se destina a cobrir as responsabilidades inerentes ao plano mencionado no parágrafo anterior.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na Companhia correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A Companhia determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é imputado a resultados com base no método do corredor.

A Companhia efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES-Vida estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores da BES-Vida têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do Banco Espírito Santo, S.A. acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço da Companhia por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de Remuneração variável enquadra-se no âmbito da IFRS 2 e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados como custo com pessoal ao longo do período de serviço definido como 3 anos.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos por prejuízos fiscais são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transação e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transação.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos segurados, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS 4. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS39.

Os activos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros da Companhia.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efectuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros disponíveis para venda afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 31).

Provisão para compromissos de taxa (“Liability adequacy test”)

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a Companhia não detinha acções próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida susceptíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.20. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e a deter até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

No seguimento da IFRIC de Julho de 2009 a Companhia optou por ajustar os critérios de imparidade para:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses; Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

A Companhia de acordo com a política contabilística anteriormente descrita e em consequência das dificuldades financeiras significativas do emitente e das negociações em curso para a reestruturação da dívida onde se perspectiva uma redução do seu valor nominal em 50%, de acordo com as conclusões da reunião do Eurogrupo de 26 de Outubro de 2011, determinou a existência de evidência objectiva de imparidade nas suas posições de Dívida pública grega.

Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda (AFS) no valor nominal de 35.500 milhares de euros, a Companhia registou no exercício de 2011 uma perda por imparidade no valor de 27.874 milhares de euros.

Quanto aos activos financeiros a deter até à maturidade no valor nominal de 112.400 milhares de euros, a Companhia registou no exercício de 2011 uma perda por imparidade no valor de 56.779 milhares de euros, determinada com base na recuperabilidade estimada (50%).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES-Vida e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efectuados pela Companhia.

A esta estimativa está subjacente a concretização do plano de negócios previsional da Companhia para o período de 2012 a 2015, que se baseia nos seguintes pressupostos principais:

- Retoma gradual da evolução positiva da actividade da Companhia a partir de 2013:
 - beneficiando de um enquadramento económico mais positivo (comparativamente a 2011 e 2012), com uma recuperação global da economia e do sistema financeiro e menores necessidades de financiamento do sector bancário;
 - Produtos de risco como um eixo estratégico de desenvolvimento, podendo beneficiar também da progressiva retoma do crédito às famílias; e
 - Contexto legislativo de diferenciação fiscal positiva nalguns produtos e maior importância do conceito “reforma”.

Estas perspectivas enquadram uma estimativa de incremento gradual do volume de produção a partir de 2013, atingindo em 2015 valores próximos da média dos verificados nos últimos 5 anos, assim como a evolução média anual do resultado técnico em cerca de 10%.

- Redução gradual do volume de resgates, com maior efeito a partir de 2013, fruto de uma maior intervenção do lado da oferta mas também de menores necessidades de liquidez do sector bancário;
- Estabilização dos mercados financeiros, sem a existência de “defaults” significativos, e da situação do crédito global, com uma valorização gradual dos activos, associada a uma gestão financeira prudente mas com maior flexibilidade em termos de composição da sua carteira, procurando assegurar uma maior rentabilidade da carteira de activos. Neste contexto, estimou-se uma manutenção do nível das taxas de juro e um incremento do mercado acionista no período de cerca de 10%; e
- Assegurar o funcionamento adequado da Companhia optimizando os seus custos de funcionamento.

Sendo baseado em estimativas, que julgamos adequadas e possíveis de concretizar, poderão existir naturalmente incertezas á sua concretização, nomeadamente no que se refere a eventuais volatilidades dos mercados financeiros ou decorrentes da evolução económica global.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística “provisões técnicas”. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates,

anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor actual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A atividade da Companhia encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objectivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos de capitalização com participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos activos;
- (iii) Produtos de capitalização sem participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro; e
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos activos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal e em Espanha através de uma sucursal. Considerando que a atividade desenvolvida em Espanha não é significativa e não cumpre os critérios de obrigatoriedade estabelecidos na IFRS 8, no que respeita à sua divulgação, a Companhia optou por não preparar reporte por segmento geográfico.

O reporte de segmentos é apresentado como segue:

Conta de Ganhos e Perdas

2011					
	Tradicional	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	56.851.798	82.270.509	-	-	139.122.306
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	21.696.762	-	21.696.762
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(20.829.190)	(1.152.389.448)	-	-	(1.173.218.638)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(127.169)	17.858	-	-	(109.311)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5.065.429	1.006.627.562	-	-	1.011.692.991
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(792.274)	1.585.855	-	-	793.580
Custos e gastos de exploração líquidos	(179.146)	(13.155.793)	(18.576.203)	(576.132)	(32.487.274)
Rendimentos	11.980.779	92.978.275	122.382.524	1.768.197	229.109.775
Gastos financeiro	(187.495)	103.323	(2.977.049)	(24.900)	(3.086.121)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.526.856)	(49.338.919)	(27.950.194)	(674.764)	(80.490.733)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.503)	(16.112.415)	(86.097.192)	(80.801)	(102.239.911)
Diferenças de câmbio	(264.765)	(1.430.402)	(4.114.702)	-	(5.809.869)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	(7.696.824)	-	-	(7.696.824)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(67.330.837)	(21.270.078)	-	(88.600.915)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(11.362)	-	-	-	(11.362)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(1.255.739)	(1.255.739)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	1.408.272	1.408.272
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	48.978.245	(123.871.257)	(16.906.132)	564.133	(91.235.011)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(464.965)	(464.965)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	12.857.100	12.857.100
Resultado líquido do exercício	48.978.245	(123.871.257)	(16.906.132)	12.956.268	(78.842.876)

2010					
	Tradicional	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	58.364.188	822.887.767	-	-	881.251.955
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	25.546.420	-	25.546.420
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(25.871.046)	(559.052.053)	-	-	(584.923.099)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	6.778.033	2.862.389	-	-	2.862.389
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(1.472.082)	(342.267.326)	-	-	(335.489.293)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(243.595)	(22.372.010)	(33.665.542)	(911.500)	(1,472,082)
Custos e gastos de exploração líquidos	(14.151.428)	105.501.513	130.817.480	40.875	250,511,296
Rendimentos	(78.394)	(14,240,986)	(3,793,001)	(1,379,660)	(19,492,041)
Gastos financeiro	(1,710,961)	14,497,360	(31,754,210)	(9,000)	(18,976,811)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(697,561)	(27,785,068)	(110,581,452)	(68,691)	(139,132,772)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(64,442)	7,675,331	19,818,113	-	27,429,002
Diferenças de câmbio	-	(823,308)	-	-	(823,308)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	(5,892,971)	-	-	(5,892,971)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(84,964)	-	-	-	(84,964)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(9,268)	-	-	-	(9,268)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(744,822)	(744,822)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	485,123	485,123
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	0
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	49.061.336	(19.009.362)	(3.612.192)	(2.587.675)	23.852.107
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	226.639	226.639
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	(3,388,382)	(3,388,382)
Resultado líquido do exercício	49.061.336	(19.009.362)	(3.612.192)	(5.749.418)	20.690.364

Balanco

2011					
	Tradicional	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.776.732	22.865.340	130.810.955	25.169.911	180.622.938
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	19.375.493	3.217.038	-	22.592.530
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	22.305.627	95.106.510	2.767.826.374	213.878	2,885,452,389
Ativos financeiros disponíveis para venda	471,021,711	1,605,982,579	-	1,238,684	2,078,242,974
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,984,822	12,400,186	20,074,565	-	62,563,194
Investimentos a deter até à Maturidade	65,955,309	162,076,053	-	-	228,031,362
Terrenos e Edifícios	-	46,086,686	895,830	26,584,238	73,566,754
Total	563.044.201	1.963.892.847	2.922.824.762	115.769.905	5.565.531.714

PASSIVO					
Provisões Técnicas	56.751.637	2.016.350.452	-	-	2,073,102,089
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento	-	-	3,261,368,113	-	3,261,368,113
Total	56.751.637	2.016.350.452	3.261.368.113	-	5.334.470.202

2010					
	Tradicional	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.593.762	111,709,754	130,953,858	1,726,362	247,983,736
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	28,454,640	(1,235,584)	1,972,995	-	29,192,061
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11,463,469	227,398,671	3,759,995,889	-	3,998,857,729
Ativos financeiros disponíveis para venda	249,898,129	2,530,935,975	625,640,345	1,613,507	3,408,087,956
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,999,687	44,519,893	14,479,093	144,119	191,342,791
Terrenos e Edifícios	-	52,329,638	3,740,310	27,115,357	83,185,305
Total	295.409.686	2.965.658.347	4.666.982.190	30.599.345	7.958.649.568

PASSIVO					
Provisões Técnicas	52.908.512	3.003.474.419	20.523.647	-	3,076,906,578
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento	-	-	4,542,201,708	-	4,542,201,708
Total	52.908.512	3.003.474.419	4.562.725.355	-	7.619.108.286

NOTA 5 - PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prémios brutos emitidos	144.140.048	887.181.259
Prémios de resseguro cedido	(4.936.658)	(5.977.728)
Prémios líquidos de resseguros	139.203.390	881.203.531
Varição da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	(81.084)	48.424
Prémios líquidos de resseguro	<u>139.122.306</u>	<u>881.251.955</u>

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tradicionalis	61.869.539	64.647.577
Capitalização com participação nos resultados	82.270.509	822.533.682
	<u>144.140.048</u>	<u>887.181.259</u>

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

Alguns indicadores relativos aos seguros de vida, podem ser analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prémios brutos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	140.379.009	884.062.084
Relativos a contratos de grupo	3.761.039	3.119.175
	<u>144.140.048</u>	<u>887.181.259</u>
Periódicos	90.777.333	146.768.227
Não periódicos	53.362.715	740.413.032
	<u>144.140.048</u>	<u>887.181.259</u>
De contratos sem participação nos resultados	62.273.929	63.736.022
De contratos com participação nos resultados	81.866.119	823.445.237
	<u>144.140.048</u>	<u>887.181.259</u>
Prémios brutos de resseguros aceite	-	19.614.109
Prémios de resseguro cedido	<u>(4.936.658)</u>	<u>(5.977.728)</u>

NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Comissões de subscrição	547.911	1.472.998
Comissões de gestão	19.918.057	23.390.880
Comissões de resgate	1.230.794	682.542
	<u>21.696.762</u>	<u>25.546.420</u>

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

De acordo com os requisitos da IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados deixaram de ser reconhecidos sob a forma de prémios passando apenas a ser registada a comissão de subscrição e de gestão dos mesmos como proveitos.

NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Seguro directo		
Montantes pagos	(1.164.124.109)	(579.461.726)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(1.239.350)	(1.181.975)
Varição da provisão para sinistros	(9.389.991)	(5.907.426)
	<u>(1.174.753.450)</u>	<u>(586.551.127)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	1.976.560	1.697.469
Varição da provisão para sinistros	(441.748)	(69.440)
	<u>1.534.812</u>	<u>1.628.029</u>
	<u>(1.173.218.638)</u>	<u>(584.923.098)</u>

NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Provisão para compromissos de taxa	(109.311)	2.862.389
	<u>(109.311)</u>	<u>2.862.389</u>

NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados líquida de resseguro diz respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (ver Nota 31).

NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2011	2010
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(1.050.992)	(872.589)
Comissões de subscrição	(12.256.099)	(17.123.130)
Comissões financeiras	(5.671.977)	(24.912.859)
Outros	(2.757.327)	(2.972.577)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(7.262.327)	(7.819.965)
	<u>(28.998.722)</u>	<u>(53.701.120)</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	(281)	(276)
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(5.811.929)	(5.817.048)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	5.190	6.725
Participação nos resultados de resseguro	2.318.467	2.319.073
	<u>(3.488.553)</u>	<u>(3.491.526)</u>
	<u>(32.487.275)</u>	<u>(57.192.646)</u>

NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

	2011	2010
Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponíveis para venda	107.634. 942	139.669. 696
de activos a deter até à maturidade	11.024. 438	-
de terrenos e edifícios	2.359. 622	2.560. 830
de empréstimos concedidos e contas a receber	6.122. 177	487. 275
de depósitos em instituições de crédito	1.549. 382	1.124. 514
	<u>128.690. 561</u>	<u>143.842. 315</u>
Rendimentos de outros activos		
de activos detidos para negociação	7.320. 047	5.188. 598
de activos ao justo valor através de resultados	93.099. 169	101.480. 382
	<u>100.419. 216</u>	<u>106.668. 980</u>
	<u>229.109.777</u>	<u>250.511.295</u>

NOTA 13 - GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos (ver Nota 14).

NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos com sinistros (ver Nota 7)	1.239.350	1.181.975
Custos de aquisição (ver Nota 11)	7.262.327	7.819.965
Custos administrativos (ver Nota 11)	5.811.929	5.817.048
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	3.086.121	19.492.042
Outras provisões	1.255.739	-
	<u>18.655.466</u>	<u>34.311.030</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos com pessoal	6.869.266	7.010.703
Fornecimentos e serviços externos	7.063.166	6.681.473
Impostos e taxas	202.914	912.459
Amortizações do exercício (ver notas 28, 29 e 30)	691.258	907.486
Outras provisões	(5.371.946)	8.789.000
Juros suportados	3.746.091	3.173.072
Comissões	5.454.717	6.836.837
	<u>18.655.466</u>	<u>34.311.030</u>

A rubrica de outras provisões inclui a reversão da provisão de 7,5 milhões euros constituídas em 2010 para fazer face a perdas associadas a menos valias potenciais de imóveis, tendo este proveito sido imputado na totalidade à função de gestão de investimentos.

Os juros suportados dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia.

A rubrica de comissões é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.

Os custos com o pessoal desagregam-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos sociais	851.384	1.028.111
Remunerações do pessoal	3.204.144	3.023.086
Encargos sobre remunerações	740.247	709.141
Benefícios pós emprego	678.297	638.961
Seguros obrigatórios	82.342	79.685
Custos de acção social	110.705	201.952
Outros custos com o pessoal	158.821	158.921
Estimativa de bónus	1.043.326	1.170.846
	<u>6.869.266</u>	<u>7.010.703</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por categoria profissional, o número de colaboradores do quadro permanente da Companhia BES-Vida analisa-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Direcção	9	10
Quadro Técnico	43	46
Actuario	3	2
Chefe de Serviços	2	3
Chefe de Secção	2	
Sub-chefe de Secção	1	2
Secretária	2	2
Escriturário	21	19
Apoio Geral	2	3
	<u>85</u>	<u>87</u>

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Electricidade	98.570	114.908
Material de escritório	22.105	22.130
Artigos para oferta	377.198	260.171
Conservação e reparação	1.335.485	1.249.080
Rendas e alugueres	267.447	342.033
Despesas de representação	13.741	15.264
Comunicação	584.036	494.269
Deslocações e estadas	68.285	69.202
Seguros	143.689	78.489
Publicidade e propaganda	132.238	539.310
Limpeza, higiene e conforto	99.814	93.139
Vigilância e segurança	41.846	51.550
Trabalhos especializados	2.967.488	2.286.027
Serviços prestados	161.312	215.150
Call center	72.424	88.896
Outros	677.488	761.855
	<u>7.063.166</u>	<u>6.681.473</u>

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Durante o exercício 2011 foram facturados 94 milhares de Euros respeitante a serviços de Revisão Legal de Contas (139 milhares de Euros em 2010) e 156 milhares de Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade (127 milhares de Euros em 2010).

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 2.11, foram estabelecidos planos de benefícios definidos para os colaboradores da Companhia, estando abrangidos os benefícios por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde para as empresas da Companhia é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2011.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2011 e 2010, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2011	2010
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,00% - 3,75% (*)	1,00% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,48% (*) - 5,90%	5,48% (*) - 5,90%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25% - 3,75% (*)	2,25% - 3,75% (*)
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2011	2010
Activos	28	31
Reformados	14	14
	42	45

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidade em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(10.457.495)	(8.569)	(10.466.064)	(11.026.857)	(13.232)	(11.040.089)
Activos	(4.713.880)	-	(4.713.880)	(4.361.246)	-	(4.361.246)
	(15.171.375)	(8.569)	(15.179.944)	(15.388.103)	(13.232)	(15.401.335)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	14.840.295	-	14.840.295	14.919.899	-	14.919.899
Activos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	(331.080)	(8.569)	(339.649)	(468.204)	(13.232)	(481.436)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	564.926	(6.858)	558.068	840.983	(3.208)	837.775
Activos (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	233.846	(15.427)	218.419	372.779	(16.440)	356.339

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro						
Custos do serviço corrente	537.372	302	537.674	535.847	319	536.166
Custos dos juros	825.324	674	825.998	820.516	759	821.275
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(914.341)	(3.771)	(918.112)	(491.691)	-	(491.691)
Pensões pagas pelo fundo	(595.792)	(1.868)	(597.660)	(695.099)	(2.257)	(697.356)
Benefícios pagos pela Companhia	(69.291)	-	(69.291)	(69.291)	(1.097)	(70.388)
	15.171.375	8.569	15.179.944	15.388.103	13.232	15.401.335

A evolução dos activos do fundo de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo do fundo 1 de Janeiro	14.919.899	-	14.919.899	15.240.169	-	15.240.169
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	699.472	-	699.472	718.443	-	718.443
Ganhos e perdas actuariais	(638.284)	-	(638.284)	(657.670)	-	(657.670)
Contribuições efectuadas pela Companhia	455.000	-	455.000	355.106	-	355.106
Pensões pagas pelo fundo	(595.792)	-	(595.792)	(695.099)	-	(695.099)
Alterações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Transferências de outros fundos	-	-	-	(41.050)	-	(41.050)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	14.840.295	-	14.840.295	14.919.899	-	14.919.899

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	840.983	(3.204)	837.779	633.953	(2.144)	631.809
Aquisições empresas e outros	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades nos activos do plano	(914.341)	(3.772)	(918.113)	(450.641)	(1.097)	(451.738)
Amortização do exercício	638.284	-	638.284	657.671	-	657.671
	-	118	118	-	37	37
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	564.926	(6.858)	558.068	840.983	(3.204)	837.779
Dos quais:						
Dentro do corredor	564.926	(857)	564.069	840.983	(1.323)	839.660
Fora do corredor	-	(6.001)	(6.001)	-	(1.881)	(1.881)

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2011 e 2010, pode ser analisada como segue:

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
(Activos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	468.204	13.232	481.436	47.652	15.508	63.160
Ganhos e perdas actuariais da responsabilidades	(914.341)	(3.772)	(918.113)	(450.641)	(1.097)	(451.738)
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	638.284	-	638.284	657.670	-	657.670
Encargos do ano:						
Custo do serviços corrente	537.372	302	537.674	535.847	319	536.166
Custo dos juros	825.324	674	825.998	820.516	759	821.275
Rendimento esperado do fundo	(699.472)	-	(699.472)	(718.443)	-	(718.443)
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	(524.291)	(1.868)	(526.159)	(424.397)	(2.257)	(426.654)
(Activos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	331.080	8.569	339.649	468.204	13.232	481.436

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
Custos do serviço corrente	537.372	302	537.674	535.847	1.078	536.925
Custo dos juros	825.324	674	825.998	820.516	-	820.516
Rendimento esperado do fundo	(699.472)	-	(699.472)	(718.443)	-	(718.443)
Amortização do exercício	-	(118)	(118)	-	(37)	(37)
Custos do exercício	663.224	858	664.082	637.920	1.041	638.961

A evolução dos activos/(responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	2011			2010		
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
Em 1 de Janeiro	372.779	(16.440)	356.339	586.301	(17.655)	568.646
Aquisições empresas e outros	-	-	-	-	-	-
Custos do exercício	(663.224)	(858)	(664.082)	(637.920)	(1.041)	(638.961)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	524.291	1.867	526.158	424.398	2.256	426.654
Em 31 de Dezembro	233.846	(15.431)	218.415	372.779	(16.440)	356.339

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2011		em milhares de euros	
		%	2010	%
Terrenos e edifícios	7.934	14,01%	8.061	13,65%
Activos da entidade gestora ou de sociedades relacionadas	-	0,00%	-	0,00%
Acções e outros títulos de rendimento variável	12.645	22,33%	17.176	29,09%
Títulos de rendimento	34.253	60,49%	31.901	54,02%
Depósitos em instituições de crédito	1.449	2,56%	1.143	1,94%
Devedores e credores do fundo	50	0,09%	282	0,48%
Juros a receber	292	0,52%	490	0,83%
	56.623	100%	59.053	100%

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a BES-Vida representa cerca de 25% do total do fundo.

A Companhia não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

	2011		2010		2009		2008		2007	
	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde								
Responsabilidades	(15.171.375)	(8.569)	(15.388.103)	(13.232)	(15.287.821)	(15.508)	(15.217.105)	-16.691,00	(12.677.231)	(24.266)
Saldo dos fundos	14.840.295	-	14.919.899	-	15.240.169	-	14.151.295	0,00	9.384.187	-
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	(331.080)	(8.569)	(468.204)	(13.232)	(47.652)	(15.508)	(1.065.810)	-16.691,00	(3.293.044)	(24.266)
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes das responsabilidades	(914.341)	(3.772)	(450.641)	(1.097)	(350.065)	1.232	(2.117.025)	-9.498,00	116.809	(3.207)
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes dos fundos	638.284	-	657.671	-	(639.969)	-	1.181.324	0,00	104.125	-

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES-Vida estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma Remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data Inicial de referência	02-06-2008
Data final de referência	02-06-2011
Direitos atribuídos	28.500
Preços de referência	11
Taxa de Juro	5,22%
Volatilidade	33,50%
Valor inicial do plano	83.953

Conforme a política contabilística descrita na nota 2.11, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 84 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base a BES - Vida reconheceu em custos com pessoal no exercício o valor de 12 milhares de euros. A variação do justo valor do benefício ao longo do prazo do programa é reconhecida em resultados.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, apresentando valor nulo em 31 de Dezembro de 2011.

NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	7.908.682	(15.632.664)	(7.723.982)	12.095.009	(1.879.321)	10.215.688
De outros emissores	13.064.798	(55.825.190)	(42.760.392)	12.190.903	(23.584.770)	(11.393.867)
Acções	10.269.906	(15.204.792)	(4.934.886)	18.324.021	(8.797.529)	9.526.492
Outros títulos de rendimento variável	390.341	(1.892.745)	(1.502.404)	4.572.443	(5.112.821)	(540.378)
	31.633.727	(88.555.391)	(56.921.664)	47.182.376	(39.374.441)	7.807.935

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Derivados	132.687.521	(181.022.398)	(48.334.877)	175.394.591	(238.862.871)	(63.468.280)
	132.687.521	(181.022.398)	(48.334.877)	175.394.591	(238.862.871)	(63.468.280)

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1.500.487	(3.758.683)	(2.258.196)	1.189.672	(2.589.061)	(1.399.389)
De outros emissores	86.828.368	(107.090.489)	(20.262.121)	128.748.425	(238.153.122)	(109.404.697)
Acções	33.865.224	(59.997.230)	(26.132.006)	98.222.828	(49.804.030)	48.418.798
Outros títulos de rendimento variável	15.985.036	(212.906.473)	(196.921.437)	(8.340.023)	(46.536.407)	(54.876.430)
	138.179.115	(383.752.875)	(245.573.760)	219.820.902	(337.082.620)	(117.261.718)
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
	432.532.315	(240.915.589)	191.616.726	442.973.365	(401.376.139)	41.597.226
	570.711.430	(624.668.464)	(53.957.034)	662.794.267	(738.458.759)	(75.664.492)

NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	2011	2010
Diferenças de cambio de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponíveis para venda	(425.698)	610.126
de empréstimos concedidos e contas a receber	3.267	746.256
de depósitos em instituições de crédito	(1.175.096)	13.903.119
	(1.597.527)	15.259.501
Diferenças de cambio de outros activos		
de activos detidos para negociação	(1.921.280)	1.265.485
de activos ao justo valor através de resultados	(2.291.063)	10.904.016
	(4.212.343)	12.169.501
	(5.809.870)	27.429.002

NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS PELA VENDA DE ACTIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias registadas através da alienação e reavaliação de imóveis (ver nota 28).

NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de activos financeiros, são analisadas como segue:

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	(84 653 195)	-
Acções	(11 630)	(93 200)
Outros títulos de rendimento variável	(3 936 090)	(5 884 735)
	(88 600 915)	(5 977 935)

O montante de imparidade registado em Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De outros emissores públicos diz respeito na sua totalidade a posições de Dívida pública grega (ver nota 3.1).

NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prestações de serviços	836.576	980.582
Outros proveitos/(custos)	572.172	(495.459)
	<u>1.408.748</u>	<u>485.123</u>

A rubrica prestação de serviços diz respeito a proveitos gerados pela prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade à T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

NOTA 22 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	3.117	16.201
Depósitos à ordem	180.619.822	247.853.894
	<u>180.622.939</u>	<u>247.870.095</u>

NOTA 23 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro 2011 e 2010 são analisados da seguinte forma:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	<u>Nocional</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Justo Valor</u>	<u>Nocional</u>	<u>Justo Valor</u>
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
Compra	98.373.394	298.976	-	298.976	35.845.788	(610.868)
Vendas	443.237.134	1.256	(2.737.938)	(2.736.682)	629.951.556	(4.083.600)
Currency Futures	-	-	-	-	4.625.000	-
	<u>541.610.528</u>	<u>300.232</u>	<u>(2.737.938)</u>	<u>(2.437.706)</u>	<u>670.422.344</u>	<u>(4.694.468)</u>
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	3.591.327.671	19.179.327	(2.765.626)	16.413.701	226.182.644	33.119.516
Swaption - Interest Rate Options	200.000.000	88.645	-	88.645	300.000.000	1.444.431
Interest Rate Futures	295.615.380	-	-	-	78.000.000	-
	<u>4.086.943.051</u>	<u>19.267.972</u>	<u>(2.765.626)</u>	<u>16.502.346</u>	<u>604.182.644</u>	<u>34.563.947</u>
Contratos sobre acções/índices						
Equity/Index Swaps	-	-	-	-	6.962.800	1.913.607
Equity/Index Options	51.309.413	1.296.277	(166.609)	1.129.668	76.401.136	1.197.076
Equity/Index Futures	312.462.764	-	-	-	11.154.332	-
	<u>363.772.177</u>	<u>1.296.277</u>	<u>(166.609)</u>	<u>1.129.668</u>	<u>94.518.268</u>	<u>3.110.683</u>
Contratos sobre créditos						
Créditos Default Swaps	557.042.325	1.728.050	(18.275.844)	(16.547.794)	378.295.000	(2.552.527)
	<u>557.042.325</u>	<u>1.728.050</u>	<u>(18.275.844)</u>	<u>(16.547.794)</u>	<u>378.295.000</u>	<u>(2.552.527)</u>
	<u>5.549.368.081</u>	<u>22.592.531</u>	<u>(23.946.017)</u>	<u>(1.353.486)</u>	<u>1.747.418.256</u>	<u>30.427.635</u>

No exercício de 2011 a Companhia optou por registar os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica "Outros passivos financeiros" (ver nota 37).

NOTA 24 - ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	22.417.410	20.079.392
De outros emissores	1.083.129.518	1.695.434.178
Acções	54.260.092	431.163.846
Outros títulos de rendimento variável	1.725.645.369	1.824.910.404
Valor de balanço	2.885.452.389	3.971.587.820
Valor de aquisição	3.145.521.455	4.075.581.581

No que respeita a títulos cotados e não cotados, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através dos resultados é analisada da seguinte forma:

	2011			2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	22.417.410	-	22.417.410	20.079.392	-	20.079.392
De outros emissores	346.621.063	736.508.455	1.083.129.518	1.067.737.980	627.696.198	1.695.434.178
Acções	38.490.985	15.769.107	54.260.092	413.961.801	17.202.045	431.163.846
Outros títulos de rendimento variável	500.671.496	1.224.973.873	1.725.645.369	719.855.855	1.105.054.549	1.824.910.404
	908.200.953	1.977.251.435	2.885.452.388	2.221.635.028	1.749.952.792	3.971.587.820

NOTA 25 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	1.070.376.973	15.360.169	(83.602.235)	-	1.002.134.907	16.990.219	1.002.134.907
De outros emissores	2.251.449.005	33.427.213	(165.098.070)	(57.182.010)	2.062.596.138	40.301.441	2.062.596.138
Acções	158.041.601	24.627.587	(9.578.696)	(11.375.600)	161.714.892	-	161.714.892
Outros títulos de rendimento variável	172.612.240	8.468.838	(3.233.408)	(778.749)	177.068.921	-	177.068.921
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.652.479.819	81.883.807	(261.512.409)	(69.336.359)	3.403.514.858	57.291.660	3.403.514.858
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	421.090.888	15.304.349	(46.173.057)	(27.873.947)	362.348.233	6.513.501	362.348.233
De outros emissores	1.692.907.085	15.182.789	(212.186.916)	(43.558.348)	1.452.344.610	27.032.484	1.452.344.610
Acções	162.360.468	9.178.318	(35.420.430)	-	136.118.356	-	136.118.356
Outros títulos de rendimento variável	140.574.911	3.060.506	(5.973.488)	(10.230.154)	127.431.775	-	127.431.775
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.416.933.352	42.725.962	(299.753.891)	(81.662.449)	2.078.242.974	33.545.985	2.078.242.974

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2010	80.897.756
Dotações do exercício	5.977.935
Vendas no exercício	(17.539.332)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	69.336.359
Dotações do exercício	31.821.667
Vendas no exercício	(19.495.577)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	81.662.449

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisadas como segue:

	Custo de Aquisição	Reserva de justo valor		Prémio/Desconto	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
AIREM 2004-1X 3B2 MTG /2004 - 20/09/2066	4.510.358	-	(1.799.340)	(11.018)	2.700.000
BANCO BPI 3.25% /2010 - 15/01/2015	10.593.836	-	(2.085.674)	110.119	8.618.280
BANCO ESPIRITO SANTO 5.625% /2009 - 05/06/2014	45.104.096	-	(8.911.676)	142.967	36.335.388
BANCO FINANTIA INTL Float /2007 - 26/07/2017 (Call=26/07/2012)	6.700.055	-	(3.028.469)	43.564	3.715.150
BPC FINANCE BANK Float /2006 - 21/12/2016 (Call=21/03/2012)	6.403.713	-	(3.124.162)	127.860	3.407.411
BCPPL 3.75% /2009 - 08/10/2016	9.250.769	-	(2.757.332)	90.063	6.583.500
BESNN Float/ 2007 - 26/06/2014	37.505.084	-	(9.820.685)	953.101	28.637.500
BESPL 3.375% /2009 - 17/02/2015	14.975.250	-	(3.693.124)	12.874	11.295.000
BESPL 3.875% /2010 - 21/01/2015	41.747.274	-	(11.679.958)	147.068	30.214.385
BTAR INVESTMENTS (JERSEY) 2002 - 23/12/2022	26.738.121	-	(4.497.038)	2.370.379	13.742.938
BTPS 2.1% + Inflação - 2010 / 15-09-2021	19.606.736	-	(5.397.532)	983.350	15.192.554
BTPS 6.5% /1997 - 01/11/2027	10.224.411	-	(2.309.545)	(361.266)	7.553.600
CAMFER 4.17% /2009 - 16/10/2019	5.969.500	-	(2.568.584)	7.684	3.408.600
CGD 3.625% /2009 - 21/07/2014	15.094.700	-	(3.045.905)	(36.195)	12.012.600
CGD 5.125% /2009 - 19/02/2014	18.591.360	-	(2.090.181)	48.321	16.549.500
CGD 8.0% /2011 - 28/09/2015	15.529.000	-	(2.046.620)	(8.396)	13.473.983
CGD Sub.Lower Tier II /2007 - 28/12/2017 (Call=28/12/2012)	32.012.200	-	(4.649.375)	73.975	27.436.800
CREDIT AGRICOLE 5.875% /2009 - 11/06/2019	91.045.420	-	(13.535.473)	(64.047)	77.445.900
CYPRUS POPULAR Float /2006 - 26/05/2016 (Call=27/02/2012)	2.750.609	-	(2.152.068)	6.460	605.000
DBR 1.5% Inflação 2006 - 15/04/2016	49.602.046	5.358.478	-	6.371.217	61.331.741
DBR 3.75% /2008 - 04/01/2019	14.651.493	-	-	(157.803)	16.252.600
DRESDNER BANK c/z /98 - 31/07/2028	8.550.522	-	(3.590.306)	2.239.785	7.200.000
DZ BANK CAP II Pp Float /2004 - 22/11/2049 (Call=22/02/2012)	3.039.000	-	(1.842.933)	(33.567)	1.162.500
EDP FINANCE 2002 - 23/12/2022	56.127.416	-	(16.338.969)	15.396.502	55.184.948
EFG HELLAS PLC Float /2007 - 08/06/2017 (Call=08/06/2012)	8.992.360	-	(5.629.485)	93.125	3.456.000
EMIDAG 2002 - 23/12/2022	80.421.636	-	(13.515.019)	7.118.556	41.335.349
ESPIRITO SANTO FIN GRP 6.875% /2009 - 21/10/2019	22.919.590	-	(9.924.997)	38.427	13.033.020
IRISH GOVT 5.0% /2010 - 18/10/2020	8.965.680	-	(1.839.698)	7.418	7.133.400
LUSI 4 C MTG /2005 - 15/09/2048 (Call=15/09/2014)	3.308.935	-	(2.688.279)	(4.446)	616.211
LUSITANO 2D MTG /2003 - 16/11/2046 (Call=16/02/2012)	3.996.961	-	(3.319.865)	2.904	680.000
MERRILL LYNCH Float /2006 - 14/09/2018	6.917.867	-	(2.772.412)	19.545	4.165.000
PGB 4.1% /2006 - 15/04/2037	11.427.037	-	(5.917.070)	56.033	5.566.000
PGB 4.35% /2007 - 16/10/2017	10.399.000	-	(4.617.958)	(81.042)	5.700.000
PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019	22.576.255	-	(10.717.419)	(115.236)	11.743.600
PGB 4.8% /2010 - 15/06/2020	13.868.190	-	(6.631.344)	17.254	7.254.100
PGB 5.45% /1998 - 23/09/2013	18.114.494	-	(3.060.498)	(688.996)	14.365.000
PIRAEUS GRP CAP Float /2004 - 27/10/2049 - (Call=27/10/2014)	2.352.469	-	(2.183.239)	65.134	234.365
REFER 4% /2005 - 16/03/2015	6.748.507	-	(4.685.291)	36.784	2.100.000
REFER 4.25% - 2006 / 13-12-2021	6.613.537	-	(4.764.242)	71.955	1.921.250
Banco Espírito Santo, S.A. (BES)	19.847.806	-	(4.961.952)	-	14.885.855
BRITISH AIRWAYS 6.75% PERPETUAL	1.880.409	-	(1.804.409)	-	76.000
EDP Renováveis SA	8.974.670	-	(1.941.770)	-	7.032.900
Portugal Telecom, SGPS	23.242.088	-	(10.724.594)	0	12.517.494
SPY STANDARD & POORS 500 ETF TRUST Index Fund	13.510.492	1.773.272	-	-	15.283.764
	841.400.952	8.890.660	(212.664.490)	35.090.411	629.159.185

NOTA 26 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de outros depósitos é analisada como segue:

	2011	2010
Depósitos a prazo - Capital	91 418 245	166 088 723
Depósitos a prazo - Juro decorrido	646 137	93 474
Outros depósitos - Capital	4 835 333	9 938 765
	96 899 715	176 120 962

NOTA 27 - INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Com referência a 1 de Janeiro de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 256 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

De Activos financeiros disponíveis para venda	Na data de transferência					Valor de mercado em Dezembro de 2011	Reserva de justo valor a 31.12.2011 (c)	
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Reserva de justo valor		Valor dos cash flows futuros ^(a)			
			Positiva	Negativa				
	293.697.992	256.457.916	-	(37.240.076)	328.367.760	3.7936%	172.075.735	(6.705.946)

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do activo

(c) O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2011 foi de: (7.988.843) e (22.545.287) foi registado como imparidade

A rubrica de investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	219.079.994	-
De outros emissores	8.951.368	-
	<u>228.031.362</u>	<u>-</u>

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria uma diminuição da reserva de justo valor de 28.588.560 euros e, por via do efeito da imparidade nos títulos de dívida pública grega, seria reconhecido em resultados o montante de 27.367.913 euros.

NOTA 28 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento ocorrido no exercício de 2011 em terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	<u>2010</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Valias Potenciais</u>	<u>2011</u>
De uso próprio	8.207.655	-	-	-	(131.841)	-	8.075.814
De rendimento	72.148.281	120.000	-	919.484	-	(7.696.825)	65.490.940
	<u>80.355.936</u>	<u>120.000</u>	<u>-</u>	<u>919.484</u>	<u>(131.841)</u>	<u>(7.696.825)</u>	<u>73.566.754</u>

As propriedades de investimento são avaliadas anualmente por peritos independentes. Em 2011, o resultado das avaliações foi negativo no montante de 7.697 milhares de euros, tendo sido reconhecido nos resultados do exercício (ver nota 19).

Relativamente aos imóveis com obras em curso é efectuado pela entidade gestora do parque imobiliário da Companhia, uma análise com o objectivo de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação.

As avaliações foram realizadas com utilização dos Métodos comparativo, rendimento e custo. Para as propriedades de investimento foram utilizados, preferencialmente os métodos do rendimento e comparativo que permitem equilibrar uma lógica de mercado com base essencialmente em rendas potenciais e yields de mercado com uma lógica associada ao rendimento a ser atualmente gerado em cada activo e o risco associado a uma potencial desocupação. As *cap rates* utilizadas em cada imóvel são *cap rates* de mercado para cada tipo de activo ou zona refletindo o risco de mercado. As *discount rates* consideram essencialmente o nível de risco do inquilino/contrato de arrendamento e o desfaseamento face à renda de mercado. Para os imóveis de serviço próprio foram usados, preferencialmente os métodos de custo e comparativo.

Os custos relativos a imóveis de rendimento ascenderam a 1.093 milhares de Euros.

NOTA 29 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Equipamento		
Equipamento informático	4.507.690	4.483.863
Mobiliário e material	666.951	666.952
Instalações interiores	1.989.578	1.989.578
Máquinas e ferramentas	411.558	404.667
Material de transporte	42.768	42.768
Outros	271.002	271.002
	<u>7.889.547</u>	<u>7.858.830</u>
Depreciação acumulada	(6.519.436)	(6.148.897)
	<u>1.370.111</u>	<u>1.709.933</u>

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos activos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de activos tangíveis é analisado como segue:

	<u>Equipamento</u>
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2010	2.042.388
Adições	84.558
Alienação	-
Amortizações do exercício	(417.013)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	1.709.933
Adições	30.740
Alienação	-
Amortizações do exercício	(370.562)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	1.370.111

NOTA 30 - OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Software	8.630.432	8.792.257
Amortizações acumuladas	(8.463.065)	(8.560.661)
	<u>167.367</u>	<u>231.596</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de activos intangíveis foi o seguinte:

	<u>Software</u>
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2010	341.528
Adições	248.700
Amortizações do exercício	(358.632)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	231.596
Adições	124.625
Amortizações do exercício	(188.854)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	167.367

NOTA 31 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas da seguinte forma:

	2011			2010		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2.645.979	-	2.645.979	2.564.894	-	2.564.894
Provisão matemática do ramo vida	2.018.427.513	(141.717)	2.018.285.796	3.030.120.469	(141.964)	3.029.978.505
Provisão para sinistros	49.758.671	(1.544.515)	48.214.156	40.156.324	(1.986.263)	38.170.061
Provisão para participação nos resultados	2.142.744	(2.084.261)	58.483	4.047.019	(2.157.662)	1.889.357
Provisão para compromissos de taxa	127.182	-	127.182	17.871	-	17.871
	2.073.102.089	(3.770.493)	2.069.331.596	3.076.906.577	(4.285.889)	3.072.620.688

A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	2011			2010		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	36.482.573	(141.717)	36.340.856	41.548.088	(141.964)	41.406.124
Capitalização com participação nos resultados	1.981.946.146	-	1.981.946.146	2.988.573.867	-	2.988.573.867
	2.018.428.719	(141.717)	2.018.287.002	3.030.121.955	(141.964)	3.029.979.991
Custos de aquisição diferidos	(1.206)	-	(1.206)	(1.486)	-	(1.486)
	2.018.427.513	(141.717)	2.018.285.796	3.030.120.469	(141.964)	3.029.978.505

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento. Nessa base em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 36).

A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

	2011			2010		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	16.083.923	(1.544.515)	14.539.408	19.273.558	(1.986.263)	17.287.295
Capitalização com participação nos resultados	33.674.748	-	33.674.748	20.882.766	-	20.882.766
	49.758.671	(1.544.515)	48.214.156	40.156.324	(1.986.263)	38.170.061

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 505 milhares de euros (2010: 506 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2011 e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros, são apresentados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2010	34.363.509
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	574.985.180
Anos anteriores	10.269.363
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(552.376.485)
Anos anteriores	(27.085.243)
Saldo a 31 de Dezembro 2010	40.156.324
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	1.169.325.821
Anos anteriores	11.055.105
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(1.137.158.313)
Anos anteriores	(33.620.266)
Saldo a 31 de Dezembro 2011	49.758.671

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2010	2.915.674
Montantes pagos	(340.737)
Montantes estimados atribuíveis	1.472.082
Saldo a 31 de Dezembro 2010	4.047.019
Montantes pagos	(2.697.855)
Montantes estimados atribuíveis (ver nota 10)	793.580
Saldo a 31 de Dezembro 2011	2.142.744

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é nulo.

Em 31 de Dezembro de 2011, a provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efectuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2.16).

NOTA 32 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	867.721	789.476
Mediadores	3.459.792	16.488.263
	<u>4.327.513</u>	<u>17.277.739</u>
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	333.914	310.145
Contas a receber por outras operações		
Empresas relacionadas	52.500	34.474
Outros devedores	17.994.399	7.280.069
	<u>18.046.899</u>	<u>7.314.543</u>
	<u>22.708.326</u>	<u>24.902.427</u>
Ajustamentos	(101.424)	(25.691)
	<u>22.606.902</u>	<u>24.876.736</u>

A rubrica Contas a receber por operações de seguro directo – mediadores inclui o montante de 2.737 milhares de euros correspondente a valias não realizadas relativas a títulos associados a contratos de seguro e de investimento para os quais, no âmbito dos acordos de distribuição e gestão operacional existentes com o Banco Espírito Santo, S.A, existe uma garantia de retorno sobre estes activos. Este montante foi reconhecido em contrapartida de reservas de justo valor.

Adicionalmente, a rubrica Contas a receber por outras operações – outros devedores inclui ainda o montante 17.758 milhares de euros (2010: 6.579 milhares de euros) relativos a valores a receber da Administração Fiscal.

A variação dos ajustamentos do exercício é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2010	55.340
Dotações/(utilizações)	(29.649)
Saldo a 31 de Dezembro 2010	25.691
Dotações/(utilizações)	75.733
Saldo a 31 de Dezembro 2011	101.424

Os saldos de devedores por operações de seguro directo, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses.

NOTA 33 - ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2011 e 2010 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama 29% e 26,5%, respetivamente, aplicável às atividades da Companhia. A alteração da taxa deve-se à derrama estadual, criada pela Lei nº 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida pública.

As declarações de autoliquidação, da Seguradora, relativas aos exercícios de 2008 e seguintes estão sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES-Vida que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os movimentos da rubrica de activos por impostos correntes são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de Janeiro de 2010	13.448.838
Montante registados nos resultados	226.639
Liquidações de IRC	(5.691.063)
Saldo a 31 de Dezembro 2010	7.984.414
Montante registados nos resultados	(464.965)
Liquidações de IRC	(4.241.445)
Saldo a 31 de Dezembro 2011	3.278.004

As liquidações de IRC dizem respeito a retenções na fonte efectuadas por terceiros deduzidas de reembolsos.

Os passivos por impostos correntes dizem respeito a retenções na fonte efectuadas pela Companhia que têm a natureza de imposto por conta de IRC.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011 e 2010 podem ser analisados da seguinte forma:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ajustamento transição IFRS	5.748.579	11.558.834	-	-	5.748.579	11.558.834
Prejuízos fiscais	33.506.085	36.080.383	-	-	33.506.085	36.080.383
Pensões	1.374.771	1.395.491	-	-	1.374.771	1.395.491
Investimentos Financeiros	18.316.771	11.011.487	-	-	18.316.771	11.011.487
Imposto diferido activo/(passivo)	58.946.206	60.046.195	-	-	58.946.206	60.046.195
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	58.946.206	60.046.195	-	-	58.946.206	60.046.195

A natureza dos activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2011	2010
Diferenças temporárias	25.440.121	23.965.812
Prejuízos fiscais	33.506.085	36.080.383
	58.946.206	60.046.195

Uma parte dos activos por prejuízos fiscais tem origem em resultados tendo uma outra parte origem no imposto calculado sobre a reserva de justo valor de títulos afectos a produtos de vida com participação nos resultados, que de acordo com o Decreto-Lei nº 237/2008 de 15 de Dezembro, deverá ter eficácia fiscal. Com base no plano de resultados fiscais para os próximos exercícios a Companhia reverteu impostos diferidos activos no montante de 46.463 milhares de euros relacionado com a não recuperabilidade parcial de prejuízos fiscais, conforme indicado no quadro seguinte:

	IDA antes da anulação	Anulação IDA	IDA 12/2011
Resultados	31.222.269	(11.117.650)	20.104.619
Reserva	48.746.451	(35.344.985)	13.401.466
	79.968.720	(46.462.635)	33.506.085

O montante total de prejuízos fiscais bem como o montante que deu origem aos impostos diferidos pode ser analisado no quadro seguinte:

Valores em milhares de euro

Ano de origem	Prejuízos fiscais totais			Prejuízos fiscais com reconhecimento de IDA			Ano expiração
	Resultado	Reserva	Total	Resultado	Reserva	Total	
2008	49.570	30.904	80.474	49.570	30.904	80.474	2014
2009	-	-	-	-	-	-	2015
2010	(16.925)	80.773	63.848	6.091	9.836	15.927	2014
2011	92.245	83.309	175.554	24.728	12.867	37.595	2015
Total	124.890	194.986	319.876	80.389	53.607	133.996	

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

	2011	2010
Reconhecido nos resultados	12.857.100	(3.388.382)
Reconhecido nas reservas de justo valor	(13.957.089)	29.753.265
	(1.099.989)	26.364.883

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010 explica-se como segue:

	2011		2010	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros	5.296.197	3.924.256	20.684	12.095.500
Pensões	(20.719)	-	74.896	-
Prejuízos fiscais	11.919.419	(14.493.717)	(4.231.368)	20.169.282
Ajustamentos de transição	(2.422.628)	(3.387.628)	(1.801.403)	(2.511.517)
Imóveis	(1.957.500)	-	2.175.000	-
Outros	42.331	-	373.809	-
	12.857.100	(13.957.089)	(3.388.382)	29.753.265

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010 explica-se como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	(464.965)	226.639
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	937.681	842.986
Prejuízos reportáveis	11.919.419	(4.231.368)
	12.857.100	(3.388.382)
Total do imposto registado em resultados	12.392.135	(3.161.743)

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2011 e 2010 explica-se como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	197.680	(254.344)
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(13.957.089)	29.753.265
Total do imposto registado em reservas	(13.759.409)	29.498.921

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2011		2010	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		(91.235.011)		23.852.108
Taxa de imposto estatutária	29%		29%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		26.458.153		(6.917.111)
Diferença para a taxa com prejuízo fiscal (25%)		(3.649.400)		954.084
Dividendos excluídos de tributação		2.046.650		2.349.524
Mais-valias não tributadas		(712.303)		(222.154)
Imparidade		(11.117.647)		-
Derrama		(197.680)		254.344
Outros		(435.638)		419.570
		12.392.135		(3.161.743)

Os ajustamentos efectuados ao resultado antes de imposto para determinação do lucro tributável foram posteriormente compensados na totalidade pela utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, como demonstrado no quadro anterior.

NOTA 34 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Outros acréscimos de proveitos	697.584	1.412.176
Gastos diferidos	2.105.008	2.565.750
Total	2.802.592	3.977.926

A rubrica Outros acréscimos de proveitos corresponde a valores a receber da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A, relativamente à prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade prestados pela BES-Vida.

Os custos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de um produto.

NOTA 35 - AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a afectação dos investimentos e outros activos e passivos é analisada como segue:

2011					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.776.732	22.865.340	130.810.955	25.169.911	180.622.938
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	19.375.493	3.217.038	-	22.592.531
Activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	22.305.627	95.106.510	2.767.826.374	213.878	2.885.452.389
Activos financeiros disponíveis para venda	471.021.711	1.605.982.579	-	1.238.684	2.078.242.974
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.984.822	12.400.186	20.074.565	62.563.194	97.022.767
Investimentos a deter até à Maturidade	65.955.309	162.076.053	-	-	228.031.362
Terrenos e Edifícios	-	46.086.686	895.830	26.584.238	73.566.754
Total	563.044.201	1.963.892.847	2.922.824.762	115.769.905	5.565.531.715
2010					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.593.762	112.236.314	130.313.657	1.726.362	247.870.095
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	28.454.640	-	1.972.995	-	30.427.635
Activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11.463.469	228.991.545	3.731.132.807	-	3.971.587.820
Activos financeiros disponíveis para venda	2.49.898.129	2.526.362.877	625.640.345	1.613.507	3.403.514.858
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.999.687	44.519.893	129.614.330	144.119	176.278.028
Terrenos e Edifícios	-	52.329.638	910.940	27.115.357	80.355.935
Total	295.409.686	2.964.440.267	4.619.585.074	30.599.345	7.910.034.371

NOTA 36 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	2011	2010
Contratos de taxa fixa	513.044.547	783.662.067
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	2.748.323.566	3.758.539.641
Total	3.261.368.113	4.542.201.708

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2010	806.926.638
Depósitos recebidos	106.222.717
Benefícios pagos	(268.514.426)
Juro técnico do exercício	139.027.138
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	783.662.067
Depósitos recebidos	79.493.057
Benefícios pagos	(367.166.149)
Transferências	2.277.380
Juro técnico do exercício	14.778.192
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	513.044.547

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2010	4.018.517.475
Depósitos recebidos	419.009.001
Benefícios pagos	(490.142.333)
Juro técnico do exercício	(188.844.502)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	3.758.539.641
Depósitos recebidos	78.260.055
Benefícios pagos	(884.124.714)
Transferencias	(2.277.380)
Juro técnico do exercício	(202.074.036)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	2.748.323.566

NOTA 37 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são apresentadas como seguem:

		2011						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	54.285	45.054.285	3,62%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	58.785	45.058.785	3,92%	Perpétuas
BES-Vida	Empréstimos subordinados	2008	10.000.000	10.000.000	36.428	10.036.428	3,97%	Perpétuas
Total			100.000.000	100.000.000	149.498	100.149.498		

		2010						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	48.360	45.048.360	3,22%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	52.860	45.052.860	3,52%	Perpétuas
BES-Vida	Empréstimos subordinados	2008	10.000.000	10.000.000	31.387	10.031.387	3,53%	Perpétuas
Total			100.000.000	100.000.000	132.607	100.132.607		

A rubrica outros passivos financeiros é representada da seguinte forma:

	2011	2010
Contratos de investimento	50.819.228	62.149.808
Derivados (nota 23)	23.946.018	-
	74.765.246	62.149.808

A rubrica de contratos de investimento diz respeito a passivos associados a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, Companhia de Seguros, sendo os activos financeiros afectos a estes produtos geridos pela BES-Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2010	103.877.562
Depósitos recebidos	16.791.110
Benefícios pagos	(21.654.139)
Transferencias T-VIDA	(38.032.610)
Juro técnico do exercício	1.167.885
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	62.149.808
Depósitos recebidos	2.722.735
Benefícios pagos	(13.309.664)
Juro técnico do exercício	(743.650)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	50.819.228

NOTA 38 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	32.250	144.805
Mediadores	24.104.650	44.108.221
	<u>24.136.900</u>	<u>44.253.026</u>
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	650.691	1.382.801
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	1.301.199	612.568
	<u>26.088.790</u>	<u>46.248.395</u>

A rubrica Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da BES-Vida ao Banco Espírito Santo, S.A., Banco Espírito Santo dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

Os saldos de outros credores por operações de seguro e outras operações têm uma maturidade inferior a 3 meses.

NOTA 39 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos diferidos	36.674	36.674
Benefícios a empregados - curto prazo	1.880.443	1.913.220
Outros acréscimos de gastos	4.485.711	3.722.952
	<u>6.402.828</u>	<u>5.672.846</u>

A rubrica “Benefícios a empregados - curto prazo” inclui o montante de 571 milhares de euros (2010: 652 milhares de euros) e 1.273 milhares de euros (2010: 1.261 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bônus referente ao exercício de 2011 a atribuir aos colaboradores, respectivamente, cujo pagamento só será efetuado em 2012.

NOTA 40 - OUTRAS PROVISÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisado como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	15.483.198
Dotações	9.804.579
Utilização	(269.240)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	25.018.537
Dotações	2.128.054
Utilização	(7.500.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	19.646.591

Em 2011, a rubrica de outras provisões inclui o montante de 17.385 milhares de euros relativos a provisões para impostos (2010: 16.130 milhares de euros).

Durante o exercício 2011 utilizou-se a provisão de 7.500 milhares de euros relativamente a depreciação de imóveis pois essa desvalorização já está incorporada na rubrica de valias potenciais de imóveis, (ver nota 28).

NOTA 41 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE JUSTO VALOR E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS
Capital

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social autorizado da BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 50.000.000 de acções, com um valor nominal de 1 euro.

Durante o exercício de 2011, a Companhia procedeu à redução do capital social de €250.000.000 para €50.000.000 através da redução do valor nominal das 50.000.000 acções representativas do capital social de €5 para €1 e correspondente constituição de uma reserva especial no montante de €200.000.000 que teve como finalidade o cumprimento, no futuro, das obrigações legais provenientes da legislação comercial, tendo esta operação sido aprovada pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Adicionalmente, a par da redução do capital social, os accionistas da BES Vida procederam à realização de prestações acessórias de capital à Sociedade, no montante total de €125.000.000.

As 50.000.000 acções encontram-se subscritas e realizadas na totalidade por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	2011	2010
Credit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Banco Espirito Santo, S.A.	49,99960%	49,99960%
Banco Espirito Santo de Investimento, S.A.	0,00020%	0,00020%
ESAF - Espirito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A.	0,00020%	0,00020%
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados líquidos de interesses minoritários podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	(51.397.892)	11.890.030	16.582.629	-
Transferências para reservas	-	-	-	(11.931.723)
Alterações de justo valor	(127.063.293)	29.498.894	-	-
Valias não realizadas de activos com garantia de retorno	14.729.196	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(163.731.989)	41.388.924	16.582.629	(11.931.723)
Transferências para reservas	-	-	202.069.037	18.621.328
Alterações de justo valor	(77.399.418)	(13.759.381)	-	-
Valias não realizadas de activos com garantia de retorno	(13.159.725)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(254.291.132)	27.629.543	218.651.666	6.689.605

A rubrica de valias não realizadas de activos com garantia de retorno corresponde a valias não realizadas relativas a títulos associados a contratos de seguro e de investimento para os quais, no âmbito dos acordos de distribuição e gestão operacional existentes com o Banco Espírito Santo, S.A, existe uma garantia de retorno sobre estes activos.

As reservas de reavaliação explicam-se, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, como segue:

	2011	2010
Custos amortizados dos activos financeiros disponíveis para venda	(2.416.933.352)	(3.595.188.159)
Imparidade acumulada reconhecida	81.662.449	69.336.359
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	(2.335.270.903)	(3.525.851.800)
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	2.078.242.974	3.346.223.290
Ganhos potenciais na carteira de activos financeiros disponíveis para venda	(257.027.929)	(179.628.510)
Valias não realizadas de activos com garantia de retorno	2.736.797	15.896.521
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(254.291.132)	(163.731.989)
Saldo em 31 de Dezembro	(254.291.132)	(163.731.989)

NOTA 42- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante global dos activos e passivos da Companhia BES-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31-12-2011				31-12-2010			
	Activo	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	Activo	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Banco Espírito Santo, S.A.	788.067	32.459	23.392	38.524	1.160.088	74.775	45.746	131.623
Ativos financeiros	788.067	10.959	-	37.856	1.160.088	30.794	-	130.959
Imóveis	-	-	-	659	-	-	-	658
Comissões	-	21.500	23.392	10	-	43.981	45.746	6
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	6	28	41	339	16	385	215	339
Prestação de serviços	6	28	41	339	16	385	215	339
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.	695	50.822	542	695	1.674	62.150	962	981
Prestação de serviços	695	3	-	695	1.674	-	-	981
Resseguro	-	50.819	-	-	-	62.150	-	-
Encargos de Gestão	-	-	542	-	-	-	962	-
Fundo de Pensões	218	-	664	-	356	-	640	-
Contribuições F.P.	218	-	664	-	356	-	640	-
ESAF - Fundo de Pensões, S.G.F.P., S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
ESAF - Gestão de Património, S.A.	-	1.062	3.304	-	-	879	4.554	-
Comissões	-	1.062	3.304	-	-	879	4.554	-
ESEGUR, S.A.	-	4	42	-	-	-	30	-
Prestação de serviços	-	-	42	-	-	-	30	-
ES Contact Center, S.A.	-	-	72	-	-	-	89	-
Prestação de serviços	-	-	72	-	-	-	89	-
CREDIBOM, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Multipessoal, S.A.	-	3	100	-	-	-	93	-
Prestação de serviços	-	3	100	-	-	-	93	-
ES GEST, S.A.	-	17	120	-	-	-	215	-
Prestação de serviços	-	17	120	-	-	-	215	-
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	4.052	3	20	-	1.808	1	19	-
Ativos financeiros	4.052	-	-	-	1.808	-	-	-
Comissões	-	3	20	-	-	1	19	-
PREDICA	2	-	-	-	-	403	-	-
Resseguro	2	-	-	-	-	403	-	-
CREDIT AGRICOLE RE	-	122	-	-	-	207	-	-
Resseguro	-	122	-	-	-	207	-	-
CREDIT AGRICOLE SA	120.137	-	-	7.521	152.315	-	-	8.301
Ativos financeiros	120.137	-	-	7.521	152.315	-	-	8.301
CALYON	2.643	-	-	153	18.988	-	-	804
Ativos financeiros	2.643	-	-	153	18.988	-	-	804
BES, Companhia de Seguros, S.A.	39	10.036	352	363	5	10.031	331	368
Ativos financeiros	-	10.036	352	-	-	10.031	331	-
Seguros vida	39	-	-	4	5	-	-	9
Imóveis	-	-	-	359	-	-	-	359
BES Açores	311	133	273	-	245	124	2.644	-
Ativos financeiros	261	-	-	-	245	-	-	-
Comissões	50	133	273	-	-	124	2.644	-
BESSA	2.013	-	-	11	3.794	-	-	-
Ativos financeiros	2.013	-	-	11	3.794	-	-	-
Esumédica, S.A.	-	1	197	112	-	-	372	112
Prestação de serviços	-	-	197	112	-	-	372	112
	917.967	94.690	28.455	47.719	1.338.933	148.955	55.270	142.528

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo “Política de Remuneração” incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus accionistas.

NOTA 43- GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos da gestão de riscos da actividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências do Grupo em que se insere, foi constituído um departamento, a Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, cujas incumbências reportam às três seguintes áreas de actuação: Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo Interno.

Compliance

Compete à Direcção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às actividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos matérias de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Actividades).
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às actividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as acções a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar acções de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e Documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

Controlo Interno

Compete à Direcção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direcções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, actividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e Identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e

- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções.

Gestão de Risco

O ano de 2011 constituiu mais um ano de preparação para o novo regime de solvência (Solvência II), processo que tem vindo a ser preparado de forma gradual, conhecendo durante o corrente ano um forte desenvolvimento, e que se espera semelhante durante o próximo ano.

Assim a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do sector financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as companhias se encontram sujeitas com impactos directos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

À Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, no que se refere em particular à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES-Vida, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspectiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direcção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Risco e Controlo, composto pela Comissão Executiva e pelos Directores de topo da Organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se alocadas a este comité as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Vida.

Constituindo como principais objectivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-activa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, risk register e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarificação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o sector, requisitos regulamentares, standards e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direcções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objectivo de garantir de que a Companhia efectua a gestão dos principais riscos que afectam o seu negócio.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos e em produtos derivados – *swaps, forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de títulos e de produtos derivados que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco: Direcção de Risco, de Investimentos, Técnica, Comité Financeiro e gestores dos activos financeiros. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

Um dos objectivos da política financeira da Companhia é a mitigação do risco de crédito incentivada através de medidas de diversificação da carteira de investimentos por sector, mercado, País. A Política Financeira é aprovada pelo Conselho de Administração, encontrando-se aprovados nesse documento um conjunto de limites e targets por emitentes, rating, alocação de activos entre outros. Estes limites e targets são monitorizados regularmente em Comité Financeiro.

Relativamente ao risco de crédito, em termos de qualidade creditícia (rating) a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é analisado como segue:

	2011						
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	834.195	8.534.997	-	35.418.215	135.835.532	180.622.939
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	736.329	-	-	21.856.202	22.592.531
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	15.460.144	12.490.788	40.799.444	66.988.033	228.599.487	2.521.114.491	2.885.452.389
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	380.527.092	140.752.226	368.690.352	411.175.436	285.987.371	491.110.497	2.078.242.974
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	-	97.022.767	97.022.767
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	24.273.081	203.758.281	-	228.031.362
Ativos por operações de Resseguro	-	-	3.770.493	-	-	-	3.770.493
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	-	-	-	-	22.606.902	22.606.902
Total	395.987.236	154.077.209	422.531.615	502.436.550	753.763.354	3.289.546.392	5.518.342.357

	2010						
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	190.683.782	57.186.313	-	-	247.870.095
Ativos financeiros detidos para negociação	-	9.730.382	23.802.658	586.641	108.779	(3.800.825)	30.427.635
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	33.700.754	94.266.399	234.726.113	588.867.179	561.757.215	165.148.410	1.678.466.071
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	709.954.947	454.971.693	1.202.927.230	488.451.782	194.864.246	14.898.818	3.066.068.716
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	164.182.510	-	12.095.518	176.278.028
Ativos por operações de Resseguro	-	-	4.596.034	-	-	-	4.596.034
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	-	-	16.488.265	-	8.235.392	24.723.657
Total	743.655.701	558.968.475	1.656.735.818	1.315.762.690	756.730.241	196.577.313	5.228.430.236

A diversificação dos activos financeiros por sectores de atividade é um dos objectivos da política financeira, por forma a mitigar a concentração do risco de crédito. Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

2011					
Activos/Passivos financeiros detidos para negociação	A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)		Investimentos a deter até à maturidade	Total Geral
		Bruto	Imparidades		
ABS	-	44.287.441	15.592.379	-	59.879.820
Consumíveis supérfluos	-	42.106.104	17.801.656	-	59.907.760
Consumíveis domésticos	-	4.214.068	47.678.543	-	51.892.611
Dívida Pública e Supranacional	83.071	25.212.923	447.739.292	219.079.994	692.115.280
Energia	-	3.109.891	32.978.127	-	36.088.018
Financeiro	(1.436.557)	675.621.214	1.073.843.919	(81.662.449)	1.675.317.494
Fundos de Investimento	-	1.627.669.792	98.622.952	-	1.726.292.745
Cuidados de Saúde	-	16.149.506	35.817.330	-	51.966.835
Indústria	-	5.285.514	69.246.641	-	74.532.155
Tecnológico	-	2.260.566	4.520.994	-	6.781.560
Matérias-Primas	-	22.420.586	37.234.863	-	59.655.449
Telecomunicações	-	15.639.554	29.741.232	-	45.380.786
Serviços sujeitos a regulação	-	8.154.759	134.255.968	-	142.410.727
Outros	-	393.320.472	114.831.526	-	508.151.998
	(1.353.486)	2.885.452.389	2.159.905.423	(81.662.449)	5.190.373.238

2010					
Activos/Passivos financeiros detidos para negociação	A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)		Investimentos a deter até à maturidade	Total Geral
		Bruto	Imparidades		
ABS	-	67.199.104	25.462.676	-	92.661.781
Consumíveis supérfluos	-	59.176.894	64.066.073	-	123.242.967
Consumíveis domésticos	-	8.048.300	54.652.919	-	62.701.219
Dívida Pública e Supranacional	108.779	26.434.498	1.170.720.888	-	1.197.264.165
Energia	-	6.715.694	49.612.092	-	56.327.786
Financeiro	30.318.856	1.701.837.757	1.442.300.119	(68.557.610)	3.105.899.122
Fundos de Investimento	-	1.713.662.780	115.702.101	-	1.829.364.881
Cuidados de Saúde	-	17.359.564	56.462.616	-	73.822.180
Indústria	-	8.466.904	108.934.079	-	117.400.983
Tecnológico	-	4.202.526	14.775.092	-	18.977.618
Matérias-Primas	-	20.024.803	56.338.086	-	76.362.889
Telecomunicações	-	20.348.269	55.576.071	(754.070)	75.170.270
Serviços sujeitos a regulação	-	4.667.194	193.892.610	-	198.559.803
Outros	-	276.337.377	64.346.391	(24.679)	340.659.089
	30.427.635	3.934.481.665	3.472.841.813	(69.336.359)	7.368.414.754

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2011						2010					
Pais emissor	Activos Financeiros a Justo Valor por resultados	Activos Financeiros disponíveis para venda	Activos Financeiros a deter até à maturidade	Valor de Balanço Total	Percentagem	Pais emissor	Activos Financeiros a Justo Valor por resultados	Activos Financeiros disponíveis para venda	Valor de Balanço Total	Percentagem	
Argentina	-	231.427	-	231.427	0,04%	Argentina	-	318.179	318.179	0,03%	
Áustria	2.957.450	-	-	2.957.450	0,49%	Áustria	8.199.785	-	8.199.785	0,80%	
Finlândia	-	8.325.191	-	8.325.191	1,38%	Finlândia	-	7.831.988	7.831.988	0,77%	
França	-	87.708.548	-	87.708.548	14,52%	França	417.539	193.940.178	194.357.717	19,01%	
Alemanha	6.652.408	88.480.105	-	95.132.513	15,75%	Alemanha	10.390.264	167.076.274	177.466.538	17,36%	
Grécia	-	8.852.506	58.886.346	67.738.851	11,22%	Grécia	394.410	118.091.986	118.486.396	11,59%	
Irlanda	-	25.393.059	24.273.081	49.666.140	8,22%	Irlanda	327.885	55.283.918	55.611.803	5,44%	
Itália	1.463.105	35.396.488	-	36.859.593	6,10%	Itália	-	124.819.812	124.819.812	12,21%	
Luxemburgo	-	8.872.419	-	8.872.419	1,47%	Luxemburgo	-	8.198.878	8.198.878	0,80%	
Holanda	-	41.747.938	-	41.747.938	6,91%	Holanda	-	51.137.981	51.137.981	5,00%	
Portugal	11.230.788	54.790.912	135.920.568	201.942.268	33,44%	Portugal	-	258.072.778	258.072.778	25,25%	
Eslóvaquia	-	2.549.641	-	2.549.641	0,42%	Eslóvaquia	-	4.727.729	4.727.729	0,46%	
Espanha	113.658	-	-	113.658	0,02%	Espanha	349.510	9.435.253	9.784.763	0,96%	
						Dinamarca	-	3.199.954	3.199.954	0,31%	
Total	22.417.410	362.348.233	219.079.994	603.845.637	100,00%	Total	20.079.392	1.002.134.907	1.022.214.299	100,00%	

também em desenvolvimento e em fase de aperfeiçoamento de estudos de ALM que pretendem avaliar a adequação de activos e passivos.

São também realizados exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre os valores previstos no modelo e os valores efectivos. Estes exercícios permitiram aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades preditivas do mesmo.

De acordo com a IFRS 7, os activos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados activos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como inputs dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

As naturezas dos activos consideradas no nível 3 são essencialmente fundos de investimento imobiliário (67%), fundos de capital de risco (27%) e *asset backed securities* (2%). No caso dos fundos a determinação do justo valor teve por base o valor da unidade de participação determinada pelas sociedades gestoras à data de fecho.

	2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação	1.106.401	(3.196.217)	736.329	-1.353.486
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	703.270.361	1.817.759.473	364.422.555	2.885.452.389
Activos financeiros disponíveis para venda	1.828.167.784	224.251.010	25.824.179	2.078.242.974
	2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação	1.002.423	28.713.617	711.595	30.427.635
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.342.232.666	2.406.517.052	222.838.102	3.971.587.820
Activos financeiros disponíveis para venda	3.065.276.537	316.159.783	22.078.538	3.403.514.858

A reconciliação dos activos de Nível 3 é como segue:

	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	711.595	22.078.538	222.838.102	245.628.235
Valias Realizadas	-	-	1.902.440	1.902.440
Valias Potenciais	24.734	(1.903.674)	(25.700.804)	(27.579.744)
Compras	-	5.649.315	257.672.737	263.322.052
Vendas	-	-	(92.289.920)	(92.289.920)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	736.329	25.824.179	364.422.555	390.983.063

O Quadro abaixo indica as transferências de activos do Nível 1 para o Nível 2. Não existem transferências de activos do Nível 2 para o Nível 1.

	2011	2010
Activos disponíveis para venda	-	78.730.511
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1.310.399.068
	-	1.389.129.578

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade relativas ao impacto líquido de imposto nas reservas e em Ganhos e Perdas das variações da taxa de juro sem risco e do valor de mercado das acções.

	Valores em milhares euros	
	2011	
	Resultado Líquido	Reserva líquida de imposto
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	3.599	(52.924)
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	(3.264)	56.844
Desvalorização de 10% no valor de mercado das acções	-	(22.473)
Valorização de 10% no valor de mercado das acções	-	22.473
	2010	
	Resultado Líquido	Reserva líquida de imposto
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	1.501	(102.416)
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	(1.413)	106.423
Desvalorização de 10% no valor de mercado das acções	-	(23.484)
Valorização de 10% no valor de mercado das acções	-	23.484

Risco cambial

Os activos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência.

A Companhia procede de forma significativa à cobertura das exposições acima apresentadas de moedas não euro para euro através de instrumentos derivados como *Forwards* ou futuros cambiais, pelo que este risco não foi considerado na análise de sensibilidade.

Relativamente ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por moeda, é analisado como segue:

	2011					Total Geral
	EUR	USD	Outras EU	JPY	Outras	
Activo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	180.010.586	609.565	1.637	-	1.151	180.622.939
Ativos financeiros detidos para negociação	20.830.543	1.760.732	1.256	-	-	22.592.531
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	2.745.800.153	3.538.475	5.230	-	136.108.532	2.885.452.389
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	2.001.862.354	27.267.714	3.994.977	-	45.117.929	2.078.242.974
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	96.284.847	737.920	-	-	-	97.022.767
Investimentos a deter até à maturidade	228.031.362	-	-	-	-	228.031.362
Ativos por operações de Resseguro	3.770.493	-	-	-	-	3.770.493
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	22.606.902	-	-	-	-	22.606.902
Total do Activo	5.299.197.240	33.914.405	4.003.100	-	181.227.612	5.518.342.357
Passivo						
Outros passivos financeiros e não financeiros	(5.563.855.000)	-	-	-	-	(5.563.855.000)
Total do Passivo	(5.563.855.000)	-	-	-	-	(5.563.855.000)
Exposição Líquida	(264.657.760)	33.914.405	4.003.100	-	181.227.612	(45.512.643)
	2010					
	EUR	USD	Outras EU	JPY	Outras	Total Geral
Activo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	245.546.543	2.116.341	193.041	-	14.170	247.870.095
Ativos financeiros detidos para negociação	(47.654.772)	(1.216.629)	(1.037.965)	(122.382)	80.459.383	30.427.635
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	3.386.812.140	564.952.527	5.607.803	13.989.876	225.474	3.971.587.820
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	3.294.230.261	66.888.231	38.743.654	-	3.652.713	3.403.514.858
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	168.075.225	8.202.803	-	-	-	176.278.028
Ativos por operações de Resseguro	183.824.964	-	-	-	-	183.824.964
Total do Activo	7.230.834.360	640.943.273	43.506.533	13.867.494	84.351.740	8.013.503.400
Passivo						
Outros passivos financeiros e não financeiros	(7.860.505.194)	-	-	-	-	(7.860.505.194)
Total do Passivo	(7.860.505.194)	-	-	-	-	(7.860.505.194)
Exposição Líquida	(629.670.834)	640.943.273	43.506.533	13.867.494	84.351.740	152.998.206

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis.

A gestão da liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

A maturidade dos activos e passivos é como segue:

	2011						
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	180.622.939	-	-	-	-	-	180.622.939
Activos financeiros detidos para negociação	30.057	19.951.547	119.912	805.861	-	1.685.154	22.592.531
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	147.579.478	476.608.303	211.728.018	169.271.574	74.298.989	1.805.966.027	2.885.452.389
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	77.242.544	299.839.423	375.326.203	895.602.521	52.309.253	377.923.030	2.078.242.974
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	97.022.767	-	-	-	-	-	97.022.767
Investimentos a deter até à maturidade	-	137.081.993	90.949.369	-	-	-	228.031.362
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.770.493	-	-	-	-	-	3.770.493
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	22.606.902	-	-	-	-	-	22.606.902
Total de Activos	528.875.180	933.481.266	678.123.502	1.065.679.956	126.608.242	2.185.574.211	5.518.342.357
Provisões matemática ramo vida e para prémios não adquiridos	251.489.355	297.931.775	184.304.290	1.170.933.630	116.414.442	-	2.021.073.492
Passivos financeiros	446.423.852	1.057.663.950	1.466.634.703	230.689.391	42.118.943	17.837.274	3.261.368.113
Passivos subordinados	-	-	-	45.054.285	55.095.213	-	100.149.498
Outros passivos	101.116.487	-	-	-	-	-	101.116.487
Total de Passivos	799.029.694	1.355.595.725	1.650.938.993	1.446.677.306	213.628.598	17.837.274	5.483.707.590

	2010						
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	247.870.095	-	-	-	-	-	247.870.095
Activos financeiros detidos para negociação	(62.041.123)	20.559.151	(920.678)	(5.805.738)	-	78.636.023	30.427.635
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	290.205.638	541.289.272	422.266.199	292.660.086	160.402.070	2.264.764.555	3.971.587.820
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	233.969.481	556.693.022	695.819.890	1.373.393.978	204.854.745	338.783.742	3.403.514.858
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	176.278.028	-	-	-	-	-	176.278.028
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.285.889	-	-	-	-	-	4.285.889
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	24.876.737	-	-	-	-	-	24.876.737
Total de Activos	915.444.745	1.118.541.445	1.117.165.411	1.660.248.326	365.256.815	2.682.184.320	7.858.841.062
Provisões matemática ramo vida e para prémios não adquiridos	298.471.574	496.755.174	269.311.125	1.886.423.629	81.723.861	-	3.032.685.363
Passivos financeiros	299.622.633	1.047.737.843	1.493.190.425	1.623.195.402	78.455.405	-	4.542.201.708
Passivos subordinados	-	-	-	55.079.747	45.052.860	-	100.132.607
Outros passivos	108.686.898	-	-	-	-	-	108.686.898
Total de Passivos	706.781.105	1.544.493.017	1.762.501.550	3.564.698.778	205.232.126	-	7.783.706.576

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à Organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direcção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objectivo de abarcar as seguintes áreas:

- segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- reconciliação e monitorização de transações;
- *compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- reporte de perdas operacionais e proposta de planos de acção para mitigar perdas registadas;
- desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- formação de colaboradores;
- implementação do código de conduta; e
- processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direcção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direcção e

submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direcção de Auditoria Interna, e da Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo, o Comité de Controlo Interno e o Comité de *Compliance* implementados na Companhia, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de Identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja Organização é da responsabilidade da Direcção de Gestão de Risco.

O objectivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objectivo de mitigar o risco de outsourcing, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objectivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

Risco de reputação

Este risco pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, e a gestão deste risco tem sido efectuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um código de conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspectos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respectiva documentação contratual e comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment”; e
- Desenvolvimento dos planos de continuidade de negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

Risco estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objectivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus órgãos da Administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objectivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessários à sua prossecução.

Risco de seguro

O risco específico da atividade seguradora reflecte no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efectivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez, risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

A Direcção Técnica é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas ao nível da Companhia, bem como envolver outros departamentos no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, *provisionamento* e resseguro dos produtos (Gestão de riscos, investimentos Marketing).

A Companhia apresenta os seguintes rácios combinados (sinistralidade e despesas):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos por natureza imputados /Produção	6%	2%
Custos com sinistros e passivos financeiros (sem custos imputados) / Produção	804%	96%
Rácio Combinado	809%	99%

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e o rácio de despesas.

Para este efeito, o rácio de sinistralidade resulta do quociente entre o montante dos custos com sinistros juntamente com os passivos financeiros e o total da produção (inclui prémios de seguro directo e entregas para contratos de investimento)

O rácio de despesas resulta do quociente entre os custos por natureza imputados às funções e o total da produção.

Gestão do risco específico de Seguros

Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efectuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

Tarifação

A Companhia tem como objectivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos assumidos pela Companhia sinistros a pagar, despesas e custo do capital.

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direcções da Companhia. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Presidente da Comissão Executiva e posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva.

À priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projecção realística de *cash-flows* e à posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a

efectuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revisto por consultores externos.

Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objectivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega activos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afectar os valores reportados para os activos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros.

O principal objectivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

Milhares de euros		
Tipo de resseguro		
Crédito Habitação	Excedente de pleno	75.000
Outros	Excedente de pleno	75.000

Para além dos tratados anteriores, a Companhia possuiu também um tratado catástrofe para proteger a sua retenção de risco.

Risco específico de seguro

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKM - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) No ano de 2011 a taxa técnica foi de 2%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os *cash-flows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usada na Companhia segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

Rendas Poupança e outros contratos	Tábua de mortalidade GRM 95 30% GKM 80
---------------------------------------	---

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade no *Market Consistent Embedded Value* da Companhia, que inclui os Capitais Próprios e os proveitos futuros associados aos contratos existentes:

	2011	2010
Crescimento de 10% nas despesas	(4. 603.206)	(5. 016.626)
Crescimento de 10% nos resgates	(10. 325.971)	(15. 665.269)
Decréscimo de 10% nos resgates	11.920. 787	17.399. 649
Crescimento de 5% na taxa de mortalidade (vida excepto rendas)	(2. 758.428)	(2. 429.457)
Decréscimo de 5% na taxa de mortalidade (vida excepto rendas)	2.129.311	2.747.017

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a Companhia, é analisado como segue:

	2011		2010	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	180.622.939	180.622.939	247.870.095	247.870.095
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	97.022.767	97.022.767	176.278.028	176.278.028
Investimentos a deter até à maturidade	228.031.362	172.075.735	-	-
Terrenos e edifícios de serviço próprio	8.075.814	8.266.160	8.207.655	8.743.326
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	22.606.902	22.606.902	24.876.736	24.876.736
Activos financeiros ao justo valor	536.359.784	480.594.503	457.232.514	457.768.185
Outros credores por operações de seguro e outras operações	26.088.790	26.088.790	46.248.395	46.248.395
Passivos por contratos de investimento	3.261.368.113	3.261.368.113	4.542.201.708	4.458.549.729
Passivos subordinados	100.149.498	72.586.498	100.132.606	87.592.221
Outros passivos financeiros	74.765.246	74.765.246	62.149.808	62.149.808
Passivos financeiros ao justo valor	3.462.371.647	3.434.808.647	4.750.732.517	4.654.540.153

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa, Disponibilidades em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Contratos de Investimento

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data do cálculo. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa garantida.

Devedores e credores por operações seguro directo, de resseguro e outros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

NOTA 44 – SOLVÊNCIA

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma 6/2007-R alterada pelas Normas Regulamentares 12/2008-R, 21/2010-R e 4/2011-R emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objectivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia. Os requisitos de Capital da Companhia são acompanhados mensalmente e avaliados em função do capital previsto disponível, incluindo análises periódicas de sensibilidade e risco. O processo é em última análise, sujeito à aprovação pela Comissão Executiva da Companhia.

Neste sentido, a Companhia reforçou os elementos de capital disponíveis para efeitos da margem de solvência através da operação realizada no seu Capital Próprio, conforme descrito na nota 41.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

	2011	2010
Capital	50.000.000	250.000.000
Reservas	(10.449.463)	(117.638.565)
Resultados transitados	6.689.605	(11.931.723)
Resultados do exercício	(78.842.876)	20.690.365
Prestações Acessórias	125.000.000	-
Empréstimos subordinados com prazo fixo	35.010.699	45.000.000
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	55.000.000	50.932.673
Partes dos lucros futuros da empresa relativos à atividade VIDA	-	-
Valor de balanço	182.407.965	237.052.750
Outros ajustamentos	(165.900)	(861.772)
Margem de solvência disponível	182.242.065	236.190.978
Margem de solvência necessária	140.042.795	191.865.345
Rácio de solvência	130,1%	123,1%

NOTA 45 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

- a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/grupo

IAS 24 (Revista) Transações entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a Identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transações com entidades ligadas à Administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- Nome da Administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- Natureza e quantia de cada transação individualmente significativa;
- Uma indicação qualitativa ou quantitativa da respetiva dimensão em relação a outras transações que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

Em consequência desta emenda:

- As entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados;
- A sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio.

IFRS 1 (Alteração) Adoção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros:

Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa datam anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um activo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como activo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta

forma, instrumentos de capital emitidos num Equity Swap devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal.

Melhorias do Ano 2010

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- Esclarece que um adotante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das exceções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efetuadas e atualizar as reconciliações entre o anterior PCGA e as IFRS.
- Permite que um adotante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos diretamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- Permite às entidades com atividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCGA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A exceção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais

Esta emenda:

- Clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a exceção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de atividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).
- Limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de atividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos da entidade em caso de liquidação:
 - (a) Pelo justo valor; ou
 - (b) pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida.Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.
- Requer que uma entidade numa concentração de atividades empresariais registre a troca de opções sobre acções ou de outros prémios de pagamento com base em acções no quadro de uma concentração de atividades empresariais como modificações dos prémios de pagamento com base em acções em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções.

Se a adquirente substituir os prémios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de atividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prémios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de atividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prémios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição deve ser reconhecida como custo de Remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em acções que o adquirente não troca por transações de pagamento com base em acções da sua responsabilidade:

Se os respetivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transações de pagamento com base em acções da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respetivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- Enfatiza a interação que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- Clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- Requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respetivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- Remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.
- Remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

A emenda estabelece orientação sobre a aplicação dos princípios vertidos na IAS 34 e requer informação adicional sobre:

- As circunstâncias possíveis de afetar o justo valor dos instrumentos financeiros e a sua classificação;
- Transferência de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia do justo valor.
- Alterações nas classificações de activos financeiros;
- Alterações nos passivos contingentes e activos;

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio

- b) Normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, endossadas pela UE, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2011

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- Uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas manter um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- Uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

A Companhia não adoptou antecipadamente esta emenda.

- c) Normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade

de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- A opção pelo justo valor não for exercida;
- O objetivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- Nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capital próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a Apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

IFRS 13 Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuado através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS

NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado pela APS e os sindicatos STAS e o SISEP o novo Contrato Coletivo de Trabalho aplicável ao sector segurador, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 2, de 15 de Janeiro de 2012.

Tendo como principal referência a modernização do contrato e uma melhor redistribuição do custo com as regalias atribuídas aos colaboradores, destacam-se os seguintes aspetos que impactaram já no exercício de 2011:

- Plano de Individual de Reforma

Todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passarão a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador, mantendo-se essa percentagem nos anos seguintes; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal. O valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31.12.2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma. As novas contribuições do empregador para o PIR destes trabalhadores apenas terão início em 2015.

- Prémio de Permanência

A permanência na empresa será premiada tendo em atenção a idade e o número de anos de vínculo ao empregador, em que o trabalhador, quando completar um ou mais múltiplos de 5 anos de permanência na empresa, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal, pagável conjuntamente com o ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificadas determinadas condições.

- Compensação extraordinária de reequilíbrio contratual

A título de remição de direitos e de obrigações afetados pela cessação de vigência do CCT cujo texto consolidado foi publicado no BTE nº 32 de 29 de Agosto de 2008 e alteração

subsequente, bem como para reequilíbrio contratual decorrente da sucessão de instrumentos de regulamentação coletiva, é atribuída uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de Dezembro de 2011, aos trabalhadores filiados nos sindicatos outorgantes que reúnam as condições seguintes:

- a) Estejam vinculados ao empregador por contrato de trabalho sem termo;
- b) Tenham sido admitidos na empresa antes de 1 de Janeiro de 2010 e tenham prestado pelo menos 22 meses de trabalho efetivo na empresa desde essa data.

Esta compensação será paga até ao dia 30 de Abril de 2012 em dinheiro ou através da constituição de um seguro de capitalização, de acordo com a opção do empregador, e será resgatável ao fim de 90 dias sem penalizações.

Decorrente destas alterações, a BES Vida estimou e registou nas suas contas em 2011 um impacto de 190 mil euros decorrente da alteração do plano de benefício definido para os planos individuais de reforma e de 80 mil euros referente à atribuição de compensação pecuniária e atribuição de prémio de permanência.

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados outros eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, da BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 5.658.691.806 euros e um total de capital próprio de 94.836.806 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 78.842.876 euros), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Códigos das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal nº 4/2007, de 27 de Abril, e respectivas

alterações subsequentes, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 8.1. Conforme referido na Nota 27 a Companhia procedeu à transferência de títulos da dívida pública da Grécia de Activos Disponíveis para Venda para Investimentos Detidos até à maturidade que posteriormente foram considerados em imparidade (Nota 3.1 e Nota 43 sobre Risco de Crédito). Caso estes títulos não tivessem sido reclassificados teria sido reconhecida imparidade adicional em resultados do exercício no montante de cerca de 27 milhões de euros. Considerando a ocorrência em 12 de Março de 2012 da troca de títulos no âmbito do processo de reestruturação da dívida pública da Grécia, cujo anúncio ocorreu após a data de aprovação das contas por parte do Conselho de Administração, esta imparidade deverá ser registada pela Companhia em Março de 2012.
 - 8.2. O referido na Nota 3.3. sobre as bases de estimativa subjacentes ao reconhecimento de impostos diferidos activos por prejuízos fiscais (Nota 33).

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o capítulo 1.1 do Relatório de Gestão, sobre a estrutura e práticas do governo societário, inclui os elementos exigíveis nos termos do nº 4 do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL DA
BES VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Exmos. Senhores Accionistas da
BES VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da BES VIDA, Companhia de Seguros, S.A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva certificação legal de contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas da Companhia.

No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2011 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos ao Conselho de Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração requerida, e ainda das acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

Durante o exercício de 2011 acompanhámos, ainda, com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos dos procedimentos adoptados pela Companhia, nomeadamente, nas áreas da gestão do risco e do sistema de controlo interno, bem como da infra-estrutura informática e, ainda, do crescente aproveitamento de sinergias, nomeadamente, com a BES Seguros SA.

Para além disso, continuaram a ser objecto da nossa melhor atenção os reflexos, ao nível da Companhia, da grave crise económica e financeira nacional e internacional que tem vindo a marcar de forma significativa todos os sectores de actividade e, nomeadamente, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

Pudemos, assim, constatar que a Companhia não só continua a adoptar uma política de utilização racional dos seus recursos, de rigoroso controlo de custos e de minimização dos riscos inerentes à sua actividade operacional e financeira, como também tem progredido de forma satisfatória no aperfeiçoamento dos seus sistemas de controlo interno, tendo em vista habilitar a BES Vida a responder satisfatoriamente aos actuais desafios específicos do sector, em consonância com as melhores práticas internacionais e dando cumprimento aos requisitos regulamentares locais aplicáveis.

Após o final do exercício de 2011, procedemos à apreciação do Relatório de Gestão e das Contas do exercício que o Conselho de Administração nos apresentou, tendo constatado que o Relatório de Gestão obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício.

Conforme nos compete, acompanhámos também:

- i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
e
- ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia.

O desempenho técnico destas funções é da responsabilidade da sociedade de revisores oficiais de contas “Ernst & Young Audit e Associados – SROC, S.A.”, a qual foi designada para o efeito pela Assembleia Geral para o quadriénio 2008/2011.

O Conselho Fiscal apreciou, ainda, a certificação legal de contas emitida sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2011 pela sociedade de revisores oficiais de contas acima referida, com data de 15 de Março de 2012, sem reservas e com a qual concordamos.

Além disso, o Conselho Fiscal considera dever salientar que no ponto número 8 da referida certificação legal de contas são mencionadas três ênfases, que consideramos oportunas, as quais, sem afectarem a opinião sem reservas expressa pela sociedade de revisores oficiais de

contas no ponto número 7 da sua certificação legal de contas, se destinam a chamar a atenção dos utilizadores das demonstrações financeiras do exercício de 2011 para:

- Os efeitos positivos no resultado da BES Vida do exercício de 2011 da reclassificação no balanço da Companhia, por referência a 1 de Janeiro de 2011, dos títulos da dívida soberana grega, os quais saíram da rubrica de “Activos disponíveis para venda” para a rubrica de “Investimentos a deter até à maturidade”;
- A oferta de troca de títulos da dívida soberana da Grécia, anunciada em 24 de Fevereiro de 2012 pelo Governo daquele país, a qual foi aprovada já em Março de 2012 por larga maioria dos respectivos detentores e cujos efeitos influenciarão negativamente os resultados do exercício corrente da BES Vida; e ainda
- As naturais incertezas subjacentes à esperada realização futura dos “Activos por impostos diferidos” constantes do activo do balanço da BES Vida em 31 de Dezembro de 2011 e relacionados com prejuízos fiscais incorridos, as quais, embora idênticas às de quaisquer outras estimativas ou previsões, ganham relevância particular no caso da Companhia por serem de valor significativo e a sua realização estar dependente da efectiva concretização dos pressupostos constantes do plano de negócios previsional da BES Vida para o período de 2012 a 2015, concretização essa que se apresenta reconhecidamente incerta no que respeita a uma significativa evolução crescentemente positiva da actual conjuntura económica e financeira no referido período.

Os membros do Conselho Fiscal abaixo identificados declaram, ainda, de acordo com o disposto na alínea c), do nº. 1, do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) A informação contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais, na certificação legal de contas e nos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.; e também que

- b) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontava à data da sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração.
- b) Os termos da proposta do Conselho de Administração para aplicação do resultado líquido negativo do exercício de 2011, no montante de 78.842.876 euros.

Lisboa, 15 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Ruivo da Pena – Presidente

José Maria Ribeiro da Cunha – Vogal

Paulo Ribeiro da Silva - Vogal

4. Anexos

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Barreira

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTB8TGE0018	BILHETES DO TESOURO PORTB c/z - 2011 / 20-01-2012		3.400.000	1,00		3.309.791		3.386.910
PTB8TGE0010	BILHETES DO TESOURO PORTB c/z - 2011 / 17-02-2012		58.000	0,99		56.656		57.574
PTOTE3OE0017	P68 3,35% / 2005 - 15/10/2015		2.550.000	0,69		2.404.227		1.764.722
PTOTE3OE0017	P68 3,35% / 2005 - 15/10/2015 (HTM)		25.000.000	0,92		22.896.886		23.083.317
PTOTE3OE0017	P68 3,35% / 2009 - 15/10/2014 (HTM)		25.000.000	0,94		23.772.099		23.973.385
PTOTE3OE0007	P68 4,1% / 2006 - 15/04/2037		12.100.000	0,49		11.779.458		5.918.421
PTOTELOE0010	P68 4,35% / 2007 - 16/10/2017		10.000.000	0,58		10.489.328		5.790.328
PTOTE1OE0019	P68 4,375% / 2003 - 16/06/2014 (HTM)		7.000.000	1,00		6.979.058		7.007.322
PTOTE0OE0027	P68 4,75% / 2009 - 14/06/2019		22.000.000	0,56		23.147.293		12.314.638
PTOTE0OE0029	P68 4,8% / 2010 - 15/06/2020		14.100.000	0,54		14.297.227		7.673.902
PTOTEKOE0003	P68 5% / 2002 - 15/06/2012		12.372.000	1,00		12.372.202		12.337.183
PTOTE6OE0009	P68 5,45% / 1998 - 23/09/2013		16.900.000	0,86		18.364.313		14.614.819
PTOTE6OE0009	P68 5,45% / 1998 - 23/09/2013 (HTM)		80.000.000	1,02		82.051.212		81.856.545
X50448667146	P68 Float / 2009 - 28/08/2012		3.000.000	0,72		2.266.027		2.163.204
	sub-total	0	233.480.000	0,00	0,00	234.180.756	0,00	201.942.268
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0
2.1.2.3 - De outras emissores								
PTBR4XE0008	B.E.S. EURO RENDA 4% - Mar/2005 - 16/04/2013		6.684.150	1,07		6.691.262		7.121.085
PTBR4XE0006	B.E.S. ELAJO RENDA 4% APRIL 2005 - 2ª SÉRIE		2.329.250	1,06		2.330.389		2.473.342
PTBR4OE0000	BANCO BPI 3% / 2009 - 17/07/2012		4.550.000	0,97		4.510.983		4.431.784
PTBR5JOE0000	BANCO BPI 3,25% / 2010 - 15/01/2015		11.000.000	0,81		10.936.644		8.961.088
PTBR5VOM0004	BANCO BPI Float EMTN 2010 - 25/01/2012		750.000	0,99		737.339		743.954
PTBENEOM0036	BANCO ESPÍRITO SANTO 3% / 2011 - 16/12/2021		40.700.000	0,57		23.244.157		23.244.157
PTBLM6OM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO 5,625% / 2009 - 05/06/2014		52.200.000	0,82		52.161.625		42.686.597
PTBLM6OM0003	BANCO ESPÍRITO SANTO Float / 2007 - 19-03-2012		10.050.000	0,98		9.565.271		9.891.776
PTBLM6OM0017	BANCO ESPÍRITO SANTO Float / 2007 - 08/05/2013		3.500.000	0,82		3.228.811		2.860.831
PTBLM6OE0001	BANCO ESPÍRITO SANTO SA 3,45% / 2009 - 09/11/2012		83.000	0,92		83.448		76.065
PTBLM6OE0006	BANCO ESPÍRITO SANTO SA 4,05% / 2009 - 09/11/2012		756.000	0,93		760.756		699.931
PTBLM6OM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO SA Float 2009 - 25/02/2013		6.900.000	0,85		6.760.110		5.847.550
X50239063414	BANCO ITAU EUROPA / 2005 - 22/12/2015 (Call: 22/03/2012)		9.370.000	0,83		9.193.503		7.782.881
PTBAPFOE0003	BANIF 56PS SA 3,25% / 2009 - 08/05/2012		5.000.000	0,96		4.989.065		4.810.425
PTBCLAOE0000	BCP LEASING PERPETUA - 2001 / 28-12-2049 (Call: 28/03/2012)		9.400.000	0,31		4.901.492		1.538.818
PTBSMFOE0006	BCPL - TOPS PERPETUAS 1997/2049 (Call: 04/06/2012)		1	0,49		1		0
PTBCKSM00019	BCPL 3,375% / 2010 - 18/01/2012		8.200.000	1,02		8.142.728		8.324.056
PTBPC9OM0051	BCPL 3,625% / 2009 - 19/01/2012		9.350.000	1,02		9.417.919		9.553.391
PTBCK5OE0011	BCPL 3,75% / 2009 - 08/10/2016		9.900.000	0,67		9.335.974		6.668.705
PTBCKURIE0005	BCPL 4,75% / 2007 - 22/06/2017		4.000.000	0,69		4.129.872		2.775.472
PTBCKU3IE0002	BCPL 4,75% / 2007 - 29/10/2014		5.000.000	0,79		5.233.381		3.941.131
PTBCKLQOM0010	BCPL 5,625% / 2009 - 23/04/2014		5.300.000	0,74		5.642.653		3.941.766
PTBCKQWOM0033	BCPL 9,25% / 2011 - 12/10/2014		1.800.000	0,79		1.836.393		1.422.393
PTBCT3OM0000	BCPL Float - 2007 / 09-05-2014		3.359.000	0,59		3.123.797		1.989.699
PTBCKUOM0010	BCPL Float - 2010 / 28-03-2013		1.250.000	0,72		1.222.892		960.282
PTBCKPOM0064	BCPL Float 2009-28/02/2013		250.000	0,74		187.204		185.544
PTBLMJOE0000	BES 3,45% Ser7 2009 - 09/11/2012		10.000	0,92		10.054		9.165
PTBLMJOE0005	BES 4,05% Ser02 2009 - 09/11/2012		521.000	0,93		524.270		482.360
PTBLMJOE0004	BES 4,05% Ser3 2009 - 09/11/2012		300.000	0,93		301.897		277.750
PTBRBXE0004	BES Commodities 2005 - 13/01/2014		1.108.800	1,01		1.108.832		1.117.282
PTESSEVE0006	BES DUAL REND FIXO - EUROSTOXX 2006 / 26-08-2014		2.852.000	0,93		2.885.576		2.643.584
PTBR7XE0005	BES EURO RENDA - 2005 / 14-10-2013		2.477.900	1,04		2.014.347		2.565.868
PTES5VXE0006	BES DNV S 5% - 2003 / 13-10-2033 (Call: 13/10/2012)		3.383.000	0,79		2.808.601		2.684.517
PTES5BXE0000	BES DNV Redeemem 5 Sep 19 2006 - 01/04/2014		3.100.000	0,97		3.198.348		2.992.818
PTBLMCOE0006	BES RENDIMENTO CRESCENTE - 2009 / 25-08-2012		190.000	1,01		191.749		191.168
PTBLMDOE0005	BES RENDIMENTO FIXO 3,85% - 2009 / 27-03-2012		14.404.000	1,01		14.547.942		14.547.942
PTBEMCKE0012	BES SUB 1'S / 2008 - 20/02/2019 (Call: 20/02/2014)		56.341.000	1,00		56.620.201		56.411.739
PTBELMOE0004	BESLEASING FACTORING / 2005 - 22/09/2049 (Call: 22/09/2015)		15.000.000	0,70		10.513.755		10.513.755
PTBELHXE0000	BESLEASING FACTORING SUB / 2004 - 22/10/2014		2.480.000	0,81		2.494.217		2.002.884
PTBERPOM0013	BESNN Float / 2007 - 26/06/2014		39.500.000	0,73		37.511.931		28.644.347
PTBLMW0E0011	BESPL 3,375% / 2009 - 17/02/2015		15.000.000	0,78		15.414.929		11.734.975
PTBEMPE0018	BESPL 3,75% / 2009 - 19/01/2012		1.450.000	1,02		1.455.403		1.474.851
PTBLMXOM0019	BESPL 3,875% / 2010 - 21/01/2015		42.450.000	0,75		43.541.719		31.979.731
PTBLMNOE0003	BESPL 4,05% / 2009 - 09/11/2012		90.000	0,93		90.563		83.325
X50144571352	BIC 4,65% / 2002-19/03/2012		5.000.000	1,19		5.003.509		5.935.104
PTBLCYXE0006	BIC EURO RENDA 4% / 2005 - 16/04/2013		2.920.250	1,07		2.952.624		3.111.143
PTBRIHOM0001	BRI5 A 4,5% / 2006 - 05/12/2016		1.150.000	0,65		986.736		751.176
PTBS5AOM0005	BRI5 A CONC ROD (BRCCORO) 4,797% / 2003 - 29/09/2013		2.488.000	0,86		2.309.539		2.146.109
PTCFADOM0002	CAMFER 4,17% / 2009 - 16/10/2019		6.000.000	0,58		6.021.494		3.460.554
PTCG6FOM0015	CGD 3,625% / 2009 - 21/07/2014		15.000.000	0,83		15.336.862		12.254.762
PTCG6FHE0000	CGD 3,875% / 2006 - 06/12/2016		5.800.000	0,71		5.570.844		4.102.670
PTCG61OM0004	CGD 4,375% / 2009 - 13/05/2013		4.000.000	0,95		387.043		380.093
PTCG61LOM0007	CGD 5,125% / 2009 - 19/02/2014		18.900.000	0,93		19.610.897		17.562.437
PTCG632OM0004	CGD 6,0% / 2011 - 28/09/2015		21.103.000	0,89		21.534.192		18.742.766
PTCG62OM0007	CGD Sub Lower Tier II / 2007 - 28/12/2017 (Call: 28/12/2012)		33.700.000	0,86		33.719.176		28.901.356
X50236180104	DOURM 1 C M T6 2005 - 21/06/2056 (Call: 21/09/2014)		210.741	0,56		128.651		118.114
X50269341680	DOURM 2 A2 M T6 - 2006 / 21-04-2059		29.205	0,55		28.293		16.115
X50236192170	DOURM MORTGAGES 14 M T6 / 2005 - 21/06/2056 (Call: 21/09/2014)		171.889	0,58		163.382		10.037
X502536454319	ESP SANTO TOURISM 6% - 2010 / 28-10-2013		2.050.000	0,94		2.072.208		1.926.588
X50469786171	ESPÍRITO SANTO TOURISM 5,85% / 2009 - 23/07/2015		40.000.000	0,88		36.229.344		35.149.344
PTJMRHOE0007	JM TPL Float / 2007 - 11/12/2012		1.700.000	0,87		1.703.554		1.485.962
PTMTLDOE0005	METRO DE LISBOA 5,75% / 2009 - 04/02/2019		1.000.000	0,47		1.040.086		466.726
PTMOCJ0E0005	MODELO E CONTENENTE Float / 2007 - 30/04/2012		8.950.000	1,00		8.958.372		8.978.107
	PAPER COMERCIAL					375.701.991		375.701.991
PTPETQOM0006	PAPUB 3,5% / 2009 - 08/07/2013		2.000.000	0,71		2.045.861		1.428.661
PTPETQOM0006	PAPUB 3,5% / 2009 - 08/07/2013 (HTM)		9.200.000	0,97		8.828.920		6.951.368
PTPETQOM0002	PAPUBLICA 3,25% Conv. E.B.P. / 2007 - 18/12/2014		2.700.000	0,81		2.510.232		2.193.627
PTPTICE0E0008	PORTUCEL Float / 2005 - 27/10/2012		4.469.000	1,01		4.478.540		4.493.644
X50214446188	REFER 4% / 2005 - 16/03/2015		7.000.000	0,33		6.970.365		2.321.858
PTCFEDOM0000	REFER 4,25% - 2006 / 13-12-2021		7.250.000	0,27		6.628.691		1.936.404
PTRELAM0000	REN REDES ENERGETICAS 7,875% / 2009 - 10/12/2013		12.200.000	0,87		12.274.361		10.565.728
PTCPPTOE0020	SANTANDER TOTTA 3,25% / 2009 - 21/10/2014		6.000.000	0,86		6.036.208		5.139.028
PTSEMCOE0006	SEMAPA Float / 2006 - 20/04/2016		6.900.000	1,00		6.899.096		6.922.494
PTSONB0E0004	SONAE INVESTIMENTOS Float / 2007 - 11/04/2014 (Call: 11/04/2012)		1.700.000	0,99		1.671.368		1.682.526
X50135481254	TAGST 2007 - ROSE 1 M T6 - 2007 / 17-12-2012		119.800	0,98		119.937		117.290
	sub-total	0	633.796.286	0,00	0,00	981.392.107	0,00	900.186.285
	sub-sub-total	0	867.276.286	0,00	0,00	1.215.572.863	0,00	1.102.128.553
	total	674.304.543	867.276.286	0,00	0,00	2.906.162.793	0,00	2.608.472.772

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Bernalho

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	
2.2 - Títulos estrangeiros									
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação									
2.2.1.1 - Ações									
FR0000120404	ACCOR SA	76.170	1.834.196		19,58	1.491.789			
FR0000031122	AIR FRANCE-KLM	115.230	671.931		3,97	457.809			
DE0000404005	ALLIANZ AG	500	37.236		73,91	36.955			
ES01009047019	AMARKEUS IT HOLDING SA - A SHS	51.711	637.340		12,54	648.197			
US0231351047	AMAZON.COM INC.	1.000	146.772		133,78	133.782			
LU0569974404	APERAM	76.000	862.630		10,90	828.400			
US0378331005	APPLE COMPUTER INC	2.000	293.28		313,01	626.014			
IT0000062072	ASSICURAZIONI GENERALI	8.000	96.817		11,63	93.040			
680009895292	ASTRAZENECA PLC	75.090	2.431.091		35,62	2.674.401			
FR0000120628	AXA	5.000	10.14		10,05	50.225			
68000981622	BALFOUR BEATTY PLC	333.735	3.95		3,17	1.026.278			
DE0000457111	BAISF AG	46.650	1.805.264		53,89	2.513.969			
ES011321835	BBVA	6.000	6.22		6,68	40.080			
DE0005909006	BILFINGER BERGER AG	19.475	1.009.075		65,88	1.296.189			
DE0005190003	BMW AG	46.455	2.174.813		51,76	2.404.511			
FR0000131104	BNP PARIBAS	54.420	2.375.877		30,35	1.651.647			
FR0000120503	BOUYGUES SA	30.398	984.917		24,34	740.039			
680056794497	BRITISH AIRWAYS 6.75% PERPETUAL	76.000	1.880.409		1,00	76.000			
680002875804	BRITISH AMERICAN TOBACCO PLC	96.395	2.398.331		36,58	3.524.634			
ES0113903137	BSCA - AM	215.033	2.064.474		9,87	1.263.244			
680007345546	CARILLON PLC	280.545	933.523		3,40	1.010.271			
FR0000120172	CARREFOUR SA	81.480	3.114		17,61	1.435.270			
FR0000125585	CASINO GUICHARD PERRACHON	17.535	1.171.791		65,08	1.141.178			
DE0000151001	CELESTO AG	68.025	1.266.510		12,24	832.626			
DE00008032004	COMMERZBANK AG	35.000	42.112		1,30	45.605			
DE00005439004	CONTINENTAL AG	28.325	59.39		48,09	1.362.291			
CH0002128930	CREDIT SUISSE GROUP - REG	2.000	17.82		18,16	36.311			
NL0000825549	CSM SA	10.000	1.103.862		13,08	1.271.135			
DE0007100000	DAIMLERCHRYSLER AG	8.000	31.61		33,92	271.360			
FR0000120644	DANONE SA	59.765	45.55		2.722,162	48.57			
DK0010274414	DANSKE BANK A/S	92.710	1.602.431		9,81	909.741			
BE00003562700	DELHAIZE GROUP	22.110	1.093.474		43,41	959.685			
DE00005140008	DEUTSCHE BANK AG	1.500	27.94		29,44	44.153			
DE00008232125	DEUTSCHE LUFTHANSA REG	74.445	9.38		697,953	9,19			
DE0000552004	DEUTSCHE POST AG-REG	90.395	10.89		984,064	11,88			
680002374026	DIAGEO PLC	12.262	2.367.510		16,84	3.155.447			
LU0011904405	E.S. Financial Group	784.925	6.930.349		5,15	4.042.364			
ES0127797019	EDF Renovables SA	1487.500	6.03		8.974.670	4,73			
FR0000130452	ETIFAGE SA	37.345	923.350		18,70	698.538			
AT0000652011	ERSTE BANK DER OESTER SP	48.180	18.50		891,456	13,58			
XS0159170249	ESCOM MINING INC SERIE D PFD 2011/05-12-2099	1.916.575	0,71		1.367.912	0,27			
V663120X1096	ESCOM MINING INC SERIE D PFD 2005/25-12-2073	1.334.750	1,00		1.341.127	0,37			
V663120X1252	ESCOM MINING Serie F (PREFERENCIAL: Eumbar 6M+25 tp)	1.413.450	0,70		990.280	0,27			
IT0000197463	FIAT SPA	219.990	5,44		1.195.445	3,55			
680003452173	FIRSTGROUP PLC	245.205	4,58		1.215.864	4,05			
ES0122060314	FOMENTO DE CONSTRUCCION Y CONTRA	35.445	29,27		1.037.331	20,04			
DK0010272632	GN STORE NORD A/S	245.900	6,99		1.719.631	6,51			
US3825995089	GOOGLE INC	1.000	478.771		499,19	499.189			
680004161021	HAYS PLC	1.112.940	0,92		1.029.321	0,77			
DE0000647004	HEIDELBERGCEMENT AG	35.530	47,72		1.695.338	32,79			
DE0000670006	HOCHTIEF AG	19.621	55,44		1.087.724	44,69			
CH0012214059	HOLCIM LTD - REG	49.950	49,37		2.456.046	41,34			
6800086171002	INCHCAPE PLC	275.365	3,49		961.792	3,51			
NL00003036000	ING GROEP NV-CVIA	8.000	5,41		43.304	5,56			
ES0177542018	INTERNATIONAL CONSOLIDATED AIRLINES GROUP SA	476.495	2,50		1.190.426	1,76			
680004764071	JOHNSON MATTHEY PLC	58.455	22,46		1.313.075	21,98			
FI0009000202	KESKO OYJ B SHS	36.450	949.011		25,96	946.242			
DE00006010000	KLOECKNER & CO	75.435	18,25		1.376.954	9,92			
NL0000603250	KONINKLIJKE AHOLD NV	130.735	9,30		1.216.088	10,41			
680008706128	LLOYDS TSB GROUP PLC	18.000	5,31		1,30	0,31			
680031192486	LOWMEIN PLC	77.780	15,07		1.172.349	11,73			
US58155Q1031	McCormick Corp	3.000	59,36		178.093	60,21			
DE0007257503	METRO AG	23.720	38,24		906.936	28,20			
680030232317	MICHAEL PAGE INTERNATIONAL	282.370	4,64		1.310.817	4,18			
DE00008430026	MUNCHENER RUECKVER AG-REG	24.085	120,25		2.896.276	94,78			
680008085N484	NATIONAL GRID PLC	556.476	6,95		3.869.649	7,48			
FI0009013296	NESTE OIL OYJ	131.760	11,37		1.497.472	7,80			
FR0000010418	NOVUS TSB GROUP PLC	28.185	58,70		1.672.211	40,10			
DE0000746504	NORDEUTSCHE AFFENERIE AG	29.915	26,93		805.654	41,20			
NL0000375400	NUTRECO HOLDING NV	31.025	37,27		1.156.354	50,84			
FI0009002422	OUTOKUMPU OYJ	119.480	6,70		800.030	5,08			
FI0009004575	OUTOTEC OYJ	37.800	43,77		1.654.398	36,40			
US71654V4086	PETROLEO BRASILEIRO SA ADR	33.811	19,69		665.758	19,21			
FR0000121501	PEUGEOT SA	39.385	24,10		949.262	12,11			
US7237871071	PIONEER NATURAL RESOURCES	1.000	67,94		67.943	69,155			
PL6520000010	POLSKA GRUPA ENERGETYCZNA SA	136.600	4,52		617.272	4,64			
US7415034039	PRIZELINE.COM INC	1.000	383,48		383.480	361,47			
NL0000379121	RANDSTAD HOLDING NV	42.095	1.301.502		22,86	962.292			
FI0009003552	RAUTARUKKI OYJ	89.445	13,36		1.194.695	7,11			
FR0000131906	RENAULT SA	25.840	34,00		878.588	26,80			
ES0173516115	REPSOL YPF SA	46.965	16,73		785.728	23,74			
680007547838	ROYAL BANK OF SCOTLAND GROUP	20.000	0,25		4.936	0,24			
68000803MLX29	ROYAL DUTCH SHELL	106.530	23,31		2.483.308	28,15			
680008019KX70	SAATCHI & SAATCHI PLC	329.765	3,70		1.221.816	3,63			
DE0004202005	SALZGITTER AG	30.275	49,80		1.507.445	38,63			
FR0000130809	SOCIETE GENERALE	2.000	18,08		36.153	17,21			
SE0000171100	SSAB SVENSKT STAL AB	132.900	9,36		1.244.011	6,81			
ES0178430E18	TELEFONICA SA	124.345	17,92		2.228.082	13,38			
DE00007500001	THYSENKRUPP AG	52.245	19,45		1.016.253	17,72			
FR0000120271	TOTAL SA	64.320	45,05		2.897.865	39,50			
680001500809	TULLOW OIL PLC	103.620	14,90		1.543.523	16,78			
CH0004809983	UBS AG REGISTERED	4.000	9,09		36.377	9,20			
BE00003884047	UNICREDIT	32.720	22,28		729.138	31,87			
IT0004781412	UNICREDIT SpA	5.000	7,60		38.013	6,42			
FR0000130338	VALEO SA	27.545	20,15		554.941	30,71			
FR0000120354	VALLOUREC	20.550	82,99		1.705.370	50,16			
FR0000121411	VEOLIA ENVIRONNEMENT	54.670	10,70		584.921	8,47			
DK0010268606	VESTAS WIND SYSTEMS A/S	69.610	12,37		861.177	8,34			
DE0007664039	VOLKSWAGEN AG-PFD	9.915	71,36		707.492	115,75			
IT000837WCQ29	WOLSELEY PLC	65.105	15,53		815.660	25,52			
US5958671088	ZYNKA	1.000	8,86		8.855	7,27			
	sub-total	15.585.490	0	0,00	0,00	127.277.507	0,00	110.320.089	
2.2.1.2 - Títulos de participação									
	sub-total	0	0	0,00	0,00	0	0,00	0	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Borralho

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0138517034	ESAF BOLSA SELECCIÓN, FI	3.285			14,96	49.139		33.953
ES0125240038	E.S. CAPITAL PLUS, F.I.	4			1.370,38	5.770		6.790
ES0114917034	E.S. VALOR EUROPA F.I.	257			7,59	1.949		1.174
ES0150036038	ESAF GLOBAL FLEXIBLE 0-100 F.I.	317			11,21	3.554		2.956
XS030774864	BY AUTOCANCELABLE TELEFONICA E IBEROROLA	2.969			959,30	2.867.296		1.474.747
XS030243184	AUTOCANCELABLE NOTES LINKED TO THE SHARES OF BBVA	1.031			957,43	987.394		114.990
XS0313757606	AUTOREDEMER NOTES LINKED TO THE SHARES OF ENI S.P.A.	176			954,80	167.668		36.745
XS0337388382	AUTOREDEMER NOTES LINKED TO THE SHARES OF ENI S.P.A.	501			952,10	477.353		106.691
XS0287521131	3 YEARS AUTOCALLABLE CERTIFICATE ON DJEUROSTOXX 50 INDEX	138			969,08	133.712		26.097
XS0291503463	AUTOCALL SAN 5Y 12%	1.012			962,88	974.326		539.843
XS0300460721	5 YEAR AUTO-CALLABLE NOTE ON BBVA SM	507			965,94	489.999		61.583
XS0296916140	AUTOCALLABLE SANTANDER 5 YEAR 12%	600			963,76	578.283		74.883
XS0401768535	EUR BBVA Notes due 09th August 2012 (the "Notes")	11.722			279,23	3.273.109		4.355.923
XS0401835748	EUR ENI Notes due 02nd December 2012 (the "Notes")	1.165			500,00	582.504		811.456
XS0401832729	EUR ENI Notes due 22nd December 2012 (the "Notes")	4.694			505,27	2.371.487		3.329.111
XS0588749498	EUR Auto Callable Euro Stoxx 50 Notes due in 23rd February 2014 (the "Notes")	960			972,15	932.688		745.989
XS0401835318	EUR BBVA Notes due 18th May 2012 (the "Notes")	6.783			280,48	1.902.601		2.744.593
XS0401807291	EUR SAN Notes due 31st May 2012 (the "Notes")	8.100			372,10	3.014.145		3.369.751
XS0307714864	BY AUTOCANCELABLE TELEFONICA E IBEROROLA	23			959,30	22.113		11.374
XS0312463184	AUTOCALLABLE NOTES LINKED TO THE SHARES OF BBVA	245			957,43	234.285		27.284
XS0307757606	AUTOREDEMER NOTES LINKED TO THE SHARES OF ENI S.P.A.	1			954,80	1132		248
XS0337388382	AUTOREDEMER NOTES LINKED TO THE SHARES OF ENI S.P.A.	57			952,10	53.919		11.051
XS0287521131	3 YEARS AUTOCALLABLE CERTIFICATE ON DJEUROSTOXX 50 INDEX	278			969,08	269.424		52.585
XS0291503463	AUTOCALL SAN 5Y 12%	3			962,88	2.996		1.660
XS0300460721	5 YEAR AUTO-CALLABLE NOTE ON BBVA SM	212			965,94	204.515		25.703
XS0296916140	AUTOCALLABLE SANTANDER 5 YEAR 12%	14			963,76	13.468		1.744
XS0401768535	EUR BBVA Notes due 09th August 2012 (the "Notes")	75			278,06	20.834		27.843
XS0401835748	EUR ENI Notes due 02nd December 2012 (the "Notes")	1			500,00	0,76		663
XS0401832729	EUR ENI Notes due 22nd December 2012 (the "Notes")	18			490,83	9.073		13.111
XS0588749498	EUR Auto Callable Euro Stoxx 50 Notes due in 23rd February 2014 (the "Notes")	21			972,15	20.609		18.641
XS0401835318	EUR BBVA Notes due 18th May 2012 (the "Notes")	35			278,18	9.605		13.970
XS0401807291	EUR SAN Notes due 31st May 2012 (the "Notes")	22			372,10	8.051		9.001
ES0138517034	ESAF BOLSA SELECCIÓN, FI	238			13,55	3.219		2.456
ES0125240038	E.S. CAPITAL PLUS, F.I.	4			1.525,30	6.306		6.667
ES0114917034	E.S. VALOR EUROPA F.I.	52			6,29	327		238
ES0158193039	ESAF GLOBAL FLEXIBLE 0-100 F.I.	35			10,79	376		324
LU0590680144	AI Invest Sicov - Fundo Momentum	15.000			99,09	1.486.289	98,97	1.484.550
LU0568396400	ALLIANCE ACM EURO EQ GROWTH	492			85,2971	41.835	118,93	78.205
LU0256881128	ALLIANZ RCN EUR EQ GROWTH - IT	6.987			1.437,38	706.798	1.329,93	453.964
LU0210819818	Amundi F Absolute Vol 4 (EUR)	239			110,80	26.512	105,67	25.285
LU0272942433	Amundi F Absolute Vol 5 (Euro Equities 5)	4.681			147,24	689.211	151,83	710.718
LU0248702945	Amundi F Equity Global Clean Planet 5	63			80,57	5.074	61,61	3.880
LU0568618077	AMUNDI FDS 8D US OPPORT FHEC	99			101,04	10.018	101,38	10.314
LU0568620990	AMUNDI FDS - MONEY MKT EUR-FEC	9.398			99,86	938.541	100,31	942.748
FR0007038708	AMUNDI GLOBAL EMERG	38			34.137,06	1.297.208	33.031,99	1.255.200
LU0272941112	AMUNDI VOL EURO EQUITIES-IC	658			158,87	968.888	159,25	1.003.173
LU0266010296	AXA WORLD FD GL INFLAT AE E	384			130,04	50.000	130,56	50.208
LU0248273566	BGF - INDIA FUND E 2	1.685			17,92	30.188	13,30	22.407
LU0326423224	BGF - WORLD GOLD FD HEDGED E 2	5.580			10,10	56.377	9,24	51.562
LU0172157363	BGF - WORLD MINING FUND E2	3.352			50,88	170.556	44,14	147.954
LU0093504115	BGF EUR SHORT DUR BOND - E2	21.179			13,35	282.832	13,44	284.646
LU0200685070	BGF US FLEXIBLE EQUITY H E2	8.038			10,24	82.294	10,19	81.909
LU0326423067	BGF WORLD GOLD	61.881			8,08	500.000	10,09	624.381
LU0090830497	BGF EMERGING EUROPE FUND - EUR E2	105			80,74	9.284	8,42	8.422
LU0171290074	BGF NEW ENERGY FUND-EURO E2	5.145			5,42	27.874	4,44	22.843
LU0171304552	BGF WORLD ENERGY FUND-E Acc	6.115			17,28	105.646	16,73	102.296
LU0171306680	BGF WORLD GOLD FUND - EUR E2	2.172			41,34	89.800	38,88	84.452
IE000839VC893	BLACK ROCK EURO GOVERNMENT LIQUIDITY	61.336			101,08	6.200.000	101,33	6.215.338
LU0271024688	BLUEBAY - EM MKT SELECT B I	1.616			83,93	135.591	89,61	144.776
LU0238483688	BLUEBAY - EMER MK LO	274			119,59	32.728	120,59	33.001
LU0240775436	BLUEBAY - EMERGENS MK LO C	12.433			118,40	1.471.974	118,03	1.467.419
LU0225310266	BLUEBAY DNI GRADE BOND FUND	27.191			110,33	3.000.000	123,43	3.519.351
LU0212964570	BNP LI FUND-EQ TURKEY-N-C	605			208,69	126.324	156,97	95.018
IE00082357C36	BNY MELLON GL - BRAZIL EQ A	241.473			1,31	315.841	1,20	290.467
IE0003952342	BNY MELLON GL - EMRG MKTS	198.155			2,85	564.632	2,52	500.143
IE0003921272	BNY MELLON GL - GLOBAL BOND A	24.083			1,42	34.093	1,55	37.237
IE00082357N66	BNY MELLON GL-BRAZIL EQ-C\$	504.660			1,00	506.961	0,91	459.300
IE0004084889	BNY MELLON GLOBAL OPPORTUNITIES - A EUR	56.272			1,00	56.140	1,05	59.255
LU0319687553	CAAM - VOLATILITY WORLD EQ - HA	17.677			108,96	3.066	110,09	30.379
LU0324811009	CARAVELA AGGRESSIVE FUND	113.633			115,72	13.235.944	120,41	13.658.453
LU0124811018	CARAVELA BALANCED FUND	106.27			106,27	12.523.602	106,27	12.523.602
LU0214810986	CARAVELA DEFENSIVE FUND	28.658			102,13	2.926.845	99,86	2.861.827
FR0010135103	CARMIGNAC PATRIMOINE A EUR	29			5.055,98	147.983	5.235,82	153.247
LU0533023601	CFI MARKETS TOTAL OPP Xh	337.266			8,90	3.000.000	8,49	2.863.392
ZZZZZ9792490	COLCHESTER GLOBAL BOND FUND - CLASS D	10.471			102,54	1.073.703	118,73	1.243.222
ZZZZZ9795394	COLCHESTER GLOBAL RETURN BOND FUND - CLASS D	120.534			10,51	1.267.072	12,41	1.495.866
FR0000933931	DAVEY GR - DINDEX FUND	134.995			53,51	7.202.002	53,99	7.266.784
LU0357679375	DB PLAT IV - BAL CUR-HVS	24			10.685,41	259.912	10.697,54	260.207
LU0295167485	DB PLAT IV - BAL CUR-HVS R2C	137			104,90	14.304	96,85	13.289
LU0462954479	DB PLAT IV DBX SYS ALPHA - IICU	51.783			76,77	3.975.411	86,58	4.483.125
LU0229883953	DB PLAT-COMMODITY EURO	899			163,91	147.280	123,27	110.765
LU0419225080	DB PLATINUM CROCI SECTOR - I2C	11.367			148,12	1.683.683	180,84	2.055.574
LU0189063844	DB PLATINUM IV-DYN ALT-R2C	91			125,70	11.388	101,80	9.222
LU0173942318	DB PLATINUM IV-SOV PLUS-RIC	135			132,87	17.964	139,74	18.893
LU0080237943	DB PORTFOLIO EURO LIQUIDITY	1.479			76,08	112.500	76,09	112.519
LU0290359497	DB X-TR II BOND A	48.514			139,58	6.771.644	139,62	6.773.670
LU0290358653	DB X-TR II TRX EUR SV	38.528			105,73	4.073.498	106,27	4.094.371
FR0007054358	DJ EUROSTOXX 50 MASTER UNIT	288.802			23,50	6.787.758	23,18	6.694.430
IE000857MX003	DJ STOXX 600 OPT UTILITIES	12.391			119,92	1.485.896	121,56	1.506.250
IE000857MTW060	DJ STOXX 600 OPTIMISED BANKS	20.484			43,36	888.197	44,91	919.936
LU0239322612	DWS BRAZIL Acc	2.883			141,24	407.174	131,22	378.301
LU0146220040	DWS INSTITUTION USD MONEY PLUS	42			9.545,02	403.514	9.545,33	403.527
LU0239320286	DWS INVEST BRIC PLUS-NC Acc	839			193,59	162.464	162,76	136.588
LU0273146190	DWS INVEST CHINESE EQUITY FUND	5.460			165,26	899.977	137,40	747.444
LU0179220295	DWS INVEST CONVERTIBLES NC ACC	406			132,00	79.976	120,08	72.756
LU0145631513	DWS INVEST EURO EQUITIES-NC	201			100,66	20.236	91,58	18.411
LU0273147594	DWS INVEST GLOBAL AGRIBUSN - NC	971			108,53	105.325	104,61	101.524
LU0146864797	DWS RUSSIA Acc	374			214,60	80.355	178,64	66.890
SE0001599622	East Capital Explorer Fund AB	134			51.625,40	6.917.803	49.130,00	6.583.420
LU0091444124	ES - AMERICA G F (USD)	27.065			88,57	2.397.217	102,23	2.766.733
LU0058466250	ES - EMERGING MARKETS	40.289			135,90	5.475.426	132,08	4.915.629
LU0062574610	ES - EURO BOND	1.276			1.463,55	1.859.977	1.463,55	1.510.448
LU0091443829	ES - EUROPEAN EQUITY	38.593			81,20	3.133.837	89,34	2.676.039
LU0058464123	ES - GLOBAL BOND	66.769			166,16	11.094.143	173,96	11.615.120
LU0079837604	ES - GLOBAL ENHANC	13.377			619,41	8.285.690	618,10	8.268.114
LU0447918896	ESPIRITO SANTO AFRICA R INC	312			102,07	31.803	79,66	24.820
LU0114074718	EURIZON EASYFUND - BND HI YLR	287			142,59	40.952	140,69	40.406
LU0090980383	EURIZON EASYFUND-EQ CHINA-R	381			83,86	31.925	76,74	29.213
LU0130231398	EURIZON EASYFUND-EQ JAPAN-RH	37			72,75	2.679	54,73	2.016
LU0157641918	FIDELITY FDS - EUROPEAN ASSEF - E	25.616			150,48	268.39		

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Borralho

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
LU0023769995	FIDELITY FDS-GLPR-E ACC EUR	616	8,12	5,000	8,44	5,197		
LU0251130554	FIDELITY FDS-POR SL.M-A ACC EUR	3.275	10,06	32,928	9,84	32,217		
LU0115759606	Fidelity Funds - America E Acc Euro	2.216	11,28	25,000	12,28	27,216		
LU0048573645	Fidelity Funds - ASEAN Fund A USD	1.242	20,39	25,318	20,77	25,792		
LU0054237671	Fidelity Funds - Asian Special Situations Fund A USD	1.172	21,61	25,318	21,32	24,980		
LU0048574536	Fidelity Funds - Australia Fund A AUD	181	27,99	5,094	29,02	5,240		
LU0173614495	Fidelity Funds - China Focus Fund A USD	876	28,90	25,318	28,21	24,713		
LU0115763970	Fidelity Funds - Emerging Markets E Acc Euro	174	28,67	5,000	28,75	5,014		
LU0048579410	Fidelity Funds - France Fund A Euro	171	29,30	5,000	30,06	5,130		
LU0048580004	FIDELITY FUNDS - GERMANY FUND A EURO	1.044	26,73	27,901	22,86	23,862		
LU0114721508	Fidelity Funds - Global Consumer Industries Fund A Euro	224	22,31	5,000	24,00	5,379		
LU0157217158	Fidelity Funds - Global Focus E Acc Euro	193	25,92	5,000	26,85	5,179		
LU0114721777	Fidelity Funds - Global Health Care E Acc Euro	348	14,36	5,000	15,49	5,393		
LU0147320333	Fidelity Funds - Global Industrials Fund E Acc Euro	869	29,52	5,000	29,65	5,022		
LU0157734255	Fidelity Funds - Global Technology Fund E Acc Euro	805	6,17	5,000	6,39	5,177		
LU0157742333	Fidelity Funds - Global Telecommunications E Acc Euro	487	10,26	5,000	10,67	5,200		
LU0157655955	Fidelity Funds - Greater China E Acc Euro	1.056	23,68	25,000	23,27	24,567		
LU015765678	Fidelity Funds - Iberia E Acc Euro	1.041	24,01	25,000	24,32	25,323		
LU0197230542	Fidelity Funds - India Focus Fund A Euro	986	25,35	25,000	22,05	21,745		
LU0055114457	Fidelity Funds - Indonesia Fund A USD	253	20,01	5,044	20,71	5,240		
LU028390003	Fidelity Funds - Italy E Acc Euro	1.142	4,38	5,000	4,37	4,986		
LU015766213	Fidelity Funds - Japan E Acc Euro	3.561	3,02	25,000	14,74	24,968		
LU0021324488	Fidelity Funds - Korea Fund A USD	365	13,86	5,064	13,93	5,090		
LU0048587868	Fidelity Funds - Malaysia Fund A USD	168	30,16	5,044	33,40	5,608		
LU0048588080	Fidelity Funds - Nordic Fund A SEK	93	54,22	5,050	56,15	5,230		
LU0054754816	Fidelity Funds - Switzerland Fund A CHF	196	25,27	4,962	26,43	5,191		
LU0048621477	Fidelity Funds - Thailand Fund A USD	200	25,32	5,044	26,03	5,206		
LU015769746	Fidelity Funds - World E Acc Euro	442	11,31	5,000	11,79	5,212		
LU018939179	FIDELITY FUNDS-AMERICA-Y ACC	11.795	6,26	73,890	7,04	83,067		
LU0147327338	FIDELITY FUNDS-GLOBAL FPN SMC-E	3.908	35,45	60,704	13,94	54,774		
LU015767021	FIDELITY FUNDS-LATIN AMERICA-E Acc	4.971	53,25	371,174	48,60	338,772		
LU0188151095	FRANK TE INV FRK E SMC - N AC	1.157	19,60	22,669	16,90	19,545		
LU0181996454	FRANK TEMP ASTA - I - AC	4.903	23,22	113,857	23,11	113,303		
LU0367675237	FRANK TEMP INV ASTA GR-E EUR HI	108.000	17,25	1.862.801	17,93	1.936.444		
LU0231205856	FRANK TEMP INV FR INDIANAC EUR	19.056	20,95	399,169	17,29	329,483		
LU021133298	FRANK TEMP INV FR MU DIS - NA	22.435	11,28	253,000	11,05	247,909		
LU0140363267	FRANK TEMP INV MU BRPN - N AC	467	14,95	6,980	13,22	6,173		
LU0100740537	FRANK TP - NAT RES IN AC	38.018	7,93	30,425	7,02	266,887		
PI465001229	GABRIAM FOUNDBS FUND	752	0,00	0,00	0,00	0,00		
IE0082920C19	GL GBL CONVERTIBLE UCITS-S	8.227	93,24	747,053	89,00	732,174		
LU0209317873	GLOBAL ACTIVE ALLOCATION - I CAP	2.811.373	4,73	13.307.793	4,48	12.994.950		
LU0234683448	GOLD SACHS BRICS PORTF-E	10.416	13,50	140,670	11,68	121,662		
LU0234687605	GOLDMAN SACHS US EQ PORT - EA	10.208	9,64	98,368	9,81	100,141		
LU0234575479	GOLDMAN SACHS US SMC - I\$	35.710	7,28	259,955	7,74	276,267		
LU0234575800	GOLDMAN SACHS US SMC CORE - AC \$	6.656	7,86	52,309	7,98	53,136		
LU0197356604	GS D-ASIF GDM IND TR ENL-EH	26.475	10,45	335,000	10,50	278,070		
880086226411	HENDERSON CRED ASL-FY	9.017	10,18	91,762	10,03	90,438		
LU0283740032	HSCB GFF - NEW WLD INC M \$	139.468	9,02	1.257.732	9,00	1.255,634		
XD0029506449	IMPERATRIZ 6F FUND	100.992	100,00	11.099,174	93,94	10.426,564		
LU0205352882	ING (I) INVEST EUROPE HGH DIVIDEND X ACC	41	245,24	9,996	246,04	10,029		
LU0332193779	ING (I) Invest Food & Beverages (EUR) X	32	960,67	30,375	1.126,54	35,619		
LU0546913434	ING L INV - INDEX LK PR 80 - PC	529	26,94	14,257	25,62	13,558		
LU0243956348	INGVESCO ASTA INFRAS TRUCT - E	6.908	9,66	66,758	9,55	65,972		
LU0243956047	INGVESCO FUND CORP BOND - C	6.885	15,55	90,555	15,11	87,417		
LU0243958393	INGVESCO EURO CORP BOND E	1.736	12,24	21,251	12,70	22,044		
LU015143165	INGVESCO GRATER CHINA EQTY - E	4.959	22,54	111,794	22,14	109,803		
US4642878387	iShares Dow Jones US Basic Mat	52	46,72	2,429	49,69	2,584		
US4642878122	iShares Dow Jones US Consumer Goods Sector	51	48,73	2,485	52,93	2,699		
US4642875805	iShares Dow Jones US Consumer Services	48	51,20	2,457	55,19	2,649		
US4642877967	iShares Dow Jones US Energy Sector	87	28,39	2,470	30,78	2,678		
US4642877884	iShares Dow Jones US Financial Sector	69	35,42	2,444	37,91	2,616		
US4642877829	iShares Dow Jones US Healthcare Sector	56	49,81	2,490	55,31	2,766		
US4642877946	iShares Dow Jones US Industrial Sector	55	44,57	2,451	49,17	2,704		
US4642877215	iShares Dow Jones US Technology Sector	52	47,37	2,463	49,39	2,568		
US4642877132	iShares Dow Jones US Telecommunications Sector	161	15,29	2,461	16,23	2,613		
US4642876977	iShares Dow Jones US Utilities Sector	40	61,12	2,445	68,26	2,730		
US4642873249	ISHARES MSCI EMERGING MARKETS INDEX	83.410	28,42	2.370,623	29,32	2.445,765		
US4642866655	ISHARES MSCI PACIFIC EX JPN	73.060	31,92	2.331,810	30,09	2.198,181		
IE00832W0X38	ISHARES S&P 500 MONTHLY EUR	131.790	26,81	3.533,132	27,87	3.672,328		
US4642878553	iShares S&P Global Consumer Discretionary Sector	198	37,82	7,489	38,60	7,544		
US4642878770	iShares S&P Global Consumer Staples	157	48,03	7,541	51,44	8,076		
US4642873412	iShares S&P Global Energy Sector	276	27,61	7,592	29,82	8,117		
US4642873339	iShares S&P Global Financials	276	27,68	7,585	27,65	7,632		
US4642873255	iShares S&P Global Healthcare	189	40,00	7,560	43,37	8,197		
US4642887297	iShares S&P Global Industrials	214	35,28	7,551	37,27	7,977		
US4642883726	iShares S&P Global Infrastructure	203	24,91	5,056	25,66	5,209		
US4642886950	iShares S&P Global Materials	172	44,01	7,570	44,21	7,604		
US4642879519	iShares S&P Global Technology	171	43,87	7,562	45,37	7,759		
US4642872752	iShares S&P Global Telecommunications	180	41,84	7,531	43,12	7,762		
US4642887115	iShares S&P Global Utilities	238	31,70	7,545	32,38	7,707		
LU0426101357	IVA GLOBAL SICAV CLASS I (EUR)	49.700	100,00	5,000,000	113,66	5.648,946		
IE0082835V72	JANUS CAPITAL US STRATEGIC VALUE FD-I EUR AC	50.294	10,75	540,854	9,88	496,908		
LU0129412937	JP MORGAN F - GL CONVERT EU	5.169	10,25	52,995	9,58	49,521		
LU0208853944	JP MORGAN F - GLB NAT RE - D ACC	3.935	14,88	58,554	12,44	48,952		
LU0289473059	JPM INCOME OPPORTUNITY (ACC)	955	126,57	119,012	123,56	118,049		
LU0278540313	JPM INV - JPM US EQUITY D HD A	1.060	64,73	68,634	63,07	66,869		
LU0273799238	JPM INV-HIGH STAT.MARK-N-D-A	154	109,77	16,955	101,38	15,659		
LU0273793462	JPM INV-HIGH STAT. MKT NEUTRAL (B) EUR	700	106,56	74,540	106,16	74,260		
LU0329206832	JPM JAPAN STRATEGIC VALUE D (ACC)	1.131	52,06	58,867	54,73	61,883		
LU0217389484	JPM US AGGREGATE Bond BA	344.967	10,80	3.727,246	11,42	3.940,495		
LU0168342979	JPMORGAN F-GLOBAL FOCUS-B	8.967	15,32	137,415	14,29	128,144		
LU0168343274	JPMORGAN FUNDS GLOBAL FOCUS D EUR ACC	340	20,00	6,800	17,75	6,036		
LU0250085492	JUPITER GLOBAL FD EURO GRD L	2.978	14,99	44,651	13,28	39,549		
LU025434587	LUX INVEST FD - US EQTY PLUS-D	4.359	1.284,82	5.600,000	128,40	559,142		
FR0010510800	LYXOR ETF EURO CASH ECN24 IN	50.756	106,73	5.417,088	106,79	5.420,182		
6600823H0747	MAN INV - IRES LOW VOL	2.717	681,61	1.851,750	942,58	2.560,740		
US57060UJ007	MARKET VECTORS Gold Miners ETF	350.027	38,91	13.620,672	39,75	13.912,890		
LU0125951151	MFS EUROPEAN VALUE A1	2.861	19,70	56,370	19,90	56,928		
LU0219424487	MFS MER-EUROPEAN VAL	19.152	119,68	2.316,100	131,11	2.537,296		
LU0219424644	MFS MERIDIAN FUNDS - GLOBAL EQUITY	34.087	107,88	3.677,300	121,25	4.133,034		
LU0250685666	MILIT US BASIC VALUE - E	11.128	28,95	322,139	28,74	319,827		
LU0350482987	MORGAN ST - GLOBAL BRANDS - Z	38.682	22,17	853,075	23,54	905,911		
LU0225744001	MORGAN ST - US ADVANTAGE S \$	15.025	21,21	318,628	21,43	315,971		
LU0119620507	MORGAN ST INV F - GLOBAL BRANDS - B	8.137	43,06	350,394	45,58	370,845		
LU018140697	MORGAN ST INV F-EM EURME-B	1.886	54,13	102,113	46,13	87,014		
LU0360484769	MORGAN STANLEY - US ADVANTAGE ZH EUR	3.673	37,91	139,239	37,63	138,214		
LU0360484686	MORGAN ST-US ADVANTA	24.360	22,06	537,351	24,65	600,576		
ZZZZZ9789959	NAU FUND LP - CLASS A	292.000	84,70	24.732,742	86,85	25.358,915		
LU0390857125	NORDEA 1 APREZAN EQUITY E	1.997	13,00	64,906	13,26	56,201		
LU0173776393	NORDEA 1 SIC NORWIGEN EUR	1.397	21,48	30,000	21,54	30,084		
LU0173776002	NORDEA 1 NORWICZ EQUITY FUND E	142	49,24	6,973	42,68	6,044		
LU0296922973	NOVENERGIA II - ENERGY AND ENVIRONM SICAR - A	24	76,456,51	1.855,095	77,492,02	1.880,220		
LU0372142645	ONGING INT. CAPITAL MARKETS	15.093	993,81	15.000,000	1.030,23	15.549,681		
LU0394083843	ONGING INT. PRIVATE EQUITY	101.200	964,69	97.626,550	736,97	74.581,364		
LU0154361405	PARVEST FLOOR 90 EURO - CLS C	50	1.292,67	64,547	1.155,46	57,696		

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

 Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Borralho

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
LU0363509208	PARVEST-AGRICULTURE CLASSIC Acc	483	112,26	54,263	97,84	47,292		
LU0247079426	PICTET - ABSOLU RE GLOR	1.246	109,85	136,922	109,59	136,595		
LU0255797390	PICTET - ASIANI CCY I	10.280	101,47	1.043,095	115,42	1.186,463		
LU0280437830	PICTET - EMERG CCY R	3.863	125,39	484,332	131,12	506,452		
LU0104885248	PICTET - WATER R ACC	177	124,62	22,119	137,38	24,384		
LU0139477733	PICTET CHF BONDS R	86	349,06	30,113	350,63	30,248		
LU0355798018	PICTET EMERG LOCAL CCY IS	250	133,21	33,352	139,93	35,036		
IE00811XZ541	PTMCO - GL REAL RTN - E EURO-HD-ACC	120.757	14,24	1.719,394	15,21	1.836,709		
IE00811XZ327	PTMCO - GLB HVY BD E HDG ACC	45.209	16,29	736,292	16,56	748,658		
IE0032876397	PTMCO - GLB INV GRADE HD ACC	255.103	13,34	3.403,039	14,23	3.630,120		
IE00811XZ103	PTMCO - GLOBAL BOND E EUR (HDG) ACC	16.563	18,45	305,550	19,92	329,942		
IE0033989843	PTMCO - TOTAL RTN IN AC	271.976	18,13	4.931,893	18,71	5.088,671		
IE0080MD9865	PTMCO UK£ INFLATION E INC	1.920	15,63	30,010	15,68	30,108		
IE00811XZ805	PTMCO-TOTAL RTN BB E EURO-HD-ACC	195.884	17,39	3.394,838	17,75	3.464,516		
LU0131643453	PIONEER FDS-COMMODITY ALPHA C	83	55,80	4,418	53,75	4,449		
IE0083F9HT88	POLAR CAPITAL-3PN-IS	21.276	9,44	205,053	10,06	214,094		
US73935A1043	PROSHARES QQQ NASDAQ 100	85.228	41,94	3.574,731	43,15	3.677,471		
US74347R2067	PROSHARES ULTRA QQQ	13.000	60,99	792,811	62,96	818,440		
US74347X6334	PROSHARES ULTRA FINANCIALS	10.000	34,39	343,907	34,29	342,917		
XD0025506912	RED RUBY 6F FUND	122.731	100,00	12,273,071	95,69	11.744,101		
LU0271484411	SCHROD INTL US L6 CAP BH	970	87,39	84,767	85,57	83,005		
LU0616010400	SCHRODER GAZA CCF CR	18.859	2.010,079	107,39	107,80	2.011,455		
LU0279459704	SCHRODER INTL - GL EM M OF 9 A	11.051	13,20	145,877	11,36	125,540		
LU0248173006	SCHRODER INTL EME ASIA - B ACC	3.279	16,76	54,940	15,73	51,575		
LU0113258742	SCHRODER INTL EURO C	51.850	17,07	885,046	16,60	860,714		
LU0113257934	SCHRODER INTL EURO CORP - BAC	17.142	14,76	253,069	14,84	254,389		
LU0203348601	SCHRODER INTL GL CRP BD-BAC EUR	619	118,42	73,332	125,17	77,512		
LU0224509215	SCHRODER INTL GL PR SC B A	781	98,50	76,912	94,48	73,775		
LU0189895229	SCHRODER INTL GLB HE VD	5.886	27,96	164,563	27,71	163,110		
LU0134695688	SCHRODER INTL INDV FAST 9 + A	1	8,44	9,716	7,41	8,529		
LU0106235376	SCHRODER ISF EURO EQUITY (B)	1.646	18,59	30,602	15,89	26,158		
LU0172223394	SCHRODERS EMERGING MARKETS	69.444	30,24	2.100,000	29,99	2.082,639		
US78463V1070	SPDR GOLD TRUST - ETF	17.109	108,48	1.856,006	117,47	2.009,736		
US78462FD103	SPY STANDARD & POORS 500 ETF TRUST Index Fund	224.057	87,39	19.581,270	96,99	21.732,092		
LU0272423913	T. ROWE PRICE GLB EQUITY	355.527	7,75	2.756,333	8,42	2.995,014		
ZZZZZ9795360	TAPAI FUND CLASS EUR	2.604	863,91	2.250,000	937,22	2.440,935		
LU0390137973	TEMPLETON FRONTIER MARKETS N EUR ACC	1.593	14,22	22,649	13,69	21,812		
LU0048070588	TEMPLETON GLOBAL BONDS N ACC	11.231	18,25	204,938	18,81	211,253		
FR0010527937	THEAH HAREWOOD OSCILLATOR COMMO Am	1	49,045,60	47,795	48,510,43	47,224		
68008280N800	THREADNEEDLE AM EX ALPHA - RNA	303.691	1,55	470,031	1,68	509,898		
6800842R2118	THREADNEEDLE EURO HIGH YLD 3	35.598	1,38	49,162	1,50	53,294		
LU0198727558	THREADNEEDLE GL E MKT ST DEH	2.944	10,19	30,000	10,21	30,059		
680081043671	THREADNEEDLE TARGET RETURN FUND Net 1 Acc	20.850	1,19	24,756	1,19	24,790		
LU0035338325	UBS LUX BOND FUND AUD P ACC	99	30,02	30,208	306,09	30,414		
US9220428588	VANGUARD EMERGING MARKET ETF	178.150	30,24	5.386,518	29,53	5.260,926		
IE00803H0316	VANGUARD GLOBAL STOCK INDEX EURO CLASS	466.138	11,07	5.157,899	9,47	4.413,581		
LU0138259550	VONTORL FUNDS GLOBAL TREND NEW POWER C	121	94,88	14,454	78,36	9,460		
US97717X8671	WISDOMTREE EMRG ETF	3.000	37,42	112,272	37,59	112,775		
		sub-total	11.056.816	0	0,00	451.118.883	0,00	426.756.948
		sub-sub-total	26.642.306	0	0,00	578.396.390	0,00	537.077.036
2.2.2.1 - Títulos de dívida								
2.2.2.1.1 - De dívida pública								
DE001137362	BKO 0.75% / 2011 - 13/12/2013		125.000	1,00		124.998	125,293	
DE0011137313	BKO 0.75% / 2010 - 14/09/2012		2.000.000	1,01		2.013.306	2.015,526	
IT0004781941	BOTS c/z - 2012 / 29-06-2012		299.000	0,98		294.215	294,261	
IT0004776164	BOTS cz - 2011 / 31-05-2012		117.000	0,99		113.361	115,344	
IT0004604671	BTPS 2.1% - Infleção - 2010 / 15-09-2011		19.900.000	0,77		19.734.488	15,320,306	
IT0004615917	BTPS 3% / 2010 - 15/06/2015		5.000.000	0,92		5.084.057	4,597,057	
IT0004009673	BTPS 3.75% / 2006 - 01/08/2021		4.000.000	0,82		3.761.955	3,285,666	
IT0004489610	BTPS 4.25% / 2009 - 01/09/2019		3.000.000	0,88		3.030,618	2,648,852	
IT0004273493	BTPS 4.5 / 2007 - 01/02/2018		2.050.000	0,93		1.992,046	1,905,761	
IT0003190912	BTPS 5% - 2001 / 01-02-2012		1.000.000	1,02		1.019,522	1.022,672	
XS0144129449	BTPS 5.625% - 2002 / 15-06-2012		40.000	0,77		30,132	30,828	
IT0001174611	BTPS 6.5% / 1997 - 01/11/2027		8.000.000	0,95		10.309,657	7,638,846	
DE0010103050	DBR 1.5% Infleção 2006 - 15/04/2016		49.882.000	1,24		50,199,673	61,929,368	
DE0001141521	DBR 3.5% / 2008 - 12/04/2013		3.200.000	1,07		3.321,673	3,421,921	
DE0001135374	DBR 3.75% / 2008 - 04/01/2019		14.000.000	1,20		15,170,740	16,771,847	
DE0001145139	DBR 4.0% / 2008 - 11/10/2013		5.900.000	1,08		6,263,750	6,356,970	
DE0001135358	DBR 4.25% / 2008 - 04/07/2018		2.000.000	1,21		225,460	242,120	
DE0001135218	DBR 4.5% / 2003-04/01/2013		1.300.000	1,09		1,417,529	1,416,489	
DE0001135366	DBR 4.75% / 2008 - 04/07/2040		400.000	1,08		516,204	600,844	
DE0001135085	DBR 4.75% / 1998 - 04/07/2028		200.000	1,33		245,582	266,952	
DE0001135176	DBR 5.5% / 2000 - 04/01/2031		1.000.000	1,51		1.320,494	1,505,197	
FI4000010848	FINNISH GOVT 3.375% / 2010 - 15/04/2020		7.500.000	1,11		7,673,141	8,325,191	
FR0010235176	FRTR 1% - Infleção - 2005-25-07-2017		37.682.000	1,12		35,599,152	42,257,635	
FR0010234681	FRTR 3% / 2004 - 25/10/2015		12.000.000	1,05		12,154,568	12,652,702	
FR0010517417	FRTR 4.25% / 2007 - 25/10/2017		12.000.000	1,11		12,855,709	13,326,361	
FR0010187361	FRTR 5% / 2000 - 25/10/2016		17.000.000	1,15		19,006,181	19,471,851	
DE0001158997	GERMAN T-BILL c/z - 2011 11-01-2012		480.000	1,00		479,861	479,974	
6R0124026601	G6R 3.7% / 2005 - 20/07/2015 (HTM)		7.500.000	0,52		3,874,344	3,874,344	
6R0114021463	G6R 4.0% / 2008 - 20/08/2013 (HTM)		24.000.000	0,51		12,348,852	12,348,852	
6R0110021236	G6R 4.3% / 2009 - 20/03/2012		2.000.000	0,50		1,017,202	1,017,202	
6R0110021236	G6R 4.3% / 2009 - 20/03/2012 (HTM)		7.200.000	0,53		3,841,082	3,841,082	
6R0124024580	G6R 4.5% / 2004 - 20/05/2014 (HTM)		48.900.000	0,53		25,591,701	25,591,701	
6R0124021552	G6R 4.8% / 2003 - 20/05/2013 (HTM)		11.000.000	0,53		5,811,066	5,811,066	
6R0124030645	G6R 4.6% / 2008 - 20/07/2018		17.100.000	0,23		3,872,501	3,872,501	
6R0133004177	G6R 5.3% / 2009 - 20/03/2026		5.000.000	0,26		1,283,077	1,283,077	
6R0114022479	G6R 5.5% / 2009 - 20/08/2014		1.900.000	0,25		467,184	467,184	
6R0114022479	G6R 5.5% / 2009 - 20/08/2014 (HTM)		7.500.000	0,52		3,899,898	3,899,898	
6R0124031650	G6R 6.0% / 2009 - 19/07/2019		9.500.000	0,23		2,122,542	2,122,542	
6R0114023485	G6R 6.1% / 2010 - 20/08/2015 (HTM)		6.740.000	0,52		3,519,403	3,519,403	
IE0083W9Y529	IRISH GOVT 4% / 2009 - 15/10/2014		1.000.000	1,08		1,043,356	964,756	
IE008284X022	IRISH GOVT 4.5% / 2007 - 18/10/2018		10.000.000	0,96		9,714,239	8,155,984	
IE0006857530	IRISH GOVT 4.6% / 1999 - 18/04/2016		6.000.000	0,93		6,233,523	5,550,003	
IE0031256328	IRISH GOVT 5.0% / 2002 - 18/04/2013		3.500.000	1,00		3,883,413	3,497,933	
IE0031256328	IRISH GOVT 5.0% / 2002 - 18/04/2013 (HTM)		24.000.000	1,01		24,068,963	24,273,081	
IE00860Z6194	IRISH GOVT 5.0% / 2010 - 18/10/2020		9.000.000	0,80		9,056,664	7,224,384	
ES0010202172	LETRAS DEL TESORO S6LT c/z / 2010 - 17/02/2012		114.000	1,00		112,826	113,658	
XS0506445963	LUXEMBOURG GOVT 3.375% / 2010 - 18/05/2020		8.000.000	1,11		8,157,459	8,872,419	
NL0009136651	NETHERLANDS GOVT 2.75% / 2009 - 15/10/2015		18.000.000	1,08		18,435,438	19,522,256	
NL0001023242	NETHERLANDS GOVT 3.5% / 2005 - 15/07/2015		10.000.000	1,10		10,499,068	10,955,068	
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT 3.5% / 2010 - 15/07/2020		10.000.000	1,13		10,141,412	11,270,612	
XS0205537581	REP. ARGENTINA 1.2% / 2003 - 31/12/2038		849.834	0,27		310,508	231	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Barrohalo

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço		
							unidade	Total	
X5041282579	EIB 4 25% / 2009 - 15/04/2019		3.000.000	1,13	3.237.259		3.386.824		
X5032717134	EIB 4 3,75% / 2007 - 15/04/2013		7.000.000	1,07	7.183.185		7.505.255		
X5006997170	EIB 8% 1996 - 10/11/2016		1.592.309	1,26	2.052.597		2.005.602		
X50449594455	EIB Float / 2009 - 15/01/2020		5.000.000	0,95	4.977.937		4.748.687		
X50484565709	EIB Float / 2010 - 15/01/2018		9.000.000	0,95	9.005.198		8.571.848		
X5061890590	EIB Float / 2011 - 27/07/2016		361.000	0,97	360.942		349.645		
X5032958386	EIB Var / 2005 - 14/10/2015		1.800.000	0,98	1.724.131		1.755.001		
EU00041A1D1J5	EUROPEAN UNION 2 3,75% - 2010 / 22-09-2017		7.500.000	1,01	7.401.053		7.407.918		
EU000416K6VZ9	EUROPEAN UNION 2 5% / 2011 - 04/12/2015		2.500.000	1,03	2.479.861		2.563.486		
EU000416RY71	EUROPEAN UNION 2 7,5% / 2011 - 03/06/2016		100.000	1,05	104.645		104.785		
EU000416GN002	EUROPEAN UNION 3 2,5% / 2011 - 04/04/2018		4.000.000	1,08	4.147.546		4.451.446		
EU00040VUCF1	EUROPEAN UNION 3 3,75% / 2010 - 10/05/2019		8.000.000	1,07	8.123.641		8.564.561		
IT0006523556	IRBD c/z / 1998 - 26/03/2018		4.131.648	0,85	2.985.116		3.516.404		
FR0009963370	ILE DE FRANCE 3 2% / 2010 - 04/06/2020		2.000.000	1,00	2.034.181		1.999.521		
X50485309313	INSTITUT CREDITO OPTICAL 3 25% / 2010 - 10/02/2015		5.000.000	1,00	5.137.447		4.968.997		
DE00041DAMK4	KFW 1 25% / 2010 - 17/06/2013		1.500.000	1,01	1.506.627		1.518.867		
DE00041DAML2	KFW 1 75% / 2010 - 04/08/2014		1.000.000	1,03	1.009.634		1.025.224		
DE00041K0UB7	KFW 2 0% / 2011 - 07/09/2016		77.000	1,02	78.235		78.731		
DE00041DAMM0	KFW 2 25% - 2010 / 21-09-2017		1.500.000	1,03	1.506.524		1.541.639		
DE00041DAML76	KFW 2 25% / 2010 - 10/04/2015		5.500.000	1,05	5.504.380		5.778.800		
DE00040E8294	KFW Float / 2006 - 23/02/2016		3.000.000	0,99	3.022.594		2.976.043		
X50430527993	SWEDISH EXPORT CREDIT 3 625 2009/27-05-2014		3.000.000	1,05	3.059.375		3.161.415		
		sub-total	0	95.583.957	31,58	0,00	95.890.425	0,00	97.955.543
2.2.3 - De outros emissores									
X50140546853	INTEREST-BEARING AMORTISING NOTES (SERIE 3A) FEDUCIARY DEPOSIT (BNP) FEDUCIARY DEPOSIT 293 (ZFM) FEDUCIARY DEPOSIT 315 (ZFM)						735.257		729.771
							595.647		561.914
							668.667		654.930
							479.418		422.759
X50346771973	Amortising Secured Repackaged Notes due 2020						3.026.970		2.990.475
X50416190439	Amortising Secured Repackaged Notes due 20 November 2022						2.854.117		1.759.783
X50007345706	3V AUTOCALLABLE HEALTHCARE Var 2011 - 20/04/2014 (Call:20/04/2012)		200.000	0,97	195.870		194.512		
X50283183084	ABANKA VPA Float / 2007 - 03/02/2049 (Call:03/02/2017)		2.000.000	0,94	1.231.229		1.081.229		
X50496065672	ABBEEY NATL. TREASURY 2 5% / 2010 - 18/03/2013		1.500.000	1,02	1.525.743		1.525.518		
X50546218925	ABN AMRO BANK NV 3 625% / 2010 - 06/10/2017		2.000.000	0,98	2.015.546		1.969.176		
X50439522938	ABN AMRO BANK NV 3 75% / 2009 - 15/07/2014		3.000.000	1,06	3.050.753		3.194.063		
NL0000122505	ABN AMRO BANK NV CMS / 1999 - 10/06/2019		12.000.000	0,63	10.281.565		7.503.222		
X50546217521	ABN AMRO BANK NV Float / 2010 - 15/01/2013		3.000.000	1,00	3.016.663		3.011.923		
FR0007033459	ABN SA 6 5% / 2009 - 06/05/2013		250.000	1,09	260.411		273.431		
X50237518013	ADAGE II - X Q MTS / 2005 - 15/01/2021		15.000.000	0,49	8.773.500		2.288.500		
X50282614204	AEON GLOBAL (AGM) 4 25% / 2007 - 23/01/2012		5.500.000	1,04	5.765.421		5.721.936		
X50425811865	AEON NV 7% / 2009 - 29/04/2012		500.000	1,05	534.375		526.780		
DE0006498504	AIR CANADA 10% / 2001 - 01/06/2006 DEFAULTED		2.000.000	0,60	20		20		
X50201884300	AIREM 2004-LX 382 MTS / 2004 - 20/09/2066		4.000.000	0,60	4.513.352		2.702.993		
US601588AE39	ALESX 7X C1 Mts 2005 - 23/07/2035 (Call:23/03/2015)		4.000.000	0,04	72.286		170.029		
US601588NA03	ALESX 7X INC MTS / 2005 - 23/07/2035 (Call:23/03/2015)		1.000.000	0,00	72.781		77		
DE0004078747	ALLIANZ FINANCE (ALV6) 5 0% - 2008 / 06-03-2013		5.100.000	1,08	5.633.884		5.491.341		
DE000414K468	ALLIANZ FINANCE 4 75% / 2009 - 22/07/2019		2.000.000	1,11	2.063.054		2.216.709		
DE00040DX3M2	ALPHA GROUP JERSEY PERP 2005/18/02/2049 (Call:18/02/2015)		900.000	0,18	307.105		163.105		
US0258M0D824	AMER EXPRESS (AXP) Float - 2011 / 24-06-2014		32.000	0,76	21.968		24.385		
US0311628380	AMGEN 1 875% - 2011 / 15-11-2014		30.000	0,78	21.815		23.406		
X50207913127	ANZ CAP TRUST III Float / 2004 - 15/12/2053 (Call:15/12/2014)		500.000	0,73	504.914		364.214		
US03938LAK50	ARCELORMITTAL 3 75% - 2010 / 05-08-2015		32.000	0,75	22.760		24.031		
X50559641146	ARCELORMITTAL 4 625% / 2010 - 17/11/2017		50.000	0,94	46.408		47.120		
FR0001091690	AREVA 3 5% / 2010 - 21/03/2021		2.450.000	0,80	2.505.248		1.949.657		
IT0003649137	ARGON 2 8 MTS / 2004 - 27/10/2043		4.300.000	0,93	4.326.865		3.153.814		
X50289683616	ARGON CAPITAL PLC #75 Float / 2007 - 05/05/2013		7.500.000	0,56	4.254.017		4.230.767		
X50644659293	ASCENDI 8 75% - 2011 / 01-07-2013		7.450.000	1,04	7.770.594		7.770.594		
NL0009213545	ASR NEDERLAND 10% 2009/26-10-2049 (Call 26-10-2019)		1.875.000	1,02	1.911.949		1.904.124		
NL0009213537	ASR NEDERLAND NV PERP 6 25% 2009/10-08-2049 (Call:30/03/2012)		2.000.000	0,76	1.572.156		1.520.942		
X50416215910	ASSICURAZIONI 4 875% / 2009 - 11/11/2014		1.000.000	1,01	1.065.060		1.008.070		
X50257010206	ASSICURAZIONI GENERALI Var 2006/16-06-2049 (Call:16/06/2026)		400.000	0,68	385.082		273.034		
X5003950722	AT & T INC 4 375% / 2007 - 15/03/2013		2.000.000	1,07	2.065.875		2.136.670		
X50427293557	ATLANTIA 5 625% / 2009 - 06/05/2016		2.000.000	1,07	2.137.643		2.136.623		
FR0011064500	AUCHAN SA 3 625% / 2011 - 19/10/2018		2.000.000	1,04	2.010.440		2.084.460		
X50466878419	AUST & NZ BANK GRP 2 625% / 2009 - 16/11/2012		1.000.000	1,01	999.707		1.011.537		
X50493543986	AUST & NZ BANK GRP 3 75% / 2010 - 10/03/2017		2.000.000	1,05	2.053.996		2.102.636		
X50167957983	AXA SA 7 1% / 2003 - 07/05/2049 (Call:07/02/2012)		50.000	0,69	34.677		34.610		
X50207825364	AXA SA Var 2004-20/12/2049 (Call:20/12/2012)		400.000	0,48	287.310		190.530		
X50299157274	BA CREDITANSTALT (BACA) c/z - 2007 / 25-05-2012		150.000	0,99	144.499		146.074		
X50383002120	BAK FINANCING Var 2008 - 15/02/2014 (Call:15/02/2012)		450.000	0,94	466.758		466.273		
X50235394037	BANCA INTESA SPA C/F Float / 2005 - 23/11/2015		3.000.000	0,97	2.843.178		2.916.378		
USP0763MBW03	BANCO ABC BRASIL SA 7 875% / 2010 - 08/04/2020		2.200.000	0,78	1.572.565		1.681.848		
USP07041AA72	BANCO BONUSSUCCESSO 9 25% - 2010 / 03-11-2020		5.000.000	0,56	3.520.910		2.878.518		
US608010H852	BANCO BRADESCO SA 6 75% / 2009 - 29/09/2019		500.000	0,86	344.961		428.356		
X50218220191	BANCO FINANNTIA Float / 2005 - 04/05/2015 (Call:06/02/2012)		5.000.000	0,97	4.844.122		4.856.394		
X50313254046	BANCO FINANNTIA INTL Float / 2007 - 26/07/2017 (Call:26/07/2012)		6.700.000	0,56	6.734.915		3.750.010		
ES0170234001	BANCO GALLEGO 2006 - 30/10/2049 (Call:30/10/2016)		1.000.000	0,71	600.374		705.924		
X50335012951	BANCO POPULAIRE C/F Float / 2005 - 18/11/2015		1.000.000	0,89	989.939		888.439		
ES0213790001	BANCO POPULAR Float / 2009 - 22/12/2019 (Call:22/12/2014)		400.000	0,65	400.561		260.541		
ES0313860233	BANCO SABADELL 4 375% / 2009 - 22/05/2012		5.100.000	1,02	5.250.594		5.221.413		
ES0413860000	BANCO SABADELL 4 5% / 2003 - 29/04/2013		2.000.000	1,02	2.066.492		2.038.992		
ES0213860051	BANCO SABADELL 6 25% / 2010 - 26/04/2020		100.000	0,84	104.236		84.236		
X50426539184	BANES TO FINANCTIAL 4 0% / 2009 - 08/05/2012		3.600.000	1,02	3.693.885		3.684.498		
US060516ED79	BANK OF AMERICA 3 7% - 2010 / 01-09-2015		25.000	0,73	16.625		18.146		
X50191752434	BANK OF AMERICA 4 75% 2004 - 06/05/2019 (Call:06/05/2014)		100.000	0,75	76.539		74.935		
X50433130456	BANK OF AMERICA 7% - 2009 / 15-06-2016		100.000	1,05	101.556		105.058		
X50482810958	BANK OF IRELAND 4 0% / 2010 - 28/01/2015		3.000.000	0,77	3.101.735		2.318.195		
X50232972645	BANK OF IRELAND 4 25% RAC / 2005 - 02/11/2015 (Call:02/05/2012)		5.000.000	0,66	5.044.409		3.304.336		
X50213499410	BANK OF SCOTLAND (HBOCS) Var / 2005 - 16/03/2020		10.000.000	0,93	10.310.213		9.330.161		
X50156924051	BANK OF SCOTLAND 5 5% / 2010 - 29/10/2012		115.000	0,99	115.326		113.843		
X50243080065	BANQUE FED CRED MUTUEL Float / 2006 - 10/02/2016		2.000.000	0,89	1.814.672		1.774.552		
X50580400884	BANQUE FED CRED MUTUEL Float / 2011 - 24/01/2013		1.000.000	1,00	1.003.513		996.743		
FR0010844381	BANQUE POPULAIRE C&S SE Float / 2010 - 20/07/2012		1.000.000	1,00	1.002.808		999.738		
US067596F27	BARCLAYS BK 5% 2009 - 22/09/2016		750.000	0,81	517.103		495.565		

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Barroto

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unidade	Total
ES041321345	BBVA 3.625% / 2010 - 18/01/2017	3.000.000	0,98	3.086.377		2.929.537		
XSO300999744	BBVA BANCOMER 4.799% / 2007 - 17/05/2017 (Call:17/05/2012)	5.000.000	0,92	5.149.477		4.607.477		
XSO457234291	BBVA INTL PREF UNIPERSON 9.1% - 2009 - 21/10/2049 (Call:21/10/2014)	150.000	0,93	167.186		139.648		
XSO427109896	BBVA SENIOR FIN 3.625% / 2009 - 14/05/2012	8.500.000	1,02	8.709.402		8.669.482		
XSO278435226	BCP FINANCE BANK Floet / 2006 - 21/12/2016 (Call:21/03/2012)	6.537.000	0,52	6.407.741		3.411.439		
XSO284019659	BCP FINANCE Floet / 2007 - 06/02/2012	6.173.000	0,98	5.865.745		6.034.462		
XSO249056056	BCR STEARNS CO Floet / 2006 - 26/09/2013	5.000.000	0,97	4.981.241		4.839.639		
680040940875	BERGEN BANK A/S Floet / 1998 - 26/02/2049 (Call:28/02/2012)	1.000.000	0,40	432.894		403.471		
XSO550892219	BES 5.19% Ser81 2010 - 18/10/2015	50.000	0,81	50.530		40.447		
XSO550893290	BES 5.19% Ser82 2010 - 18/10/2015	300.000	0,81	303.200		242.682		
XSO550893886	BES 5.19% Ser83 2010 - 18/10/2015	150.000	0,81	151.587		121.341		
XSO592617897	BES 5.75% Ser97 2011 - 14/02/2015	50.000	0,85	50.382		42.655		
XSO210172721	BES FINANCE 2005 - 07/02/2035	2.081.000	0,39	1.330.318		815.150		
XSO147275829	BES FINANCE 6.625% pp / 2002 - 08/05/2049 (Call:08/05/2012)	2.240.000	0,51	2.331.597		1.137.699		
XSO207794754	BES FINANCE LTD / 2004 - 16/03/2049 (Call:16/03/2015)	175.000	0,49	83.240		84.990		
XSO493517354	BES FINANCE LTD 4.25% / 2010 - 11/03/2015	11.400.000	1,93	11.791.834		11.791.834		
XSO530327963	BES FINANCE LTD 4.5% Série 74 / 2010 - 02/08/2012	450.000	1,07	453.398		435.051		
XSO530328003	BES FINANCE LTD 4.5% Série 75 / 2010 - 02/08/2012	550.000	0,97	554.143		531.729		
XSO174467854	BES FINANCE pp / 2003 - 02/07/2049 (Call: 02/07/2014)	5.941.000	0,38	3.041.910		2.273.903		
XSO430765312	BES INVESTIMENTO 5.75% / 2009 - 29/05/2012	19.115.000	0,77	13.705.330		14.744.227		
XSO540404A37	BES INVESTIMENTO BRASIL 5.625% / 2010 - 25/03/2015	600.000	0,71	440.921		424.878		
XSO132563577	BESPL 6.09% / 2001 - 27/07/2015	124.000	0,90	111.722		111.709		
XSO174555598	BESPL 8.2% 2003 - 02/09/2015	147.000	0,78	142.703		145.686		
XSO641212124	BESPL 7% 2011 - 20/06/2014 (CLN EDP)	500.000	0,84	437.884		418.517		
XSO462951020	BESPL Floet / 2009 - 20/12/2014	156.000	1,01	110.735		110.204		
XSO706245163	BG ENERGY 3% - 2011 / 16-11-2018	450.000	0,71	451.435		452.578		
XSO421249235	BHP BILLITON FIN 6.375% / 2009 - 04/04/2016	2.000.000	1,22	2.434.406		2.447.264		
XSO5451A1J72	BHP FINANCE USA 1.125% / 2011 - 21/11/2014	39.000	0,77	29.178		30.214		
XSO144570628	BIC 5.915% / 2002 - 13/03/2012	46.000	1,03	47.429		47.479		
IT0003685846	BIPILLE RESIDENZIAL SRL Floet MTG / 2004 - 30/12/2040	2.800.000	0,77	2.806.603		2.165.931		
XSO299916659	BIREMEZ (Banco mercantil Brasil) 7.75% - 2007 / 08-05-2012	70.000	0,78	70.927		54.656		
XSO653859561	BMW FINANCE NV 3.625% / 2011 - 29/01/2015	44.000	1,06	44.983		46.561		
XSO478931354	BMW FINANCE NV 3.875% / 2010 - 18/01/2017	1.000.000	1,09	1.026.589		1.088.989		
XSO415007789	BMW FINANCE NV 6.125% / 2009 - 02/04/2012	500.000	1,06	520.988		528.333		
XSO162732951	BMW US CAPITAL 4.625% / 2003 - 20-02-2013	100.000	1,07	107.503		107.351		
FR0010661314	BNP PARIBAS 8.667% 11/09/2008 - 29/09/2049 (Call:11/09/2013)	150.000	0,92	152.407		138.532		
FR0010784009	BNP PARIBAS HOME LOAN 3% / 2009 - 23/07/2013	5.000.000	1,02	5.089.296		5.122.734		
XSO107588823	BNP PARIBAS Var / 2000 - 23/02/2015	1.750.000	0,92	1.759.987		1.607.514		
XSO266310191	BNZ INTL FUNDING 3.125% / 2010 - 23/11/2017	3.000.000	1,02	2.959.274		3.046.314		
XSO491928288	BNZ INTL FUNDING 4.0% / 2010 - 08/03/2017	3.000.000	1,03	3.002.460		3.084.055		
XSO519708613	BOLKREDETT 2.5% / 2010 - 23/06/2015	1.500.000	1,03	1.517.830		1.544.185		
XSO10957662	BOUVGUES 3.641% - 2010 / 29-10-2019	3.000.000	0,97	3.018.802		2.908.132		
XSO633014427	BP CAPITAL PLC 3.472% / 2011 - 01/06/2016	1.000.000	1,07	1.020.206		1.066.576		
XSO160306519	BTR INVESTMENTS (JERSEY) 2002 - 23/12/2022	25.800.000	0,53	15.875.617		13.748.958		
XSO125953959	CABRAL FRN / 2001 - 06/09/2014	3.567.070	0,75	3.006.007		36		
XSO125957604	CABRAL WHIT RESERVE Floet 01/2014	1.979.919	0,70	1.979.919		1.490.966		
FR0010915660	CATSE DE AMORTI DETTE 3.375% / 2010 - 25/04/2021	3.000.000	1,02	3.062.050		3.095.510		
FR0010910240	CATSE REFINANCE 1.1448313.5% / 2010 - 22/06/2020	1.500.000	1,00	1.525.291		1.497.736		
XSO297959113	CAIXA PENEIRE Floet / 2006 - 21/06/2045 (Call:21/06/2016)	3.000.000	1,37	1.322.517		1.096.307		
ES0214974075	CAIXA TERRASSA Perp Floet / 2007 - 01/03/2049 (Call:01/03/2027)	4.000.000	0,40	1.441.137		1.609.257		
ES0215161029	CATA RURAL MEDIT CARUME Floet 2005/22-11-2015 (Call:22/02/2012)	1.000.000	0,77	784.562		772.562		
FR001149954	CAP GEMINI 5.25% - 2011 / 29-11-2016	400.000	1,03	400.496		411.256		
FR0010394478	CARREFOUR SA 4.375% / 2006 - 02/11/2016	3.000.000	1,02	3.181.418		3.069.278		
US14912LX62	CATERPILLAR 2.05% - 2011 / 01-08-2016	31.000	0,79	22.207		24.624		
XSO633942604	CATERPILLAR INTL 2.75% / 2011 - 06/06/2014	2.000.000	1,04	2.029.997		2.084.637		
FR0010532414	CEAMA Var / 2007/12-30-2049 (Call:22/10/2017)	3.500.000	0,33	3.033.409		3.127.159		
ES0315944001	CEAMA GTD 3.125% / 2009 - 22/06/2012	3.500.000	1,01	3.544.672		3.541.452		
XSO269533914	CEL 2006-IX F 0% MTG / 2006 - 01/11/2023 (Call:02/05/2012)	3.000.000	0,17	435.300		510.000		
XSO233128320	CEL LOAN PARTNERS 2X T MTG 2005 - 15/12/2021	12.000.000	0,44	6.596.400		5.247.600		
XSO289333048	CEMEX 4.75% - 2007 - 05-03-2014	1.000.000	0,79	919.064		786.614		
XSO217992030	CEMG-CAYMAN ISLA Floet / 2005 - 03/05/2012	2.531.000	0,93	2.247.040		2.347.733		
XSO250907218	CEMG-CAYMAN ISLA Floet / 2006 - 18/04/2016 (Call:18/04/2012)	1.800.000	0,46	1.807.552		821.499		
XSO277713433	CGO Finance Floet / 2006 - 20/12/2016 (Call:20/03/2012)	4.750.000	0,52	2.775.647		2.461.091		
FR0010054826	CFI FIN CREDIT CMS - 2004 / 05-07-2049 (Call:05/07/2014)	2.000.000	0,32	1.74.546		136.323		
FR0000474652	CFI FIN FONCIEZ 4.5% / 2003 - 16/05/2018	3.000.000	1,08	3.170.617		3.239.417		
XSO180977455	CITIGROUP c/z - 2003 / 12-12-2012	5.000	0,96	4.729		4.775		
XSO181491092	CITIGROUP GLOBAL c/z - 2001 / 18-12-2012	60.000	0,95	56.734		57.270		
XSO182562826	CITIGROUP GLOBAL c/z / 2003 - 14/12/2012	20.000	0,95	18.303		19.097		
XSO213026197	CITIGROUP Inc 4.25% 2005 - 25/02/2030 (Call:25/02/2025)	50.000	0,71	29.799		35.424		
XSO303074883	CITIGROUP Inc 4.75% 2007 - 31/05/2017 (Call: 31/05/2012)	100.000	0,85	85.777		84.860		
US172967Q22	CITIGROUP INC 5% / 2004 - 15/09/2014	29.000	0,78	20.934		22.579		
US172967Z23	CITIGROUP INC 5.5% 2009 - 15/10/2014	80.000	0,80	548.207		439.599		
XSO235138799	CITIGROUP INC 7.625% - 2008 / 03-04-2018	1.800.000	1,42	2.427.715		2.552.812		
US172967W80	CITIGROUP INC Floet / 2011 / 15-02-2013	33.000	0,75	22.745		24.914		
XSO277974076	CITIGROUP INC Floet / 2006 - 12/01/2012	1.850.000	1,00	1.853.523		1.855.262		
XSO130260176	CLASSIC I (CAYMAN) 2001 - 17/05/2012	100.000.000	0,97	93.900.652		97.086.749		
US19126 AP57	COCA-COLA 1.5% - 2010 / 15-11-2015	35.000	0,78	25.120		27.459		
XSO490013801	COM BK AUSTRALIA 4.375% / 2010 - 25/02/2020	2.000.000	1,07	2.072.852		2.143.512		
XSO46560754	COM BK AUSTRALIA (CBA) 4.25% / 2009 - 30/11/2016	2.500.000	1,06	2.509.605		2.651.480		
XSO595619477	COMMERZBANK AG 2011 - 16/04/2012 (CLN BE5)	300.000	0,99	301.949		297.209		
XSO595619177	COMMERZBANK AG 2011 - 16/04/2012 (CLN BE5)	300.000	1,03	303.949		308.740		
DE000C226V9	COMMERZBANK AG 3.875% / 2010 - 22/03/2017	1.000.000	0,99	1.023.038		991.808		
XSO100221349	COMMERZBANK AG CMS 1999 - 30/08/2019	1.000.000	1,00	1.035.940		1.002.887		
XSO503880345	CORSAIR CAYMAN ISLANDS #35-1.2.30% / 2010/13-04-2016	5.000.000	1,02	5.089.653		5.089.653		
XSO496143735	CORSAIR CAYMAN ISLANDS 2.60% / 2010 - 27/07/2015	10.000.000	0,83	10.194.278		8.315.278		
XSO229097034	CRDSUI Floet 2005-14/09/2020 (Call: 14/09/2015)	1.800.000	0,86	1.821.199		1.542.954		
XSO130171159	CREDIT SUISSE 6.375% / 2001 - 07/06/2013	1.500.000	1,06	1.589.383		1.595.288		
XSO099479994	CREDIT SUISSE CMS / 1999 - 29/07/2019	2.000.000	0,92	1.938.844		1.884.584		
XSO648423288	CREDIT SUISSE INTL LV / 2010 - 20/03/2040	5.000.000	0,99	5.677.348		4.928.528		
XSO511127689	CROWN HOLDINGS 7.125% / 2010 - 15/08/2018 (Call:15/08/2014)	300.000	1,04	308.016		310.641		
XSO255675794	CYPRUS POPULAR Floet / 2006 - 26/05/2016 (Call:27/02/2012)	2.750.000	0,22	2.758.736		613.127		
XSO255691056	DALRA 1.X A2 Floet MTG / 2006 - 15/06/2022 (Call:15/06/2012)	3.000.000	0,79	3.002.971		2.357.671		
DE000A1ED268	db Agriculture Booster Euro Hedged ETC 04/2030	810	126,80	101.011		102.708		
XSO265970219	DEKANIA EUROPE II X F MTG 2006 / 27-09-2035	3.000.000	0,01	60.000		102.708		
XSO226406238	DEKANIA EUROPE MTG 2005 - 07-09-2035	5.000.000	0,17	2.000.0				

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Barrohal

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		DESTINAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO								unidade	Total
DE000A0DDCKA0		DZ BANK CAP II Floor/2004 - 22/11/2049 (Call:22/02/2012)		3.000.000	0,39	3.048,961	9.147,461		1.172,461
XS0419267595		E.ON INTL FINANCE 4.125% / 2009 - 26/03/2013		100.000	1,07	107,098	106,627		106,627
XS0284443545		E.S. Autocallable 10V 2007 - 24/01/2017		150.000	0,36	48,075	54,365		54,365
XS0302971568		E.S. INVESTMENT PLC Cobaz 2012 2007 - 01/06/2012		320.000	0,99	321,647	315,750		315,750
XS0304858280		EDCON PROPRIETARY Floor / 2007 - 15/06/2014 (Call:15/03/2012)		2.000.000	0,76	1.574,156	1.514,156		1.514,156
FR0006000493		EDF 5.125% / 2008 - 12/09/2018		2.100.000	1,13	2.290,056	2.366,517		2.366,517
XS0367001218		EDF 5.375% / 2008 - 29/09/2020		1.000.000	1,16	1.029,171	1.161,711		1.161,711
USF289317AE67		EDF 5.6% 2010 - 27/01/2040		200.000	0,81	159,765	162,074		162,074
XS0466117057		EDF ENERGY NETWORKS LPN 5.125% / 2009 - 11/11/2016		400.000	1,33	448,794	532,458		532,458
XS0495756537		EDISON SPA 3.25% / 2010 - 17/03/2015		2.100.000	0,95	2.147,591	1.988,264		1.988,264
XS0160258280		EDP FINANCE 2002 - 23/12/2022		46.723,600	1,18	56,151,589	55,209,122		55,209,122
XS0495010133		EDP FINANCE 3.25% - 2010 / 16-03-2015		100.000	0,88	88,832	87,707		87,707
XS0328781645		EDP FINANCE 5.375% - 2007 / 2-11-2012		200.000	0,77	159,136	153,944		153,944
USF268394A84		EDP FINANCE 5.375% 2007 - 02/11/2012		200.000	0,77	138,546	153,757		153,757
XS0414627271		EDP FINANCE 5.50% 2009 - 18/02/2014		530.000	1,00	530,061	517,851		517,851
XS0586598350		EDP FINANCE 5.875% / 2011 - 01/02/2016		550.000	0,90	544,980	492,855		492,855
XS0221295628		EDP FINANCE BV 3.75% 2005/22-06-2015		158.000	0,85	142,148	134,051		134,051
XS0302804744		EFH HELLAS PLC Floor / 2007 - 08/06/2017 (Call:08/06/2012)		9.000.000	0,39	9.002,549	3.466,189		3.466,189
XS0197502999		EDRLES THREE #140 Var. / 2004 - 21/07/2014		51.000.000	0,78	23.568,928	39.557,615		39.557,615
XS0231422790		EDRLES THREE Floor #195 2005 - 02/04/2024		1.060,858	0,49	1.029,244	518,727		518,727
XS0603129590		EMIDAG 2002 - 23/12/2022		77,600.000	0,83	47,749,998	41,353,455		41,353,455
XS0438848871		ENBW 4.125% / 2009 - 07/07/2015		2.000.000	1,09	2.183,456	2.183,456		2.183,456
XS0306444344		ENEL (ENTNZENEL) 5.25% / 2007 - 20/06/2017		2.400.000	1,03	2.904,402	2.675,992		2.675,992
XS0306444930		ENEL (ENTNZENEL) Floor / 2006 - 20/06/2014		4.000.000	0,95	5.833,165	5.417,965		5.417,965
IT0004292683		ENEL 5.25% - 2007 / 14-01-2015		50.000	1,07	52,519	53,712		53,712
XS0452187759		ENEL FINANCE INTL SA 4.0% / 2009 - 14/09/2016		5.250.000	1,00	5.466,117	5.239,517		5.239,517
XS0563739696		ENI SPA 3.5% 2010 - 29/01/2018		2.700.000	1,02	2.791,364	2.742,899		2.742,899
XS0451457435		ENI SPA 4.125% 2009/16-09-2019		3.000.000	1,00	3.032,760	3.011,930		3.011,930
XS0311413332		ENI SPA 4.75% / 2007 - 14/11/2017		3.000.000	1,05	3.292,034	3.151,019		3.151,019
XS0400780887		ENI SPA 5.875% / 2008 - 20/01/2014		1.000.000	1,11	1.177,930	1.112,861		1.112,861
XS0307504547		ERICSSON LM 5.375% / 2007 - 27/06/2017		1.000.000	1,14	1.000,012	1.139,262		1.139,262
XS0307504034		ERICSSON LM Floor / 2007 - 27/06/2014		1.500.000	0,99	1.497,483	1.487,103		1.487,103
XS0260783005		ERSTB Floor / 2006 - 19/07/2017 (Call:19/07/2012)		3.000.000	0,68	3.010,097	2.040,783		2.040,783
XS0195714596		ES INV PLC (Bend. Creac. Res 04) - 2004 / 10-07-2012		3.145.000	0,96	3.266,465	3.027,836		3.027,836
XS0406326507		ES INVEST PLC Racc 5.25% / 2009 - 26/10/2016 (Call:26/04/2012)		5.000.000	0,74	5.046,667	3.694,552		3.694,552
XS0220692924		ES Investment 2005 - 25/05/2015		7.000.000	0,92	6.719,667	6.473,231		6.473,231
XS021524670		ES INVESTMENT 4.75% / 2005 - 16/08/2013		4.500.000	1,05	4.597,500	4.711,345		4.711,345
XS0434416441		ESCOM MINING INC 2004 - 09/06/2014 (Call:09/06/2012)		3.920.000	0,65	2.777,637	2.353,195		2.353,195
XS0208467125		ESCOM MINING INC 2004 - 15/12/2014 (Call:15/06/2012)		3.258,800	0,63	2.535,176	2.233,212		2.233,212
XS0194432133		ESCOM MINING INC 2004/09-06-2014 (Call:09/06/2012)		1.647,100	0,65	1.185,518	1.072,602		1.072,602
XS0303426661		ESF6 INTER 5.75% / 2007 - 29/06/2049 (Call:06/06/2017)		500.000	0,39	186,347	196,347		196,347
XS0129868401		ESP SANTO PRP HLD 6.36% 2001/25-05-2012		29,812,000	1,03	30,822,150	30,822,150		30,822,150
XS048566071		ESPIRITO SANTO FIN 6RP 6.875% / 2009 - 21/10/2019		23,800,000	0,58	23,773,448	13,745,375		13,745,375
XS0632908405		ESPIRITO SANTO FINANCIER 7% / 2011 - 31/05/2013		39,600,000	1,00	41,121,787	39,557,032		39,557,032
XS043183810		ESPIRITO SANTO INV / 2009 - 03/07/2014		100,000	0,95	100,329	95,414		95,414
XS0492370511		ESPIRITO SANTO INV 5% - 2010 - 02/04/2013		135,000	1,09	145,611	147,118		147,118
XS0715272042		ESPIRITO SANTO INV 7.15% 2011 - 20/12/2014 (LN Telefonia)		50,000	1,00	50,000	50,000		50,000
XS0547984447		ESPIRITO SANTO INV c/z - 2010 / 08-10-2013		50,000	0,98	48,475	49,243		49,243
XS0593535510		ESPIRITO SANTO INV Var - 2011 - 24/03/2014 (Call:24/03/2012)		100,000	0,96	100,000	96,419		96,419
XS0230875022		ESPIRITO SANTO INV Var. 2005 - 30/09/2015		500,000	0,82	420,050	412,300		412,300
XS0238493646		ESPIRITO SANTO INVEST / 2005 - 20/12/2015 (Call:20/03/2012)		5,109,000	0,68	5,072,904	3.493,839		3.493,839
XS0692839938		ESPIRITO SANTO INVEST 11% - 2011 - 20-12-2014 (LN PT Int Fin)		225,000	0,97	225,680	217,909		217,909
XS0554445447		ESPIRITO SANTO INVEST 6.5% - 2011 / 20-12-2013 (LN)		50,000	0,75	35,800	37,395		37,395
XS0459920498		ESPIRITO SANTO INVEST PLC 5.5% 2009 - 01/12/2014		14,563,000	0,68	14,536,307	9,872,379		9,872,379
XS0446578139		ESPIRITO SANTO INVESTMENT / 2009 - 05/09/2014		8,213,500	0,97	8,220,173	7,968,840		7,968,840
XS0451402530		ESPIRITO SANTO INVESTMENT PLC 5.45% / 2009 - 16/10/2014		9,700,000	0,54	9,808,667	5,270,037		5,270,037
XS0353273807		Espinho Santo Investment PLC 6.3% 2008 - 20/03/2016		4,485,000	0,93	4,704,765	4,151,765		4,151,765
XS0353248874		Espinho Santo Investment PLC c/z 2008 - 20/03/2016		2,560,000	0,60	1,505,921	1,538,560		1,538,560
XS0353274367		Espinho Santo Investment PLC Floor 2008 - 20/03/2016		1,347,000	0,77	1,368,511	1,051,093		1,051,093
XS0263448085		EPSAN Floor - 2006 / 26-03-2012		188,000	0,98	179,870	183,417		183,417
XS020978737		ESTIA I A MTG / 2005 - 27/04/2040 (Call:27/10/2014)		46,431	0,65	46,433	303,420		303,420
XS0176346153		EUR RES MOMENTUM 2011 2015 - 01/06/2015		50,000	0,98	51,783	49,133		49,133
XS0335544606		EURO RENDA 2015 5.20% 2007/20-12-2015		4,500,000	0,56	4,500,500	2.522,000		2.522,000
XS0274618320		EUROMAX V C 0% MTG / 2006 - 10/11/2095 (Call:10/02/2012)		2,000,000	0,00	20,000	200		200
XS0214987348		FAB 2005-1 C 0% MTG / 2005 - 09/05/2098		2,500,000	0,00	25,000	250		250
US345370CA64		FORD MOTOR CO 7.45% 1999 - 16/07/2031		250,000	0,94	144,066	235,323		235,323
BE0932317507		FORTIS BK Floor / 2007 - 17/01/2017 (Call:17/01/2012)		1.000.000	1,00	922,196	997,546		997,546
XS0258428712		FORTUM OY 4.5% / 2006 - 20/06/2016		1.000.000	1,13	1.118,422	1.126,212		1.126,212
XS0418729934		FORTUM OY 6% / 2009 - 20/03/2019		2.000.000	1,24	2.349,770	2.476,170		2.476,170
US351779A194		FRANCE TELECOM 3.75% - 2011 / 14-09-2016		50,000	0,78	51,469	23,403		23,403
XS0436905821		GAS NATURAL CAPITAL 5.25% / 2009 - 09/07/2014		2,750,000	1,04	2,816,893	2.852,692		2.852,692
FR0010989806		GCE COVERED BONDS 2.75% / 2011 - 14/01/2015		2.000.000	1,02	2.046,990	2.047,490		2.047,490
FR0010952739		GDF SUEZ 2.75% - 2010 / 18-10-2017		2,250,000	1,01	2.248,830	2.283,120		2.283,120
FR0011147305		GDF SUEZ 3.125% - 2011 / 21-01-2020		400,000	0,99	399,738	397,482		397,482
FR0010678185		GDF SUEZ 6.875% / 2008 - 24/01/2019		1.000.000	1,30	1.213,829	1.296,859		1.296,859
XS0541454467		GE 2.875% - 2010 - 17-09-2015		124,000	1,02	123,834	127,008		127,008
XS0320045422		GE 4.875% / 2008 - 06/03/2013		8,550,000	1,07	8,919,185	9,132,076		9,132,076
XS0286989290		GE CAP CORP 5.25% 2007 - 21/02/2012		50,000	0,81	38,439	40,586		40,586
US3694265864		GE CAP CORP Floor 2011 - 07/04/2014		32,000	0,76	21,853	24,358		24,358
XS0491042353		GE CAPITAL 4.25% / 2010 - 01/03/2017		2.000.000	1,02	2.062,773	2.140,433		2.140,433
XS0223589440		GERLING KON Var 2005/30-06-2049 (Call:30/06/2015)		2.000,000	0,83	204,417	166,287		166,287
FR0000475758		GIE SUEZ ALLIANCE 5.75% / 2003 - 24/06/2023		1.000.000	1,19	1.071,550	1.190,550		1.190,550
XS0335134705		GLAXOSMITHKLINE (GSK) 5.625% / 2007 - 23/12/2017		4.000.000	1,19	4.432,106	4.747,626		4.747,626
XS0438140526		GLAXOSMITHKLINE 3.875% / 2009 - 06/07/2015		3.000.000	1,09	3.038,297	3.267,497		3.267,497
XS0254860233		GOLDMAN SACHS (GP 65) c/z - 2006 / 27-06-2012		40,000	0,98	38,380	38,595</		

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

 Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Barretto

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
								unidade	Total
X50267516911		ING VERZEKERING Float/2006 - 18/09/2013		1.650.000	0,94	1.552.337		1.550.590	
X50372042266		INTESA SANPAOLO CZ 2008/13-08-2014		3.000.000	0,86	2.178.000		2.583.960	
X50329522246		JOHNSON & JOHNSON 4.75% / 2007 - 06/11/2019		5.000.000	1,16	5.529.009		5.821.040	
X50231555672		JP MORGAN Float 2005 - 12/10/2015		7.000.000	0,88	6.309.801		6.156.298	
X50296763484		JP MORGAN Float 2007 - 20/12/2012 (Call:20/03/2012)		40.000.000	0,29	10.922.208		11.442.208	
X50293774054		JP MORGAN INTL DERIVATIVE - 2007 / 20-06-2012 (Call:20/03/2012)		4.050.000	0,27	4.037.441		1.098.179	
X50200312440		JUBIL VAN E MTG 2005 - 21/08/2011		1.800.000	0,32	2.316.975		246.975	
X50597921724		KBC IEFMA 4% - 2011 / 01-03-2013		100.000	1,00	101.238		100.383	
X50452462723		KBC IEFMA 4.5% - 2009 / 17-09-2014		1.500.000	0,94	1.518.375		1.436.370	
X50498962124		KBC IEFMA NV 3.875% / 2010 - 31/03/2015		7.500.000	0,96	7.689.941		7.052.816	
X50479870916		KBC IEFMA NV Float / 2010 - 20/01/2012		3.200.000	1,00	3.213.956		3.215.514	
X50327159074		KBC IEFMA NV Float / 2007 - 26/10/2012		5.000.000	0,99	5.017.765		4.945.165	
X50527072937		KBC IEFMA NV Float / 2010 - 19/07/2013		3.400.000	0,99	3.422.295		3.365.067	
X5027897311		KION MTG 2006 1 B - 15/07/2001		356.002	0,43	218.527		154.447	
X50326130381		KONINKLIJKE DSM NV 5.25% / 2007 - 17/10/2017		2.000.000	0,14	2.232.223		2.272.396	
X5047314543		LAFARGE SA 5.50% / 2009 - 16/12/2019		200.000	0,84	196.621		168.303	
U515100A494		LANDSBANK ISLAN 6.1% / 2006 - 25/08/2011		5.000.000	0,04	2.879.275		193.214	
X50310055959		LANDSBANK ISLANDS Float / 2007 - 18/05/2012		4.300.000	0,05	3.974.318		215.000	
X50187674816		LANDSBANK ISLAND Float / 2004 - 10/03/2009		3.000.000	0,05	3.001.758		150.000	
X50208211911		LANDSBANK ISLAND Float / 2004 - 21/12/2009		4.000.000	0,05	2.542.795		200.000	
X50231945386		LANDSBANK ISLAND Float / 2005 - 19/10/2010		4.300.000	0,05	2.580.000		215.000	
X50289604863		LECTA SA Float - 2007 / 15-02-2014		250.000	0,93	254.743		231.638	
X50235193957		LEHMAN BROS Float 2005/2049		600.000	0,00	600.000		200	
X50282937985		LEHMAN BROS FLDG Float / 2007 - 05/02/2014		2.500.000	0,20	2.000.950		2.000.000	
X50289069519		LEHMAN BROS TSV Float / 2007 - 20/12/2015		15.000.000	0,20	7.410.000		3.000.000	
X50294628366		LHB INTERNATIONAL HANDEL 2007 - 10/04/2012		2.500.000	1,00	2.479.300		2.503.295	
U5337164H08		LIMITED BRANDS INC 6.125% / 2002 - 01/12/2012		3.280.000	0,72	2.329.891		2.353.301	
U5339473AK43		LLOYDS BANK Float - 2011 / 24-01-2014		34.000	0,74	23.683		25.110	
X50231748046		LLOYDS TSB BANK / 2005 - 26/10/2015 (Call:26/04/2012)		5.000.000	0,95	4.987.359		4.737.256	
X50435070288		LLOYDS TSB BANK 6.375% / 2009 - 17/06/2016		3.000.000	1,07	3.328.541		3.196.931	
X5056372343		LLOYDS TSB BANK 6.9% / 2002 - 22/11/2011		955.000	0,56	299.281		199.870	
X50493161550		LLOYDS TSB BANK PLC 5.375% / 2009/03-09-2019		2.000.000	0,98	2.033.292		1.967.172	
X50579627984		LLOYDS TSB BANK PLC Float / 2011 - 18/01/2013		3.000.000	1,00	3.016.016		2.996.544	
X50717735400		LLOYDS TSB BANK Var / 2011 - 16/12/2012 (Call:16/12/2016)		8.888.000	1,01	8.928.324		8.989.028	
X50230699552		LUST 4 C MTG / 2005 - 15/09/2048 (Call:15/09/2014)		3.308.556	0,19	3.111.444		618.719	
X50178547393		LUSTANO 2B MTG / 2003 - 16/11/2046 (Call:16/02/2012)		4.000.000	0,17	4.010.256		693.295	
X50230697095		LUSTANO 4E MTG PLC - 2005 / 15-09-2048 (Call:15/09/2014)		1.320.000	1,10	1.452.924		1.452.924	
X50268642161		LUSTANO 5 A MTG / 2006 - 15/07/2059		2.742.305	0,30	2.752.106		1.364.766	
X50178546742		LUSTANO MORT 2 B MTG / 2003 - 16/11/2046 (Call:15/11/2012)		2.500.000	0,55	1.806.059		862.809	
X50268645603		LUSTANO MORTAGES PLC 5 E MTG / 2006 - 15/07/2059 (Call:15/10/2015)		1.700.000	1,35	2.287.160		2.287.160	
X50272317990		LUSTANO SMI 1 A Float MTG / 2006 - 21/08/2028		1.828.345	0,83	1.831.444		1.520.797	
X50378418890		MAGNOLIA FINANCE VI / 2008 - 20/12/2038		12.370.000	1,39	17.108.962		17.248.783	
X50429607640		MAN SE 5.375% - 2009 / 20-05-2013		30.000	1,08	32.522		32.445	
X50193657789		MARLIN 1 B MTG / 2004 - 23/12/2012		153.243	0,97	153.590		148.020	
X50186951629		MARS2 2 AIB Float MTG / 2004 - 20/03/2036 (Call:20/03/2012)		103.731	0,70	103.980		72.677	
X50267046851		MARSB 2006 D MTG / 2006 - 28/08/2014 (Call:28/08/2012)		3.700.000	0,96	3.707.625		3.566.234	
X50249718551		MERC FIN SERVICES 3.375% / 2010 - 24/03/2015		69.000	1,06	72.878		73.432	
X50223635730		MERRILL LYNCH (C) Float - 2012 / 29-06-2012		120.000	0,98	116.772		117.008	
X50204470362		MERRILL LYNCH / z - 2004 / 03-12-2013		10.000	0,84	8.401		8.400	
X50197079972		MERRILL LYNCH Float - 2004 / 22-07-2014		128.000	0,86	113.626		110.573	
X50267827169		MERRILL LYNCH Float / 2006 - 14/09/2018		7.000.000	0,60	6.924.412		4.171.545	
X50302633598		MERRILL LYNCH Float / 2007 - 30/05/2014		1.700.000	0,86	1.582.929		1.469.820	
X50281902550		MERRILL LYNCH LUX CMS 2007 - 30/01/2017		5.000.000	0,83	5.157.214		4.132.163	
DE000A0Z2C59		METRO AG 5.75% / 2009 - 14/07/2014		50.000	1,10	55.220		55.085	
X50236480322		MONTE DEI PASHI Float / 2005 - 30/11/2017 (Call:30/11/2012)		2.200.000	0,62	2.191.596		1.371.056	
FR0010479527		MONTPELLIER GBL 3.25% / 2009 - 27/07/2012		2.450.000	0,95	6.815.921		6.601.611	
X50225151520		MORGAN STANLEY 3.375% / 2005 - 20/07/2012		250.000	1,01	229.023		251.740	
U561747YC29		MORGAN STANLEY 5.625% / 2009 - 23/09/2019		6.000.000	0,73	414.373		436.519	
X50298900217		MORGAN STANLEY Float / 2007 - 02/05/2014		600.000	0,90	545.614		537.458	
X50225152411		MORGAN STANLEY Float / 2005 - 20/07/2012		292.000	0,97	291.550		284.215	
X50276891594		MORGAN STANLEY Float / 2006 - 29/11/2013		5.000.000	0,91	4.998.789		4.526.489	
U561748A4E64		MORGAN STANTLEY 4.75% - 2004 / 01-04-2014		12.000	0,77	9.092		9.220	
X50419328760		MTNA 8.25% / 2009 - 03/06/2013		500.000	1,10	530.676		550.866	
X50199610778		NATIXES Float / 2007 - 06/07/2017 (Call:06/07/2012)		2.500.000	0,89	2.262.793		2.178.893	
X50469028582		NATL AUSTRALIA BK 5.5% / 2009 - 23/01/2015		2.000.000	1,05	2.068.309		2.107.249	
X50525146907		NATL AUSTRALIA BK 4% / 2010 - 13/07/2020		3.000.000	1,03	3.038.126		3.076.856	
X50440279338		NATL AUSTRALIA BK 4.75% / 2009 - 15/07/2016		3.000.000	1,08	3.086.529		3.248.139	
X50269714464		NATL CAPITAL INS Float / 2006 - 29/09/2049 (Call:29/09/2016)		8.200.000	0,63	7.152.599		5.167.049	
X50247626962		NGGLN 4.125% / 2006 - 21/03/2013		264.000	1,06	261.877		276.079	
X50249580357		NIB CAPITAL BANK PERP 2006/30-03-2049 (Call:30/03/2012)		15.000.000	0,46	8.051.308		6.867.733	
X50428007081		NORDEA BANK AB 4.5% / 2009 - 12/05/2014		2.000.000	1,07	2.066.448		2.144.435	
X50579790031		NORDEA BANK AB Float / 2010 - 17/06/2013		3.100.000	0,98	3.079.590		3.050.234	
X50432810316		NOVARTIS FINANCE 4.25% / 2009 - 15/06/2016		2.000.000	1,12	2.069.168		2.241.434	
X50186687100		OLD MUTUAL CAP 5% / 2003 - 29/05/2049 (Call:23/03/2012)		49.000	0,75	33.454		36.620	
X50517466784		OP MORTGAGE BANK 2.375% / 2010 - 15/06/2015		1.000.000	1,03	1.007.293		1.029.133	
X50218487436		OPERA UNI A MTG / 2005 - 15/02/2012		2.469.461	0,80	2.476.217		1.980.907	
X50095156401		PACIFIC L.F. CMS 99 - 12/03/2019		2.000.000	0,93	2.055.818		1.866.136	
EY6693261094		PARMALAT CAP FIN-98		5.000.000	0,00	500		0	
X50225990362		PASTOR PREF PERPETUAL 4.564% / 2005 - 27/07/2049 (Call:27/07/2015)		100.000	0,54	50.952		53.598	
X50199610778		PELLICAN IA MTG - 2002 / 15-09-2037		5.384	0,78	5.291		4.203	
X5028931241939		PENTA 2007 1B MTG - 2007 / 04-06-2034 (Call:04/06/2012)		5.000.000	0,62	4.750.000		600.000	
FR0010915116		PEUGEOT SA 5.625% / 2010 - 29/06/2015		77.000	1,02	80.463		78.615	
FR0010957274		PEUGEOT SA 4% / 2010 - 28/10/2013		59.000	1,00	58.917		59.155	
X50336018832		PFIZER INC 4.75% / 2007 - 15/12/2014		2.500.000	1,09	2.501.966		2.735.441	
X50432070752		PFIZER INC 4.75% / 2009 - 03/06/2016		3.000.000	1,14	3.184.257		3.418.152	
X50419195408		PHILIP MORRIS 5.75% / 2009 - 24/03/2016		2.700.000	1,20	2.956.299		3.239.253	
X50419179972		PHILIP MORRIS DN PM 4.25% / 2009 - 23/03/2012		3.000.000	1,03	3.217.986		3.076.476	
X50204397425		PRAEUS GRP CAP Float / 2004 - 27/10/2049 - (Call:27/10/2014)		2.467.000	0,10	2.365.111		247.000	
X50240216669		PRICILA BANK 3% - 2010 / 08-09-2017		4.800.000	0,98	4.021.217		3.934.257	
X501497621319		POLO SECURITIES Float / 2002-26/06/2014		1.555.000	0,70	1.553.918		1.096.054	
X50288613119		POPULAR CAPITAL PERPETUAL 4.907% / 2007 - 06/03/2049 (Call:06/03/2017)		550.000	0,52	328.498		287.4	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2011
 Empresa de Seguros: BES VIDA
 Nº de identificação: 503024856
 Ident. do resp. pela informação: João Borralho

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unidade	Total
X50576551781	RCE BANQUE 3 25% - 2011 / 17-01-2014	45.000	45.672	1,01				45.233
X50519459134	RCE BANQUE 4% - 2010 / 11-07-2013	93.000	93.338	1,02				94.853
USF7806FQ692	RCE BANQUE Floar (US3M+187) / 2011 - 11/04/2014	32.000	21.967	0,74				23.632
X50545097742	RED ELECTRICA FIN 3 5% / 2010 - 07/10/2016	3.000.000	3.005.605	0,99				2.975.095
FR00108092336	RENAULT 6% 2009 - 13/10/2014	250.000	251.988	1,04				260.325
X50204427394	RENSER CDO BV MT6 - 2009 / 07-10-2009 (Call)	3.267.479	150.000	0,01				32.679
X50524678884	RENTENBANQUE Floar / 2010 - 11/07/2016	2.000.000	2.002.804	1,00				2.002.964
X501923131317	RHODIUM BV IX SUB MT6 2004-27/05/2084	6.500.000	65	0,00				7
X50225547438	RMFE III-X SUB 0% MT6 / 2005 - 11/11/2021 (Call=11/05/2012)	4.000.000	1.974.000	0,20				800.000
X50415624393	ROCHE HD65 INC 4.625% / 2009 - 04/03/2013	100.000	107.564	1,07				107.499
US78008TX477	ROYAL BANK OF CANADA 1.45% - 2011 / 30-10-2014	30.000	21.603	0,78				23.293
X502334479336	ROYAL BANK OF SCOTLAND Floar / 2005 - 16/11/2015	7.500.000	7.459.025	0,89				6.665.093
X50147030554	RWE FINANCE BV 6.125% / 2002 - 26/10/2012	500.000	543.623	1,05				524.598
X50127984747	RWE FINANCE LTB Pp / 2003 - 20/04/2016	3.000.000	3.641.495	1,21				3.625.699
X50172487862	RWE FINANCE LTB Pp / 2003 - 10/07/2049 (Call=31/07/2013)	3.000.000	3.214.339	0,57				1.599.929
FR0010827048	SAPFIN SA 4% 2009/26-11-2014	1.000.000	1.030.825	1,02				1.024.365
US80105NAC92	SANOFI-AV Floar (US3M+11) / 2011 - 28/03/2014	44.000	32.606	0,77				33.842
X50456451938	SANOFI-AVENTIS 3.125% / 2009 - 10/10/2014	7.000.000	7.235.700	1,05				7.344.410
X50456451771	SANOFI-AVENTIS 4.125% / 2009 - 11/10/2019	1.000.000	1.009.716	1,11				1.109.299
X50428037740	SANOFI-AVENTIS 4.5% / 2009 - 18/05/2016	2.000.000	2.085.190	1,13				2.266.580
X50246688435	SANPAOLO IMI (ESPTM) Floar / 2006 - 15/03/2013	4.000.000	3.718.713	0,94				3.748.193
X50243399596	SANPAOLO IMI Floar / 2006 - 20/02/2018 (Call=20/02/2013)	5.000.000	5.011.215	0,71				3.534.500
X5051554984	SANTAN Floar / 2011 - 28/09/2016	3.300.000	3.031.097	0,75				2.485.198
X50713841127	SANTAN INTL DEBT SA 3.381% 2011/01-12-2015	2.700.000	2.707.483	1,00				2.529.445
X50541340021	SANTANDER 2.875% - 2010 / 20-09-2013	1.400.000	1.408.725	0,98				1.369.693
X50327533617	SANTANDER 5.435% / 2007 - 24/10/2017 (Call=24/10/2012)	3.500.000	3.535.342	1,02				2.739.092
X50441528600	SANTANDER FIN PF / 2009 - 27/07/2049 (Call=27/07/2014)	800.000	836.033	1,05				840.113
X50491856265	SANTANDER INTL 3.5% / 2010 - 10/03/2015	100.000	95.079	0,98				95.079
X50318187005	SANTANDER INTL 5.625% / 2008 - 14/02/2012	7.000.000	7.335.055	1,05				7.319.025
PT0940M0023	SANTANDER TOTTA 3.75% / 2009 - 12/06/2012	9.800.000	9.972.511	1,02				9.650.910
X50500128326	SAS 6.5% / 2010 - 10/04/2017	1.800.000	1.844.655	1,05				1.894.628
X50212544448	SATURNS 2005 - 05/07/2030 (Call=05/07/2012)	20.000.000	7.579.889	0,38				7.579.889
X50202197694	SCH FINANCE OMS / 2004 - 30/09/2049 (Call=30/03/2012)	1.500.000	1.283.711	0,46				688.485
X50428146442	SHELL INTL FIN 3.0% / 2009 - 14/05/2013	2.000.000	2.030.544	1,05				2.091.229
X50428147093	SHELL INTL FIN 4.375% / 2009 - 14/05/2018	3.000.000	3.125.657	1,15				3.452.198
X50504013912	SID BANKA EXPORT 3% / 2010 - 21/04/2015	4.000.000	4.076.479	0,90				3.611.639
X50413810606	SIEMENS FINANCE 4.125% / 2009 - 20/02/2013	2.800.000	3.003.802	1,07				2.986.666
X50413806596	SIEMENS FINANCE 5.125% / 2009 - 20/02/2017	3.000.000	3.450.867	1,18				3.541.467
X50430951888	SKANDINAVISKA ENSKIL 4.375% / 2009 - 29/05/2012	1.000.000	1.026.200	1,03				1.034.420
X50337453202	SKANDINAVISKA ENSKIL BA PERPETUAS 2007 (Call=21/12/2017)	170.000	181.441	1,00				170.707
X50179412766	SNS BANK c/z - 2011 / 21-11-2012	30.000	28.847	0,96				28.723
X50183070142	SNS BANK NEDERLAND c/z / 2003 - 28/12/2012	410.000	348.295	0,97				397.352
FR0010136382	SOCGEN PERPETUAL 4.194% 2005 - 26/01/2049 (Call=26/01/2015)	100.000	54.397	0,56				55.564
X50542607683	SOCIETE GENERALE 3.125% / 2010 - 21/09/2017	17.000.000	15.837.407	0,93				15.824.002
X50596704170	SOCIETE GENERALE 4.75% / 2011 - 02/03/2021	5.000.000	5.010.688	1,00				4.993.718
X50100446268	SOLAR FUND 5.2518% / 1999-04/08/2014	100.000	101.879	1,00				104.979
X5051556409	SPIREBANK 3.5% - 2010 / 21-04-2016	5.000.000	5.107.448	1,01				5.045.748
X50416848520	STATOIL-HYDRO ASA 5.625% / 2009 - 11/03/2021	1.475.000	1.702.231	1,27				1.880.239
X50130773715	STINGRAY LIMITED 6.31% / 2001 - 26/05/2012	60.000	60.713	1,02				61.363
X50409115643	SVENSKA HNDL SBKN 3.75% / 2010 - 24/02/2017	2.000.000	2.051.019	1,06				2.116.759
X50581062675	SWEDBANK HYPOTEK AB 3% / 2011 - 21/01/2016	5.000.000	5.128.320	1,06				5.301.270
X50235246948	SYDBANK A/S Floar / 2006 - 25/04/2049 (Call=25/04/2017)	2.500.000	2.550.243	1,04				1.843.743
US8715034632	SYMANTEC 2.75% / 2010 - 15/09/2015	29.000	20.666	0,79				22.870
X50436628228	SYNGENTA FINANCE NV 4% / 2009 - 30/06/2014	1.350.000	1.370.317	1,08				1.460.470
X50524605846	TELECOM ITALIA 4.75% / 2006 - 19/05/2014	100.000	99.763	1,00				100.321
X50409510590	TELECOM ITALIA 7.875% / 2009 - 12/01-2014	100.000	111.779	1,12				111.580
X50418508924	TELECOM ITALIA 8.25% / 2009 - 21/03/2016	1.500.000	1.825.263	1,14				1.651.113
X50312208407	TELECOM ITALIA Floar / 2007 - 19/07/2013	8.000.000	7.846.794	0,90				7.499.819
X50410258833	TELEFONICA 5.431% / 2009 - 03/02/2014	750.000	787.363	1,07				800.446
X50419264063	TELEFONICA EMIS 5.496% / 2009 - 01/04/2016	3.000.000	3.257.368	1,06				3.180.195
X50241946630	TELEFONICA EMISIONES 4.375% / 2006 - 02/02/2016	2.000.000	2.080.389	1,02				2.037.729
X50289507997	TELIASONERA AB 4.75% / 2007 - 07/03/2017	2.500.000	2.601.930	1,15				2.883.362
X50179909774	TEMPO 1 A MT6 / 2003 - 15/11/2049	4.500.000	4.553.263	0,99				403.074
X50295632847	TERECOS EUROPE 6.375% / 2007 - 15/04/2014	1.000.000	988.281	1,04				1.035.781
X50386772924	TESCO PLC 5.625% / 2008 - 12/09/2012	1.500.000	1.575.939	1,05				1.568.694
US8825084Q73	TEXAS INSTRUMENTS INC 1.375% / 2011 - 15/05/2014	30.000	20.981	0,78				23.517
DE000A0Z12V2	THYSSENKRUPP 8% - 2009 / 18-06-2014	50.000	56.567	1,12				56.033
DE000A0761L9	THYSSENKRUPP 8.5% - 2009 / 25-02-2016	180.000	215.696	1,19				214.608
X50414313691	TOTAL CAPITAL SA 3.5% / 2009 - 27/02/2014	1.000.000	1.024.938	1,07				1.072.818
X50410303647	TOTAL CAPITAL SA 4.875% / 2009 - 28/01/2019	2.000.000	2.236.981	1,19				2.371.661
US8923395E25	TOYOTA 2% - 2011 / 15-09-2016	33.000	23.990	0,78				25.808
X50411062646	TOYOTA MTR CRED 5.25% / 2009 - 03/02/2012	3.000.000	3.286.919	1,05				3.153.329
X50526073290	UBS 3.5% - 2010 / 15-07-2015	100.000	102.416	1,04				103.545
DE00040D1KX0	UBS AG JERSEY PERPETUAL 4.28% 2005 - 15/04/2049 (Call=15/04/2015)	300.000	135.121	0,77				131.127
X50357283257	UBS CAPITAL SECS 8.836% TIER 1 2008 / 2049 (Call=11/04/2013)	150.000	143.851	1,02				156.039
X50408165008	UNICREDIT (UCGZM) 5.25% - 2009 / 14-01-2014	50.000	48.024	1,04				51.030
X50232989532	UNICREDITO CREDIT Floar C/F 2005 - 02/11/2015	1.500.000	1.483.541	0,75				1.122.791
X50241369577	UNICREDITO ITALIANO 3.95% / 2006 - 01/02/2016	900.000	929.388	1,04				664.683
X50231436238	UNICREDITO UCGBW PERPETUAL 4.028% 2005 - 27/10/2049 (Call=27/10/2015)	250.000	184.287	0,49				121.163
US91913V4QJ35	VALERO ENERGY 4.5% / 2010 - 01/02/2015	29.000	22.419	0,84				24.330
FR001149947	VALLONEC SA 4.25% / 2011 - 14/02/2017	100.000	99.576	1,02				101.784
X50417208161	VATTENFALL AB 5.25% / 2009 - 17/03/2016	3.931.000	4.499.262	1,17				4.579.910
X50439828269	VERBUND INTL FIN 4.75% / 2009 - 16/07/2019	2.500.000	2.530.583	1,10				2.752.858
X50424019437	VERBUND INTL FIN 4.75% / 2009 - 17/04/2013	5.000.000	5.554.418	1,10				5.516.068
X50402707367	VODAFONE GROUP 6.875% / 2008 - 04/12/2013	100.000	100.256	1,11				110.798
US92857WALU45	VODAFONE GROUP PLC 3.375% / 2009 - 24/11/2015	400.000	267.829	0,82				327.895
X50482650005	VOLKSWAGEN FIN 3.375% / 2010 - 28/07/2014	3.500.000	3.550.103	1,05				3.479.743
X50614919370	VOLKSWAGEN Floar - 2011 / 12-10-2012	52.000	52.179	1,00				52.150
X50412447632	VOLKSWAGEN INTL FIN 5.625% / 2009 - 09/02/2012	600.000	627.987	1,07				632.337
X50505532134	VOTO VOTORANTIM 5.25% / 2010 - 28/04/2017	1.700.000	1.747.282	1,05				1.753.007
X50210908751	WESTLB Floar C/F / 2005 - 07/02/2012	1.402.000	1.362.027	0,99				1.393.011
X50453410978	WESTPAC BANKING 4.25% / 2009 - 22/09/2016	6.730.000	6.975.437	1,05				7.080.647
X50494870701	WESTPAC SEC NZ 3.875% / 2010 - 20/03/2017	500.000	512.968	1,04				518.003
X50625977987	WURTH FINANCE 3.75% / 2011 - 25/05/2018	74.000	77.339	1,07				78.952
X50145118530	XENON Floar / 2002 - 15/03/2012	21.900.000	22.640.375	1,05				22.887.200
USC288744F43	XSTRATA CANADA 4.85% - 2011 / 10-10-2014	27.000	30.700	0,78				21.160
X50423888824	ZURICH FINANCE 4.875% / 2009 - 14/04/2012	2.000.000	2.063.464	1,04				2.084.449
sub-total		0	1.748.013.844	0,00	0,00	1.495.936.759	0,00	1.361.000.772
2.3 - Derivadas de negociação								-1.353.486
sub-total		0	0	0,00	0,00	0	0,00	-1.353.486
2.4 - Derivadas de cobertura								
sub-total		0	0	0,00	0,00	0	0,00	0
sub-sub-total		0	2.306.276.638	0,00	0,00	1.981.197.809	0,00	1.859.506.198
total		26.642.306	2.306.276.638	0,00	0,00	2.599.594.200	0,00	2.396.583.234
3 - TOTAL GERAL		700.954.848	3.307.771.924	0,00	0,00			

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	20.675.395	5.959.369	10.554.454	(4.161.572)
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA				-
INCENDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL				-
-RESPONSABILIDADE CIVIL				-
-OUTRAS COBERTURAS				-
MARITIMO, AÉREO E TRANSPORTES				-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				-
CRÉDITO E CAUÇÃO				-
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS				-
TOTAL	-	-	-	-
TOTAL GERAL	20.675.395	5.959.369	10.554.454	(4.161.572)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores